



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro Biomédico

Instituto de Nutrição

Myriam de Lima Ramagem Martins

**Interdisciplinaridade e produtivismo nos programas de pós-  
graduação *Stricto sensu* da área de Nutrição da Capes no Brasil de  
1998 a 2013**

Rio de Janeiro

2014

Myriam de Lima Ramagem Martins

**Interdisciplinaridade e produtividade nos programas de pós-graduação  
*Stricto sensu* da área de Nutrição da Capes no Brasil de 1998 a 2013**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Alimentação, Nutrição e Saúde.

Orientadoras: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Shirley Donizete Prado e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Claudia da Veiga Soares Carvalho

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M386 Martins, Myriam de Lima Ramagem.  
Interdisciplinaridade e produtivismo nos programas de pós-graduação  
Stricto sensu da área de Nutrição da Capes no Brasil de 1998 a 2013 /  
Myriam de Lima Ramagem Martins. – 20174.  
189 f.

Orientadora: Shirley Donizete Prado.  
Orientadora: Maria Claudia da Veiga Soares Carvalho.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Instituto de Nutrição.

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento – Teses. 2.  
Universidades e faculdades - Pós-graduação – Brasil – Teses. 3.  
Nutrição – Teses. I. Prado, Shirley Donizete. II. Carvalho, Maria Claudia  
da Veiga Soares. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto  
de Nutrição. IV. Título.

es

CDU 378:612.3

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução parcial  
desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Myriam de Lima Ramagem Martins

**Interdisciplinaridade e produtivismo nos programas de pós-graduação  
*Stricto sensu* da área de Nutrição da Capes no Brasil de 1998 a 2013**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Alimentação, Nutrição e Saúde.

Aprovado em 27 de março de 2014.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Shirley Donizete Prado (Orientadora)  
Instituto de Nutrição UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Claudia da Veiga Soares Carvalho  
(Orientadora)  
Instituto de Nutrição Josué de Castro UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Portes Vargas  
Instituto Oswaldo Cruz FIOCRUZ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josely Correa Koury  
Instituto de Nutrição UERJ

Rio de Janeiro

2014

## DEDICATORIA

Dedico este trabalho à minha família e amigos que estão ao meu lado, transmitindo fé, paz, amor, alegria, paciência e coragem, tornando os meus dias mais felizes.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me ajudar nessa caminhada.

Agradecer a todos que me ajudaram a construir este trabalho não é tarefa fácil. O maior perigo que se coloca no agradecimento seletivo não é decidir quem incluir, mas decidir quem não mencionar. Assim, a realização deste trabalho em muito se deve à colaboração e apoio de diversas pessoas, às quais transmito os mais sinceros agradecimentos:

Agradeço, de forma muito carinhosa, à minha família e ao meu marido Michael, pelo amor, dedicação e incentivo aos meus sonhos.

Aos meus amigos, em especial, Karen Levy, que de uma forma ou de outra, contribuíram com sua amizade e com sugestões efetivas para a realização deste trabalho, gostaria de expressar minha profunda gratidão.

À professora Shirley Donizete Prado pela confiança, orientação e apoio ao longo de toda trajetória acadêmica, sendo essencial para a realização desse trabalho.

À professora Maria Claudia da Veiga Soares Carvalho, por suas excelentes considerações e palavras carinhosas ao longo de todo o percurso.

Aos professores e colaboradores do Núcleo de Estudos sobre Alimentação e Cultura (NECTAR) pela grande contribuição a esse projeto e, em especial, ao professor Francisco Romão Ferreira e a amiga Juliana Klotz.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade do Estado do Rio de Janeiro pelo apoio financeiro.

Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.

*Charles Chaplin*

## RESUMO

MARTINS, M.L.R. et al. *Interdisciplinaridade e produtivismo nos programas de pós-graduação Stricto sensu da área de Nutrição da Capes no Brasil de 1998 a 2013*. 2014.180 f. Dissertação (Mestre em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O estudo trata de relações sociais associadas ao *campo científico* da *Alimentação e Nutrição (A&N)* e toma como referência empírica para seu desenvolvimento os programas de pós-graduação inseridos na área denominada “Nutrição” na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Buscamos discutir funções de elementos, posições, disputas, interesses e regras que se apresentam no jogo da formação de pesquisadores e da produção de conhecimentos e saberes que se dá no campo da A&N, a partir do conceito de *campo científico* em Pierre Bourdieu. Consideramos que o campo da A&N é de constituição recente, interdisciplinar e encontra-se em intensa atividade no processo de construção de sua autonomia científica. Esse espaço é muito permeável às influências da CAPES no que diz respeito aos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação. O *produtivismo* - em sua identidade com a economia de mercado e com a concorrência entre os agentes e suas consequências deletérias sobre a saúde - parece não se apresentar como problema nesse campo científico. A *interdisciplinaridade* que identifica este campo da ciência implica em procedimentos de avaliação que contemplem tal pluralidade epistêmica, dada a hegemonia biomédica marcante nos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação do campo da A&N e da área da saúde. Avaliar é um processo de construção difícil, no qual é fundamental assumir a existência de culturas diferentes entre as ciências, além da importância e necessidade da solidariedade entre os agentes para que as diversidades sejam englobadas e o humano seja valorizado como tal.

Palavras-chave: Pós-graduação. Alimentação. Nutrição. Campo científico. Mestrado. Doutorado. Interdisciplinaridade. Produtivismo.



## ABSTRACT

MARTINS, M.L.R. et al. Interdisciplinarity and productivism in postgraduate *Stricto sensu studies program* in the area of Nutrition from Capes programs in Brazil from 1998 to 2013. 2014.180f. Dissertação (Mestre em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The study deals with social relations associated to the scientific field of Food and Nutrition (F&N) and takes as its empirical reference to its development, the postgraduate programs included in the area called " Nutrition " under Coordination of Higher Education Improvement Personnel (CAPES) . We discuss about the functions of elements, positions, arguments, interests and rules which are introduced in the game of researchers' formation and the production and acquisition of knowledge that occurs in the field of F & N, starting from the concept of scientific field by Pierre Bourdieu. We consider that the field of F & N is recent constituted, interdisciplinary and in a very intense activity process in order to build its scientific autonomy. This space is very susceptible to the influences of CAPES regarding to the criteria for assessments of postgraduate programs. Productivism - in its identity with the market's economy and competition between agents and their deleterious consequences on health - seems to present itself as a problem in this scientific field. The interdisciplinarity which identifies this science field, involves assessment procedures that include such epistemic plurality, given to the remarkable biomedical hegemony in the assessment criteria of the postgraduate field of F & N and health area. Rating is a difficult construction process, which is essential to assume the existence of different cultures between the sciences, besides the importance and necessity of mutual support between the agents so that the diversities are embraced and men are valued as human.

Keywords: Postgraduate. Food. Nutrition. scientific field. Masters. Doctors. Interdisciplinarity. Productivism.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Ciência do Alimento. Nutrição e Alimentação. Conceitos e domínios científicos.....	29
Quadro 2 -	Linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação* distribuídos por núcleos de saberes que conformam o campo científico Alimentação e Nutrição, 2009, Brasil.....	31
Quadro 3 -	Área Nutrição e suas subáreas na Tabela das Áreas do Conhecimento.....	32
Quadro 4 -	Eventos organizados pelo Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição ou nos quais o Fórum PPG A&N esteve presente de 2006 a 2013.....	59
Quadro 5 -	Locais de informações presentes no banco de dados da CAPES e seus períodos disponíveis.....	67
Quadro 6 -	Critérios para classificação de periódicos (Qualis Periódicos) nos Programas de Pós-Graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 1998 a 2012.....	110

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Características gerais dos Programas de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 1998 a 2013.....	75
Tabela 2 -	Instituições de Ensino Superior que contam com mais de um Programa de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área de Nutrição da CAPES no Brasil em 2013.....	76
Tabela 3 -	Programas de Pós-Graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo dependência administrativa no Brasil em 2013.....	80
Tabela 4 -	Características gerais do corpo docente dos programas de Pós-graduação da Área de Nutrição na CAPES no Brasil em 2012.....	94

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Número de Programas de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> no Brasil, na Grande Área Ciências da Saúde e na Área Nutrição, em 200 e 2009.....	68
Gráfico 2 -	Número de cursos da Área Nutrição, no Brasil, em 1971 a 2013.....	70
Gráfico 3 –	Distribuição dos cursos dos Programas de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área Nutrição da CAPES. Brasil, 2009.....	71
Gráfico 4 –	Distribuição de cursos dos Programas de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> do país. Brasil, 2009.....	77
Gráfico 5 –	Propostas dos Programas de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área de Nutrição da CAPES, Brasil, 2009.....	81
Gráfico 6 –	Composição do corpo docente dos Programas de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área de Nutrição da CAPES, Brasil, 2009.....	83
Gráfico 7 –	Perfil do corpo discente, teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área de Nutrição da CAPES, Brasil, 2009.....	84
Gráfico 8 –	Produção intelectual dos Programas de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área de Nutrição da CAPES, Brasil, 2009.....	89
Gráfico 9 –	Inserção social dos Programas de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área de Nutrição da CAPES, Brasil, 2009.....	93
Gráfico 10 -	Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo o quesito Corpo Docente na Ficha de Avaliação no Brasil de 1998 a 2012.....	96
Gráfico 11 -	Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado defendidas nos Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 1998 a 2012.....	100
Gráfico 12 -	Programas de Pós-Graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo o quesito Corpo Discente, Teses e Dissertações na ficha de avaliação no Brasil de 1998 a 2012.....	107

Gráfico 13 - Produção Intelectual nos Programas de Pós-Graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 2004 a 2012.....	120
Gráfico 14 - Produção Intelectual nos Programas de Pós-Graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 2004 a 2012.....	120
Gráfico 15 - Produção Intelectual dos Programas de pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área de Nutrição na Ficha de Avaliação no Brasil de 1998 a 2012.....	125
Gráfico 16 - Inserção Social dos Programas de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área de Nutrição na Ficha de Avaliação no Brasil de 2004 a 2012.....	132

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A&N -	Alimentação e Nutrição
C&T -	Ciência e Tecnologia
CNPq -	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES -	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FAPERJ -	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
Fórum PPG -A&N -	Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição
IES -	Instituições de Ensino Superior
PPG -	Programa de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i>
TCT -	Treinamento e Capacitação Técnica
UECE -	Universidade Estadual do Ceará
UERJ -	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL -	Universidade Federal de Alagoas
UFBA -	Universidade Federal da Bahia
UFMT -	Universidade Federal de Mato Grosso
UFG -	Universidade Federal de Goiás
UFOP -	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRJ -	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFPB/JP -	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa
UFPE -	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL -	Universidade Federal de Pelotas
UFPR -	Universidade Federal do Paraná
UFSC -	Universidade Federal de Santa Catarina
UFV -	Universidade Federal de Viçosa
UNB -	Universidade de Brasília
UNIFESP -	Universidade Federal de São Paulo
UNICAMP/Li -	Universidade Estadual de Campinas/Limeira
USP -	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1</b>	<b>CIÊNCIA, CAMPO CIENTÍFICO E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO.....</b>	<b>20</b>
1.1	Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> brasileira.....	25
1.2	A CAPES e o processo de avaliação dos programas de pós-graduação <i>Stricto sensu</i> .....	34
1.3	O campo científico da Alimentação e Nutrição no Brasil.....	43
1.4	A Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> no campo científico da Alimentação e Nutrição no Brasil e a criação da Área de Nutrição....	53
1.5	Objetivos do estudo.....	62
<b>2</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>64</b>
<b>3</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>68</b>
3.1	Emergência e evolução quantitativa dos cursos de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> no país, na Grande Área Ciências da Saúde e na Área de Nutrição.....	68
3.2	Características dos Programas de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área de Nutrição em atividade no Brasil de 2001 a 2010.....	76
3.3	Avaliação trienal de 2010 dos Programas de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área de Nutrição em atividade no Brasil.....	79
3.4	Qualis - Classificação de Periódicos.....	82
3.5	Avaliações trienais dos Programas de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área de Nutrição no Brasil.....	86
3.5.1	<u>Proposta do Programa nas Fichas de Avaliação.....</u>	88
3.5.2	<u>Corpo Docente nas Fichas de Avaliação.....</u>	92
3.5.3	<u>Corpo Discente, Teses e Dissertações nas Fichas de Avaliação.....</u>	99
3.5.4	<u>Produção Intelectual nas Fichas de Avaliação.....</u>	108
3.5.5	<u>Inserção Social nas Fichas de Avaliação.....</u>	131
<b>4</b>	<b>RELAÇÕES SOCIAIS NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO DE PESQUISADORES E DA PESQUISA NO CAMPO DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO BRASIL.....</b>	<b>133</b>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	141
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	143
<b>APÊNDICE A</b> – Tabela de Programas de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> no Brasil de 1998 a 2013 (Gráfico 1) .....	155
<b>APÊNDICE B</b> – Programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> segundo as Grandes Áreas de Avaliação no Brasil de 1998 a 2013 (Gráfico 2).....	156
<b>APÊNDICE C</b> - Programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> na Área de Nutrição no Brasil de 1971 a 2013 (Gráfico 3).....	157
<b>APÊNDICE D</b> - Programas de pós-graduação da área de nutrição da CAPES segundo conceitos atribuídos no Brasil nas avaliações trienais (gráfico 4) .....	158
<b>APÊNDICE E</b> - Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo dependência administrativa no Brasil de 1998 a 2013 (Gráfico 5).....	159
<b>APÊNDICE F</b> - Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo dependência administrativa no Brasil de 1998 a 2013 (Gráfico 6) .....	160
<b>APÊNDICE G</b> - Cursos de doutorado da Área de Nutrição segundo regiões geográficas no Brasil de 1998 a 2013 (Gráfico 7).....	161
<b>APÊNDICE H</b> - Programas de pós-graduação da Área de Nutrição segundo o quesito proposta do programa na ficha de avaliação no Brasil de 1998 a 2012 (Gráfico 8).....	162
<b>APÊNDICE I</b> - Corpo docente dos Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 2007 a 2012 (Gráfico 9).....	163
<b>APÊNDICE J</b> - Programas de Pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo o quesito corpo docente na ficha de avaliação no Brasil de 1998 a 2012 (Gráfico 10).....	164
<b>APÊNDICE K</b> - Dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas nos Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 1998 a 2012 (Gráfico 11).....	165
<b>APÊNDICE L</b> - Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo o quesito corpo docente, teses e dissertações na ficha de avaliação no Brasil de 1998 a 2012 (Gráfico 12).....	166



<b>APÊNDICE M</b> - Produção Intelectual nos Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 2004 a 2012 (Gráfico 13)....	167
<b>APÊNDICE N</b> - Produção Intelectual nos Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 2004 a 2012 (Gráfico 14)....	168
<b>APÊNDICE O</b> - Produção Intelectual nos Programas de pós-graduação da Área de Nutrição na Ficha de avaliação no Brasil de 1998 a 2012 (Gráfico 15).....	169
<b>APÊNDICE P</b> – Inserção Social dos Programas de pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área de Nutrição na Ficha de avaliação no Brasil de 2004 a 2012 (Gráfico 15).....	170
<b>ANEXO A</b> – Relação de Cursos recomendados e reconhecidos no Brasil em 2013.....	171
<b>ANEXO B</b> – Relação de Cursos recomendados e reconhecidos na Grande Área Ciências da Saúde no Brasil em 2013.....	172
<b>ANEXO C</b> - Programas de pós-graduação na Área nutrição da CAPES segundo quesitos da avaliação trienal 1998/2000 no Brasil.....	173
<b>ANEXO D</b> - Programas de pós-graduação na Área nutrição da CAPES segundo quesitos da avaliação trienal 2001/2003 no Brasil.....	174
<b>ANEXO E</b> - Programas de pós-graduação na Área nutrição da CAPES segundo quesitos da avaliação trienal 2004/2006 no Brasil.....	175
<b>ANEXO F</b> - Programas de pós-graduação na Área nutrição da CAPES segundo quesitos da avaliação trienal 2007/2009 no Brasil.....	176
<b>ANEXO G</b> - Programas de pós-graduação na Área nutrição da CAPES segundo quesitos da avaliação trienal 2010/2012 no Brasil.....	177
<b>ANEXO H</b> – Relação de cursos recomendados e reconhecidos no Brasil em 2013.....	179
<b>ANEXO I</b> – Relação de cursos recomendados e reconhecidos no Brasil em 2013.....	180
<b>ANEXO J</b> – Ficha de avaliação da CAPES 2010/2012.....	181

## INTRODUÇÃO

Este estudo trata de relações sociais associadas ao *campo científico* da *Alimentação e Nutrição* e toma como referência empírica para seu desenvolvimento os programas de pós-graduação inseridos na área denominada “Nutrição” na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), organismo de fomento a formação de pesquisadores e à pesquisa responsável pela avaliação dos referidos programas em todo o Brasil. Buscamos discutir funções de elementos, posições, disputas, interesses, regras que se apresentam no jogo que se dá no campo da Alimentação e Nutrição, mais especificamente no interior dos programas da área Nutrição da CAPES, a partir do conceito de *campo científico* em Pierre Bourdieu.

O interesse por esta temática surgiu quando era bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica (TCT) nível superior pela FAPERJ<sup>1</sup>, apoiando pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (NECTAR) do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Esta bolsa era referente à minha inserção numa proposta de investigação denominada “A Pesquisa sobre *Alimentos, Alimentação e Nutrição* no Brasil”. Tratava-se de um projeto global de grande porte, em andamento desde 2005, através do qual buscamos descrever e desenvolver reflexões conceituais sobre a produção de conhecimentos e saberes em campos específicos da pesquisa: as correntemente denominadas *Ciências dos Alimentos* e o domínio cotidianamente identificado como *Nutrição* e que passa a ser tratado por *Alimentação e Nutrição* no âmbito deste nosso empreendimento teórico-conceitual.

Antes de ingressar na UERJ, como bolsista técnica no NECTAR, fiz minha Graduação em Nutrição na Universidade Estácio de Sá, voltada para a clínica ambulatorial e hospitalar e concluída em dezembro de 2007. Logo após, tive oportunidade de fazer Treinamento Profissional oferecido pela Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro no Hospital Municipal Miguel Couto e de trabalhar como nutricionista do Hospital Copa D’Or, quando pude aprimorar a prática clínica e hospitalar e onde ganhei larga experiência, responsabilidade e autonomia

---

<sup>1</sup> Processo E-26/100.341/2010.

profissional. Concomitantemente, iniciei a Pós-graduação *Lato sensu* em Nutrição Clínica na Universidade Cruzeiro do Sul, buscando aprofundar e ampliar meus conhecimentos nesse campo de atuação.

Após oito meses de trabalho, soube da oportunidade de trabalhar no NECTAR. Como também sempre me interessei pela pesquisa, busquei inserção como ouvinte no Curso de Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o que se mostrou um bom caminho.

Surgiu, então, uma grande indecisão: continuar trabalhando no hospital ou rumar para a academia e me tornar uma pesquisadora? Após colocar ambos em uma “balança”, optei pela pesquisa. O encontro com as Ciências Humanas e Sociais foi um tanto difícil. Todavia, após algumas leituras, discussões e reflexões, passei a perceber o quanto era necessária e importante uma visão mais ampliada sobre os fenômenos sociais e, mais especificamente, sobre o universo da *Alimentação e Nutrição*, no qual estou inserida.

Na condição de bolsista do NECTAR, tive oportunidade de participar como ouvinte de algumas reuniões do “Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição”, o que despertou meu interesse para o tema da formação de pesquisadores e da produção de conhecimentos e saberes nesse campo da ciência. Ao buscar na literatura existente as pesquisas sobre esta temática, deparei-me com uma grande lacuna, pois só encontrei dois artigos, sendo o último publicado em 2006. Iniciava-se, assim, o desenho preliminar do que viria a se constituir como minha proposta de projeto para o Curso de Mestrado: Um panorama crítico dos programas de pós-graduação *Stricto sensu* no campo científico da *Alimentação e Nutrição* no Brasil. Contemplada com uma bolsa de estudos financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)<sup>2</sup>, prossegui meus estudos.

Estive presente ao “V Encontro Nacional de Pós-Graduação na Área de Ciências da Saúde”, realizado em Búzios, RJ, em novembro de 2011, onde pude assistir a Reunião da Área Nutrição na Coordenação de Aperfeiçoamento de

---

<sup>2</sup> Processo 135449/2011-1.

Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>3</sup>. Esta observação veio a consolidar meu interesse em estudar esse mundo, agora já submetido a um olhar bourdiesiano de quem busca identificar e compreender disposições dos agentes no campo científico, lutas concorrenciais que travam entre si e com aqueles inseridos em espaços políticos correlatos, jogos em andamento, suas regras, consensos, conflitos, contradições, bem como, possíveis implicações derivadas para a ciência e para a sociedade.

Inserida nesse universo na condição de agente provida de pouco capital científico acumulado – em outras palavras, dispondo apenas de uma bolsa de mestrado de valor insuficiente para o atendimento das necessidades básicas de minha vida (ainda que esse valor tenha aumentado ultimamente, o que louvamos!) e que se extinguiria ao final do curso, deixando-me à mercê de um próximo processo seletivo sem garantia alguma de continuidade de financiamento pessoal – vi-me diante a necessidade pela qual muitos mestrados passam: vender minha força produtiva visando alguma segurança, inclusive financeira, no mercado de trabalho. Em outubro de 2011, fiz minha inscrição no processo seletivo do Exército Brasileiro para o cargo de Aspirante-a-Oficial temporário, como Nutricionista. Do ponto de vista de minhas disposições para o exercício profissional, era uma oportunidade de conciliar a prática clínica com a vida acadêmica, sendo motivada por uma estabilidade de emprego, mesmo que temporária, juntamente com remuneração bem mais favorável. De outro lado, a carga horária de trabalho foi substantivamente intensificada. O preço da frágil estabilidade e da melhor remuneração foi o desgaste biológico, emocional e social. O tempo ficou mais breve e fugidio.

Sempre tive uma grande afinidade pela clínica hospitalar e retornar a este universo, mantendo a vida acadêmica ativa, me pareceu muito positivo. Posso afirmar que a formação em pesquisa me propiciou maturidade e uma visão mais abrangente não só sobre a ciência e o campo da Alimentação e Nutrição, como também sobre a vida. Assim, solicitei o cancelamento de minha bolsa de estudos e entrei para o Exército Brasileiro. A vida ficou mais “corrida” e, ao mesmo tempo, mais completa. Posso dizer que estou feliz!

---

<sup>3</sup> A CAPES, fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação (CAPES, 2010a).

Durante minha trajetória acadêmica, participei de outros estudos – com destaque para aqueles vinculados ao meu “objeto” de estudo e valorizando, ao mesmo tempo, trabalhos no campo da nutrição clínica – e que já estão publicados:

- PRADO, S.D. ; BOSI, M.L.M. ; CARVALHO, M.C.V.S. ; GUGELMIN, S.A. ; MATTOS, R.A. ; CAMARGO, K.R.J ; KLOTZ, J. ; DELMASCHIO, K. L. ; MARTINS, M. L. R. Alimenta  o e Nutri  o como campo científico aut  nomo no Brasil: conceitos, domínios e projetos políticos. *Revista de Nutri  o*, v.24, p. 927-938, 2012.
- PRADO, S.D. ; BOSI, M.L.M. ; CARVALHO, M.C.V.S. ; GUGELMIN, S.A. ; SILVA, J.K. ; DELMASCHIO, K.L. ; MARTINS, M.L.R. A pesquisa sobre Alimenta  o no Brasil: sustentando a autonomia do campo Alimenta  o e Nutri  o. *Ciência e Saúde Coletiva*. , v.16, p. 107 - 119, 2011.
- MARTINS, M.L.R. ; DELMASCHIO, K.L. ; CORDEIRO, A.A. Efeitos da utiliza  o de *Smallanthus sonchifolius* (yacon) no tratamento de indivíduos com Diabetes Mellitus. *CERES: Nutri  o & Saúde*. , v.6, p. 35 – 43, 2011.
- MATTOS, R.S. ; CARVALHO, M.C.V.S. ; MARTINS, M. L. R. ; DELMASCHIO, K.L. Corpo e cuidado: uma breve trajetória. *CERES: Nutri  o & Saúde*. , v. 5, p. 85 - 97, 2010.
- DELMASCHIO, K.L. ; MARTINS, M.L.R. ; CORREA, P.P. ; CORDEIRO, A.A. ; PRADO, S.D. Amamenta  o: percep  oes de mães com filhos internados em unidade de terapia intensiva neonatal de uma maternidade do município do Rio de Janeiro. *CERES: Nutri  o & Saúde*. , v. 4, p. 79 - 86, 2009.

Os planos para publica  o do material desta disserta  o já estão traçados. Um livro abordando o campo científico da Alimenta  o e Nutri  o incluir   resultados e reflexões aqui registrados.

Uma vez concluída a etapa básica de minha forma  o como pesquisadora, pretendo prosseguir com um estudo sobre “A pesquisa no campo da Nutri  o Clínica”, cujos resultados preliminares foram apresentados durante o 4   Seminário de Métodos da Pós-Gradua  o: Nutri  o Clínica realizado no decorrer do Encontro SBAN: Nutri  o Clínica de 2012.

## 1 CIÊNCIA, CAMPO CIENTÍFICO E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Neste estudo, dirigimos nosso olhar para os Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* (PPG) inseridos na – assim institucionalmente denominada – “Área de Nutrição” da CAPES, no Brasil. Neste espaço empírico da vida em sociedade aqui recortado – que, entendemos, deva ser identificado como **Alimentação e Nutrição** – interessa-nos a compreensão de disposições de alguns agentes (estudantes, pesquisadores, professores, grupos de pesquisa, coordenações de PPG, empresas e editores de periódicos científicos, coordenações ou comitês de avaliação em agências de fomento e similares) que atuam no *campo científico*, de lutas concorrenciais que travam entre si e com aqueles inseridos em espaços políticos correlatos, científicos ou não, de jogos em andamento, suas regras, consensos, conflitos, contradições, bem como, de possíveis implicações que daí derivam para a ciência e para a sociedade. Trata-se, portanto, de um olhar que considera a política na ciência, uma vez que, conforme Pierre Bourdieu, debates ou embates epistemológicos são necessariamente vinculados a interesses em disputa, inclusive por hegemonia, na vida social.

O interesse por este objeto justifica-se na necessidade de compreensão do *campo científico* da Alimentação e Nutrição (A&N), um espaço social que nos parece estar em intensa transformação e crescimento em termos de pesquisa e de formação de pesquisadores e ainda muito pouco estudado. Já foram realizados alguns estudos a respeito do tema, como dois artigos publicados especificamente sobre os PPG do *campo científico* da A&N. São eles: um “Panorama atual dos programas de pós-graduação em Nutrição no Brasil” (KAC; FIALHO; SANTOS, 2006), este que é central para o nosso trabalho, e “Reflexões do I fórum de coordenadores de programas de pós-graduação em nutrição no Brasil” (KAC et al., 2006). Esses dois artigos foram publicados a partir do movimento de organização dos coordenadores de PPG da área em tela, tendo por autores suas lideranças políticas, agentes neste campo científico em busca de implementar reflexões sobre as práticas no âmbito da pesquisa e da formação de pesquisadores e visando estabelecer um espaço específico para os procedimentos próprios de avaliação no interior da CAPES. Um dos frutos desse movimento foi a constituição do Fórum

Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição (Fórum PPG A&N).

Um dos textos de 2006 foi escrito por nutricionistas e lideranças científicas e políticas<sup>4</sup> que iniciaram atividades de organização dos coordenadores dos PPG em tela. Buscava-se, então, a construção de ações que viessem a propiciar alguma materialização à autonomia desse *campo* no interior da agência governamental responsável pela avaliação dos PPG que, nessa época, estavam subordinados às regras próprias do campo da Medicina. Publicado em um número temático da Revista de Nutrição, apresenta uma síntese dos principais tópicos discutidos e das propostas formuladas durante o primeiro encontro dos coordenadores desses PPG, realizado em junho deste ano, em Salvador. Debruçou-se, nessa ocasião, sobre o perfil dos cursos oferecidos em face dos critérios de avaliação oriundos da área de avaliação denominada na CAPES como Medicina II (o que será detalhado e discutido mais adiante). Dentro da perspectiva de formular estratégias para o fortalecimento da área Nutrição na CAPES, os participantes desse fórum consideraram a necessidade de priorizar e de investir (a) na integração entre projetos financiados, (b) na seleção de alunos que apresentassem vocação para a pesquisa científica, (c) no credenciamento de professores efetivamente voltados para o ensino e para o desenvolvimento de projetos de pesquisa relevantes e (d) na publicação em revistas inseridas em bases indexadoras internacionais e reconhecidas por sua excelência através dos critérios conhecidos como Qualis da CAPES, aos quais retornaremos em discussões posteriores. Na esfera política, foi aprovada a proposta de criação de uma entidade com organização formal capaz de representar e estreitar interesses coletivos do campo científico em tela.

O outro artigo, também elaborado por essas lideranças atuantes no campo<sup>5</sup>, descreve os PPG da área Nutrição no período de 2002 a 2004. Neste último ano, os autores registraram a existência de 11 PPG credenciados pela CAPES, correspondendo a 16 cursos, sendo 11 mestrados acadêmicos e cinco doutorados. Percebe-se um certo grau de preocupação em face de tais dados, uma vez que os autores consideram que ainda se trata de um número reduzido de programas e de

---

<sup>4</sup> Gilberto Kac e Eliane Fialho do PPG Nutrição da UFRJ e Sandra Maria Chaves dos Santos e Ana Marluca Oliveira Assis, ambas do PPG Alimentos e Nutrição da UFBA.

<sup>5</sup> Gilberto Kac, Eliane Fialho e Sandra Maria Chaves dos Santos.

cursos e que vários deles foram criados recentemente. Em conclusão, ressaltam a importância de a CAPES fomentar a criação de programas novos, principalmente na região Norte, enfatizam a relevância de maiores oportunidades para implantação de cursos de doutorado em todo o país e destacam a necessidade de um substancial aumento na produção intelectual dos PPG existentes, considerados os critérios de avaliação da CAPES.

Registramos, em caráter complementar, que ainda neste mesmo número foi publicado o artigo intitulado “Fator de impacto e pós-graduação *stricto sensu* em alimentos, nutrição e ciência e tecnologia de alimentos”, cujos autores<sup>6</sup> também estavam envolvidos, ainda que de perspectivas marcadas por distintas nuances, com atividades relativas à constituição da autonomia do campo nutricional (2006). No conjunto dos três artigos que compõem a primeira seção temática da Revista de Nutrição, destaca-se a ênfase nas métricas relativas à publicação de artigos científicos em periódicos indexados em bases internacionais – neste caso, o *Institute of Scientific Information* – nos processos de avaliação dos PPG em tela, sendo este último texto, em particular, sua expressão mais límpida.

Mais recentemente, por ocasião da criação da Área Nutrição na CAPES, foram publicados três artigos que se relacionam com a nossa pesquisa, conformando também uma seção temática da Revista de Nutrição – único periódico brasileiro do campo indexado em bases internacionais como as acima indicadas, ressaltemos. O primeiro artigo – escrito por pesquisadores<sup>7</sup> vinculados ao Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação<sup>8</sup> (NECTAR), entre lideranças científicas e políticas, em especial, nos campos da *Saúde Coletiva* e da *Alimentação e Nutrição* – traz análise de cunho epistemológico, problematizando os conceitos, domínios e

---

<sup>6</sup> Alceu Afonso Jordão, Rosa Wanda Diez Garcia e Júlio Sérgio Marchini, docentes da USP de Ribeirão Preto.

<sup>7</sup> Shirley Donizete Prado, Maria Lucia Magalhães Bosi, Maria Claudia da Veiga Soares Carvalho, Silvia Ângela Gugelmin, Ruben Araújo de Mattos, Kenneth Rochel Camargo Junior, Juliana Klotz, Karen Levy Delmaschio e Myriam de Lima Ramagem Martins.

<sup>8</sup> NECTAR (Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação) é um grupo de pesquisa que desenvolve investigações acerca da produção de sentidos e significados sobre o alimento na cultura e sobre o campo científico da Alimentação e Nutrição. Integra o Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, compondo também seu Programa de Pós Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde através da linha de pesquisa "Políticas, saberes e práticas em alimentação, nutrição e saúde". Mantém convênios de cooperação científica com a Universidade de Lisboa, Portugal e com a Universidad Rovira i Virgili, em Tarragona, Espanha, bem como, parcerias com a UFRJ, a UFC e com o IOC / FIOCRUZ.



alguns interesses presentes na constituição do *campo científico* da A&N no Brasil (PRADO et al., 2011). O segundo texto – igualmente gerados por pesquisadores<sup>9</sup> que estavam, então, à frente das atividades relativas ao movimento de constituição de espaço próprio para o campo alimentar-nutricional no âmbito das agências de fomento à pesquisa – trata do processo de criação da área Nutrição junto a CAPES, baseado em documento elaborado pelo Fórum PPG A&N (KAC; PROENÇA; PRADO, 2011). O terceiro artigo – desenvolvido por pesquisadores<sup>10</sup> que, então, se encontravam na condição de avaliadores dos PPG da Área Nutrição na CAPES – traz uma descrição do perfil da Pós-Graduação *Stricto sensu* em Nutrição na CAPES, no triênio 2007-2009, no Brasil, evidenciando seu crescimento recente (OLINTO et al., 2011). Outros estudos que se voltam para este campo da ciência merecem também nossa atenção.

Devemos registrar que, em 2011, foi publicado um número temático na Revista Ciência & Saúde Coletiva problematizando um recorte mais específico do campo, a saber, a “Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva”. Tensões entre perspectivas epistemológicas e políticas que marcam diferentes agentes situados no âmbito da Biomedicina e das Ciências Sociais e Humanas ficam bastante evidenciadas nesses trabalhos, com destaque para os procedimentos de avaliação em vigor nas agências de fomento à pesquisa e formação de pesquisadores. O foco dos debates situa-se no âmbito do reconhecimento da existência de espaços interdisciplinares e do seu corolário imperativo no que tange a procedimentos pluri-epistemológicos nos processos avaliativos. Tais elementos são tidos como fundamentais para a efetiva indução do necessário crescimento da pesquisa brasileira com qualidade e voltada para o atendimento de necessidades de vida objetivas e subjetivas da população na diversidade de suas demandas. Todavia, trata-se de uma discussão que, embora venha já de longa data em outros lugares científicos, apenas se inicia no campo alimentar-nutricional.

Enfim, o conjunto destes estudos levou-nos a considerar hipótese de que o campo da Alimentação e Nutrição, particularmente, no que diz respeito à Pós-

---

<sup>9</sup> Agregue-se aqui o nome de Rossana da Costa Pacheco Proença do PPG Nutrição da UFSC.

<sup>10</sup> Maria Teresa Anselmo Olinto (PPG Epidemiologia da UNISINOS), Pedro Israel Cabral de Lira (PPG Nutrição da UFPE), Júlio Sergio Marchini (PPG Medicina – Clínica Médica da USP Ribeirão Preto) e Gilberto Kac.

graduação *Stricto sensu*, está em intensa atividade social, numa dinâmica de reordenamento em novas bases definidas a partir de interesses (consensuais, contraditórios e mesmo paradoxais) mais próprios. Partimos da ideia de que agentes aí presentes vêm assumindo, cada vez mais, a posição de sujeitos de sua própria história e organizando-se em torno do Fórum PPG A&N, que se coloca como um espaço de tomada de decisões e de ação, agregando novos atores sociais e propiciando oportunidades para construção de novos caminhos, de modo a que seus desejos e projetos de mudança, que não são necessariamente iguais entre seus atores, possam ter chance de se tornar realidade. Como exemplo de conquistas do Fórum PPG A&N, temos o início de diálogo entre os coordenadores de programas e destes com a CAPES e a própria criação da área que, ao receber o restrito nome de “Nutrição”, evidencia a força hegemônica do modelo biomédico de pensar e de fazer no campo.

Além do que já foi acima aludido, acreditamos que a criação do Fórum PPG A&N é expressão de um processo de mudanças no *campo científico* da A&N que inclui a passagem de uma condição inicial mais marcada pela passividade (temporalmente situada nas duas últimas décadas dos anos 1900) para a assunção de uma postura mais afeita a aproximação aos centros científicos de poder, aqui representados pelas agências de fomento como CAPES e CNPq (a partir de meados dos anos 2000).

Consideramos haver, ainda, no interior de tal movimento, hoje em efetivo processo, disputas no campo, que historicamente traz as marcas da hegemonia da perspectiva biomédica e no qual abordagens humanistas ocupam lugar de menor capital científico. Parece-nos que há embates surdos entre agentes que mobilizam suas forças, construindo um discurso que valoriza a ideia de *interdisciplinaridade* e, através desta mesma prática, estabelecendo nebulosidades que vem a ofuscar a necessidade de investimentos fortes na construção de espaços efetivamente *pluriepistemológicos*.

Nesta trajetória parece ainda haver uma certa disposição acadêmica mais afinada com o modelo que tem por base a ideia de *produtividade científica*, ora vigente nessas mesmas agências que executam parte substantiva da gestão científica nacional, o que, em algum grau, também representa e implica em limitações, barreiras para a constituição de um projeto de formação de pesquisadores mais reflexivos diante da vida em sociedade e de sua condição de

cientistas abertos a convivência com uma real multiplicidade de abordagens epistêmicas na produção de conhecimentos e de saberes.

Acreditamos que reflexões a respeito destas perspectivas podem nos auxiliar no sentido de uma reorientação do olhar sobre a A&N no Brasil, de modo a que venhamos a dispor de ferramentas para perceber tal reorganização do *campo* em si e nas suas relações com o universo externo a ele, conformando o processo de construção de sua autonomia científica.

Nosso estudo propõe uma revisita aos PPG que compõem a Área de Nutrição da CAPES, buscando atualizar os dados já publicados sobre eles, além de proceder a uma análise crítica deste *campo científico*. Buscamos, a partir de uma visão mais contínua, mostrar sua evolução desde a criação do primeiro programa até 2013.

### **1.1 Ciência. Campo científico e área do conhecimento. Alimentação e Nutrição. Interdisciplinaridade.**

A pesquisa moderna traz consigo uma importante interrogação: “será que um estudo ou uma pesquisa realizada por alguém, é aceitável, é científico?”. Em face de tal pergunta, Isabelle Stengers (1990) coloca uma reflexão que indica sempre um coletivo; a resposta fornecida por uma coletividade e não somente por um indivíduo ou por um conjunto de regras ou técnicas, geralmente, de ordem metodológica. A autora menciona dois tipos de resposta para a pergunta “isso é científico?”.

A primeira, talvez a mais legitimada no meio científico, é “[...] faço ciência porque a definição de meu objeto e de minhas questões responde às normas da cientificidade, porque eliminei tudo o que não correspondia a tais normas” (STENGERS, 1990, p.80). Pode ser o que Mattos (2011) chama de um conceito de senso comum sobre a ciência, uma visão de ciência como produção de conhecimento objetivo, que elimina toda e qualquer questão subjetiva, pois esta pode colocar em perigo toda a cientificidade do estudo. Assim, o cientista pode atribuir ao seu objeto de estudo “um comportamento perfeitamente observável, quantificável, purificado de qualquer referência à experiência vivida, a significação, memórias, interpretações incontroláveis” (STENGERS, 1990, p.81). Esta é a ciência produtora de candidatos à verdade, sem nenhum tipo de problematização. É a

verdade sendo interpretada como algo que corresponde à realidade tal como ela é. Onde quem tem o poder de descobrir essa verdade é o cientista, através do método científico adotado na pesquisa.

Na outra resposta, busca-se uma postura não autoritária da ciência. Stengers responde a pergunta definindo a ciência como “matéria para controvérsias”. Neste caso, a verdade passa a ser aquilo que um conjunto competente de pessoas diz ser. Alinhamo-nos à segunda resposta entendendo que é necessário abandonar a ideia de ciência pura, de neutralidade, pois nela há interesses, disputas, embates políticos, paradigmas diversos, conflitos etc. Posicionamo-nos em favor de estudos realizados dentro dos mais rigorosos referenciais e parâmetros teóricos e metodológicos, mas consideramos que o pesquisador e sua pesquisa jamais serão neutros ou definitivamente verdadeiros, uma vez que, ao fazer uma pesquisa, seja ela qual for, o pesquisador já está interferindo na ciência e no mundo.

Entendemos que existe, nos dias atuais, um verdadeiro universo de competição na ciência, seguindo a hegemônica lógica de que quem ganha mais é o melhor. As disputas por financiamentos, vagas, indicações e similaridades acontecem num cenário de ampla constituição de novos domínios de conhecimento, onde o espaço para cooperação fica, pelo menos, reduzido. Não raro, a problematização dos estudos e de suas implicações éticas e operacionais para a vida ocupam um plano inferior em comparação com o valor instrumental da publicação de artigos em grande número e em determinados periódicos, diminuindo a percepção crítica e as reflexões do pesquisador e de seus orientandos formados já neste contexto e incorporando este específico *habitus* científico. Consideramos ético que o cientista trabalhe a partir de uma abordagem socialmente contextualizada de seus estudos, de uma disposição para a colaboração cordial no exercício das pesquisas, ainda que estejamos presos a um regulamento, muitas vezes brutal, de produtividade (CASTIEL; SANZ-VALERO; VASCONCELLOS-SILVA, 2011; LUZ, 2005; LUZ, 2007).

Seguindo a abordagem teórica de Bourdieu (1994, p. 131), a noção de *campo científico* refere-se a

“[...] um espaço de luta pelo monopólio da competência científica que é socialmente reconhecida a um agente determinado, ou seja, a capacidade técnica e o poder social de falar e intervir legitimamente em matéria de ciência”

Desta forma, quando utilizamos a terminologia *campo científico* estamos abordando a vida social na qual se dá a produção de conhecimentos e saberes relativos aos *nutrientes*, aos *alimentos* e à *comida* e onde agentes se movimentam de acordo com os interesses em jogo.

Devemos deixar bem clara a diferença entre este conceito de *campo científico* acima aludido e a categoria empírica “Área do conhecimento” ou simplesmente “área” largamente presente nos discursos e nas ações institucionais como a avaliação e o financiamento de projetos de pesquisa e de programas de pós-graduação no Brasil. Os órgãos de fomento à pesquisa se baseiam na denominada “Tabela das Áreas do Conhecimento”, considerada por eles uma ferramenta útil para organizar as informações e facilitar a administração e a avaliação dos PPG e suas atividades. Ou seja, a nomenclatura utilizada no senso comum da vida cotidiana da ciência brasileira é “área”, sendo definida como um “[...] conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas” (CAPES, 2010b). Podemos perceber que esta é uma categoria empírica de cunho operacional, instrumental e que não abarca as questões políticas do *campo científico* ou que as colocam em silêncio ao excluir do cenário toda a discussão do Humano, seus interesses, as arenas de debates e as contingências.

Um exemplo que possibilita a visualização dessa diferença entre *campo científico* e “área do conhecimento” que aqui enfatizamos corresponde à existência de programas de pós-graduação que têm *nutrientes*, *alimentos* e/ou *comida* como seus objetos centrais de estudos, mas que não fazem parte da “área” Nutrição da CAPES. Estão em outras áreas como a Saúde Coletiva ou a Ciência e Tecnologia de Alimentos, por exemplo. Por que isso acontece? Certamente, por haver interesses institucionais em jogo, financiamentos, distintas facilidades e dificuldades, prestígios de ordens diferenciadas, enfim, avaliações políticas sobre limites e possibilidades estabelecidos nas relações sociais em que os agentes coletivos e individuais envolvidos na constituição desses programas se inserem. O *campo científico* da Alimentação e Nutrição engloba ou não esses programas conforme as forças sociais que os representam estejam participando dos jogos em andamento.

Assim, optamos por cessar nesta pesquisa com a familiaridade ou o senso comum desta terminologia “área” e só utilizá-la quando necessário para delimitar aspectos operacionais ou instrumentais ou administrativos para as agências de

fomento à pesquisa e a formação de pesquisadores. Este é o sentido que pretendemos imprimir a tal termo neste trabalho.

Do mesmo modo, é necessário estabelecer significados para os termos “Nutrição” e “Alimentação e Nutrição” (A&N). Até bem poucos anos atrás, a grande maioria dos estudiosos fazia uso exclusivo do termo “Nutrição” para designar o *campo científico* em foco. Com exemplo, os PPG em atividade no Brasil recebiam denominações como Nutrição ou Ciência(s) da Nutrição, sendo criado, somente em 2008, o primeiro programa que traz em seu nome e em suas linhas de pesquisa a nova terminologia: “Alimentação, Nutrição e Saúde”, este pertencente à UERJ. Recentemente, em 2011, mais um PPG inicia suas atividades na Universidade Federal do Paraná (UFPR) sob a denominação “Segurança Alimentar e Nutricional”.

Tal condição vem sendo trabalhada por pesquisadores que atuam no *campo* alimentar-nutricional, problematizando-o a partir das Ciências Humanas e Sociais; *atores sociais* ou *agentes* que vem argumentando em favor do uso da nomenclatura “**Alimentação e Nutrição**”, buscando agregar às abordagens nutricionais (estudos sobre demandas biológicas de *nutrientes* no corpo humano) análises que considerem as relações em sociedade mediadas pela *comida* – entendida esta como alimento simbolizado – (PRADO et al., 2011a; PRADO et al., 2011b; KAC, PROENÇA; PRADO, 2011). Assim, utilizamos a terminologia “*Alimentação e Nutrição*” para nos referir ao *campo científico* em questão e quando falamos sobre “área”, empregamos a palavra “Nutrição” seguindo o dizer do cotidiano administrativo e dos órgãos de fomento à pesquisa. Ressaltamos que a terminologia “Nutrição” não dá conta das especificidades e questões que o *campo científico* em tela nos coloca como desafios a serem permanentemente respondidos.

Notemos que a ideia de Área da Nutrição, ao voltar-se para seu objeto *nutriente*, faz uso de perspectivas metodológicas mais próprias dos estudos situados na ordem da Natureza, o que lhe confere caráter mais disciplinar. Já o campo científico da Alimentação e Nutrição, ao incluir *comida* em seu escopo de pesquisas, passa a abranger também os sentidos e significados atribuídos à comida como objeto de interesse, o que implica na adoção de procedimentos metodológicos identificados com a investigação inserida na ordem do Social. A assunção de tal complexidade implica, inescapavelmente, em abordagens interdisciplinares ao campo científico da Alimentação e Nutrição, afinal na vida em curso não há como separar nutrientes de comidas e, para gerar conhecimentos e saberes sobre tais

objetos, a necessidade de articulação entre referenciais teóricos e metodológicos de ambas as ordens, do Natural e do Social, ou seja, uma perspectiva pluriepistemológica, é imperiosa.

O quadro 1 organiza objetos e conceitos correspondentes aos campos científicos dos *Alimentos e Alimentação e Nutrição* na atualidade.

Quadro 1 - Ciência do Alimento. Nutrição e Alimentação. Conceitos e domínios científicos

Conceitos		Domínios científicos
<b>Ingerir</b>	<p><b>Alimento</b> Sobrevivência Seleção natural Vida humana biológica Natureza</p>	<p>O campo da <i>Ciência do Alimento</i> voltando-se para o <i>alimento</i> compreendido como substância tomada pelo corpo com fins nutricionais</p> <p><b>Ciência do Alimento</b></p>
<b>Nutrir</b>	<p><b>Nutriente</b> Dieta Clínica Epidemiologia Biomedicina</p>	<p>O campo da <i>Nutrição</i> dirigindo-se para a produção de conhecimentos sobre <i>nutrientes</i> e suas interações nas células do corpo humano normal ou patológico</p>
<b>Alimentar</b>	<p><b>Comida</b> Trabalho, linguagem e simbolismo Vida humana em sociedade</p>	<p>O campo da <i>Alimentação</i> trata da geração de saberes sobre a <i>comida</i>, como mediadora de relações sociais entre seres humanos</p> <p><b>Alimentação e Nutrição</b></p>

Fonte: ADAPTADO DE PRADO et al., 2011a, p. 934

O *campo científico Alimentação e Nutrição* corresponde, então, a um complexo espaço que entendemos como eminentemente interdisciplinar. Consideramos que é impossível estudar necessidades e recomendações nutricionais de seres humanos vivendo em sociedade sem passar por diversos campos de produção de conhecimentos e saberes. Registramos que, seja na ciência, profissão e/ou política, as expressões interdisciplinar ou multiprofissional ou multidisciplinar ou transdisciplinar estão inseridas nos discursos de importantes *atores sociais* quando se referem ao campo da A&N.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRNs) registram que

A profissão de Nutricionista assumiu posição de destaque na área da saúde e se expandiu para os campos de interface da Alimentação e Nutrição com as demais ciências. No campo de atuação específica novos espaços se abriram e a participação conjunta em outras áreas é cada vez mais, surpreendentemente, diversificada (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2013).

A participação do sistema CFN-CRNs poderá orientar a criação de cursos capazes de oferecer uma sólida formação básica, alicerçada em fundamentos interdisciplinares e multiprofissionais, que prepare os nutricionistas para os desafios atuais da nossa sociedade (CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS, 2013).

Da mesma forma, a Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN) e Associação de Nutrição do Estado do Rio de Janeiro (ANERJ) afirmam que

O crescente dinamismo das organizações sociais brasileiras e das instituições de ensino, pesquisa e extensão, que pela sua capacidade propositiva contribuíram para fortalecer as ações de Segurança Alimentar e Nutricional (garantia de acesso universal a quantidade adequada de alimentos, com qualidade sanitária, nutricional e respeito à cultura alimentar, em bases produtivas sustentáveis) nos últimos anos e ampliar o processo de democratização no país. Neste contexto, cabe ressaltar que o campo de saberes e práticas do nutricionista vem se ampliando e diversificando e fortalecendo o diálogo com outras áreas do conhecimento. Ainda assim, as condições de saúde e nutrição no país trazem desafios importantes para a prática profissional e exigem uma atuação interdisciplinar e ações intersetoriais (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, 2013).

Podemos dizer que esta perspectiva, que enfatiza a interdisciplinaridade como marca de identidade do campo em tela, está expressa nos espaços relativos à formação de pesquisadores e produção de conhecimentos e saberes. No interior do Fórum PPG A&N tem havido vários debates sobre esse tema, incluindo a publicação de um desenho dos *núcleos de saberes*<sup>11</sup> que compõem o campo alimentar-nutricional. Em 2011, foi publicado pelas lideranças então em atividade um levantamento acerca das linhas de pesquisa que compõem os PPG da área Nutrição (ainda integrando a área Medicina II na CAPES), no qual são claramente identificados distintos núcleos de saberes em sua conformação.

---

<sup>11</sup> O constructo “núcleos de saberes”, corresponde a “espaços e formações disciplinares” (NUNES, 2009).



Quadro 2 - Linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação\* distribuídos por núcleos de saberes que conformam o campo científico Alimentação e Nutrição, 2009, Brasil

<b>Núcleos de saberes que conformam o campo científico Alimentação e Nutrição</b>	<b>Número de linhas de pesquisa**</b>	<b>Percentual</b>
<b>1. Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva</b>	<b>29</b>	<b>42,0</b>
1.1. Epidemiologia e Nutrição (Estudos epidemiológicos sobre nutrição e determinação do estado nutricional)	14	20,3
1.2. Políticas de Alimentação e Nutrição (Estudos sobre políticas, planejamento e gestão de programas de alimentação e nutrição)	9	13,0
1.3. Ciências Humanas e Sociais em Alimentação e Nutrição (Estudos sobre cultura, economia, educação, comunicação, epistemologia, direito, sociologia, filosofia em alimentação e nutrição)	6	8,7
<b>2. Nutrição Básica e Clínica</b>	<b>24</b>	<b>34,8</b>
2.2. Nutrição Básica (Estudos bioquímicos, fisiológicos e genéticos sobre nutrição em animais de laboratório e humanos)	14	20,3
2.3. Nutrição Clínica (Estudos clínicos sobre nutrição de humanos)	10	14,5
<b>3. Nutrição e Alimentos</b> (Estudos sobre composição química, qualidade sanitária e tecnologia dos alimentos)	<b>11</b>	<b>15,9</b>
<b>4. Alimentação e Nutrição em Produção de Refeições</b> (Estudos sobre produção e consumo de refeições em Unidades de Alimentação e Nutrição coletivas e comerciais)	<b>5</b>	<b>7,2</b>
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>100,0</b>

Fonte: KAC, GILBERTO; PROENÇA, ROSSANA PACHECO DA COSTA E PRADO, SHIRLEY DONIZETE. A CRIAÇÃO DA ÁREA "NUTRIÇÃO" NA CAPES. *REV. NUTR.* 2011, VOL.24, N.6, PP. 905-916.

\* Os programas de pós-graduação *Stricto sensu* encontravam-se inseridos na área de avaliação de Medicina II na Capes quando este levantamento foi realizado.

\*\* Há duplicidade nos registros acima, pois uma mesma linha de pesquisa, algumas vezes, contempla mais de um dos núcleos de saberes.

Esse tema tem sido abordado com regularidade nos últimos anos. Do Relatório do XI Encontro do Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição, realizado em Fortaleza, de 07 a 09 de maio 2013 (ENCONTRO DO FÓRUM NACIONAL DE COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, 2013, p.2) consta o seguinte registro:

Por demanda da Coordenação da área “Nutrição” na CAPES e da representação da “Nutrição” no Comitê de Assessoramento (CA) do CNPq, foi elaborada uma proposta de reformulação da Tabela das Áreas do Conhecimento no item “Nutrição” que ficou, por consenso, desenhado conforme o quadro abaixo.

Quadro 3 - Núcleos de saberes

<b>Nome da área: Alimentação e Nutrição</b>	
Núcleos de saberes	
1. Nutrição Básica, Experimental e Clínica	<p>1.1. Abordagens moleculares, celulares, genéticas, bioquímicas em condições fisiológicas e patológicas.</p> <p>1.2. Diagnóstico e/ou intervenção nutricional e atividade física em indivíduos saudáveis e enfermos nos ciclos de vida.</p>
2. Alimentos e Alimentação de Coletividades	<p>2.1. Vigilância e segurança de alimentos</p> <p>2.2. Desenvolvimento e avaliação de alimentos, produtos e processos aplicados à Nutrição</p> <p>2.3. Gestão e qualidade em alimentação para coletividades</p>
3. Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva	<p>3.1. Nutrição e Epidemiologia</p> <p>3.2. Políticas de Alimentação e Nutrição</p> <p>3.3. Ciências Humanas e Sociais em Alimentação e Nutrição</p>

Também em documentos oficiais disponibilizados pela CAPES, onde se registra a importância dessa característica identitária do campo Alimentação e Nutrição.

A nova área de Nutrição foi constituída a partir de 18 Programas emanados da área de Medicina II e, como esta guarda características multidisciplinares e interdisciplinares, com interface nas áreas Biológicas I, II e III, Saúde Coletiva, na Sociologia, Antropologia, Psicologia, e além destas áreas que

também apresentam certa interface com a Medicina II, com a Ciência e Tecnologia dos Alimentos, que pertence a área de Agrária. [...] Uma das justificativas, inclusive, para a criação da nova área era sua intensa interdisciplinaridade (CAPES, 2013i).

Assim, parece não haver polêmica significativa quanto ao reconhecimento da interdisciplinaridade que identifica o campo da Alimentação e Nutrição nos discursos institucionais e que um projeto forte de produção de conhecimentos e saberes e de formação de pesquisadores corresponde a caminhar no sentido da aproximação a tais perspectivas.

Podemos, portanto, assumir que, tomando por referência tais discursos institucionais, não se estuda ou não se pratica com sucesso o saber sobre A&N, se a interdisciplinaridade e a perspectiva pluriepistemológica não for efetivamente considerada.

Todavia, devemos registrar a existência de um conjunto de estudos (SILVA et al., 2010; BOSI; PRADO, 2011a; BOSI; PRADO, 2011b, DELMASCHIO, 2012; PRADO et al., 2011a; PRADO et al., 2011b) que vem problematizando tais práticas discursivas, das quais parece emergir um consenso em torno da interdisciplinaridade no campo alimentar-nutricional. Neste campo, confrontamo-nos com cenários nos quais alguns *atores sociais* que trazem em si substantivos aportes de capital científico, político e financeiro, movidos por interesses diversos, desconsideram essa forte característica da A&N.

Exemplo elucidativo se apresenta no CNPq que, através do seu Diretório dos Grupos de Pesquisa, imprime uma concepção disciplinar e bastante restritiva aos campos da ciência ao considerar apenas a área predominante de cada grupo de pesquisa em suas tabulações que mostram o perfil da pesquisa brasileira, sem levar em conta inserções simultâneas em diferentes domínios da ciência o que, no nosso entendimento, resulta na impossibilidade de identificação de perspectivas de cunho ou tendência para a interdisciplinaridade.

A própria denominação da “área” (Nutrição e não Alimentação e Nutrição), seja no CNPq, na CAPES ou em outros espaços científicos, exemplifica a inscrição no modelo disciplinar que marca o estilo de pensamento biomédico.

Através desse processo, a hegemonia biomédica e a perspectiva de cânone disciplinar se impõem sobre abordagens humanistas e interdisciplinares, tanto no âmbito da produção de conhecimentos e saberes, quanto da formação de

pesquisadores. Tal fenômeno é registrado em estudos realizados em outros campos, como por exemplo, o da Saúde Coletiva no interior da “Grande Área da Saúde” (COSTA, 2012; CAMARGO JR, 2013; CASTIEL; SANZ-VALERO; VASCONCELLOS-SILVA, 2011; KEER-PONTES, 2005) ou das Humanidades (SILVA JUNIOR; FERREIRA; KATO, 2013; HORTA; MORAES, 2005; MARASCHIN; SATO, 2013; FONSECA, 2011) em relação ao conjunto todo da ciência nacional.

Argumentam os autores desses estudos no sentido da existência de homogeneizações e silenciamentos por detrás do “aparente consenso” nos discursos institucionais das agências de fomento à pesquisa, efetivados por meio do uso de terminologias técnico-administrativas (como aquele que opera através de *áreas* e *subáreas* do conhecimento ou de *fatores de impacto de periódicos internacionais* como referências para avaliação de programas e de pesquisadores, para citar alguns exemplos) ou de expressões que praticamente se transformaram em *slogans* institucionais (como “A CAPES somos nós”) que naturalizam e conferem o tom de neutralidade a práticas eminentemente sociais e políticas.

Tais discursos – e práticas correspondentes – encontram seu chão na conformação da universidade e da pós-graduação brasileira. Não é nossa intenção aqui reconstituir a história dessas instituições, senão assinalar alguns elementos que podem nos auxiliar na compreensão do cenário no qual se dá a constituição dos programas de pós-graduação no campo da Alimentação e Nutrição no Brasil.

## 1.2 Pós-graduação *Stricto sensu* brasileira

A criação da universidade no Brasil revela inicialmente uma importante resistência, seja por Portugal, como reflexo da colonização, seja por parte dos habitantes locais, que não encontravam uma justificativa para a criação de uma instituição desse gênero na colônia, considerando mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores (FÁVERO, 2006).

A criação de instituições de ensino superior (IES) no Brasil materializou-se com a chegada da família real portuguesa na colônia, dentro da perspectiva de proporcionar a específicos setores desta sociedade um diploma profissional e a

possibilidade de ocupar lugares privilegiados em um mercado de trabalho restrito, além de lhes conferir prestígio social. A implantação das IES aconteceu lentamente no século XIX, por meio da criação de escolas isoladas, de perfil profissionalizante e dissociadas das atividades de pesquisa. A ampliação do ensino superior era contida pela capacidade de investimentos do governo central e dependia de sua vontade política. Diante desse quadro de possibilidades restritas, a partir do final século XIX, as elites locais e confessionais católicas passaram a investir no empreendimento de estabelecimentos privados de ensino superior (MARTINS, 2002).

Em 1920, constituíram-se manifestações em defesa da criação de universidades que fossem capazes de abarcar a ciência, os cientistas e de promover a pesquisa. Neste mesmo ano foi criada a primeira instituição universitária – a Universidade do Rio de Janeiro – que, todavia, não chegou a institucionalizar a pesquisa. Somente em 1930, foram criadas as primeiras universidades no país – a Universidade de São Paulo em 1934 e a Universidade do Distrito Federal em 1935 – baseadas num modelo novo que contemplava o ensino e a pesquisa (SILVA, 2009).

Neste cenário de parco capital científico acumulado, a pós-graduação no país teve origem no início da década de 1930, no Governo Provisório de Getúlio Vargas (SANTOS, 2003). O contexto incluía a proposição do Estatuto das Universidades Brasileiras e, como ainda era incipiente a experiência em matéria de pós-graduação, foi inevitável recorrer a modelos estrangeiros como referências para criar o nosso próprio sistema. Baseada originalmente no modelo europeu, principalmente no estilo francês, a pós-graduação foi, então, organizada em torno de professores catedráticos, que eram responsáveis por um domínio específico de conhecimento, e assistentes e associados que trabalhavam sob sua direção, muitas vezes personalista e autocrática (VERHINE, 2008). Os professores eram estrangeiros, que estavam no país como membros de missões acadêmicas ou como foragidos da Segunda Guerra Mundial (KUENZER; MORAES, 2005). O foco das atividades incidia sobre as escolas profissionalizantes, onde o estudo pós-graduado era essencialmente visto como uma aprendizagem para aqueles já integrados à comunidade acadêmica (VERHINE, 2008).

Em 1949, por iniciativa do presidente Dutra, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) – atualmente Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mantida a sigla que o identifica (SILVA; OLIVEIRA, 2009). Ainda hoje, é um dos pilares de sustentação e da promoção da pesquisa e formação de quadros

técnico-científicos, passando a ser uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país (CONSELHO, 2010). Já no ano de 1951, no começo do segundo governo Vargas, foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tinha como objetivo “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (CAPES, 2010a). As relações entre países, e suas correspondentes economias, não eram, todavia, favorecedoras à instituição de um parque científico independente e de ponta no Brasil. Segundo Santos (2003, p. 629):

A modernização do Brasil nos anos de 1960 deu-se dentro de um contexto de integração entre países periféricos e países centrais. Essa integração implicava a expansão de mercados consumidores nos países periféricos e o fomento dos centros produtores de Ciência & Tecnologia (países centrais). O objetivo das nações mais desenvolvidas era o aumento de mercados consumidores e o desestímulo à concorrência científica ou tecnológica.

Neste cenário de dependência em relação às nações centrais, a presença dos convênios entre escolas e universidades norte-americanas e brasileiras, juntamente com as iniciativas patrocinadas pela CAPES, pelo CNPq e por outras agências nacionais e internacionais na formação de uma massa crítica que pudesse participar da implantação da Pós-graduação brasileira foi instalada a pós-graduação em moldes de alcance nacional (SANTOS, 2003).

Uma sociedade dependente vincula-se a outra, supostamente mais organizada e desenvolvida, para estabelecer uma relação de “parceria subordinada”. Tal dependência, contudo, é extremamente nociva mormente na área da pesquisa, uma vez que a compra de *know-how* estrangeiro se torna um mau negócio por desestimular as iniciativas de desenvolvimento tecnológico do país importador, limitando a formação de cientistas e pesquisadores. Nesse contexto, o valor do cientista depende do impacto internacional que seu trabalho tem e da consonância do tema de sua pesquisa com os interesses dos países desenvolvidos. A interferência da United States Agency for International Development (USAID) nos rumos da educação brasileira na década de 1960 deve ser entendida sob esta ótica (SANTOS, 2003, pg 629).

Em 1965, houve importante impulso para a pesquisa e a formação de pesquisadores com o Parecer nº 977 do Conselho Federal de Educação, conhecido como “Parecer Sucupira” que estabeleceu pela primeira vez o formato institucional

básico da pós-graduação brasileira (BALBACHEVSKY, 2005). Este parecer teve como relator o conselheiro Newton Sucupira e como objeto a definição da Pós-graduação, seus níveis e suas finalidades. Distinguiram-se os dois níveis de Pós-graduação: *Lato sensu*, voltada para qualificar a natureza e destinação específica de um curso e *Stricto sensu*, englobando o sistema de cursos que se superpõe à graduação com objetivos mais amplos e aprofundados de formação científica ou cultural (CURY, 2005). O parecer resume esta distinção entre os dois níveis da seguinte forma:

Em resumo, a pós-graduação *sensu stricto* apresenta as seguintes características fundamentais: é de natureza acadêmica e de pesquisa e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização, via de regra, tem sentido eminentemente prático-profissional; confere grau acadêmico e a especialização concede certificado; finalmente a pós-graduação possui uma sistemática formando estrato essencial e superior na hierarquia dos cursos que constituem o complexo universitário. Isto nos permite apresentar o seguinte conceito de pós-graduação *sensu stricto*: o ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico (BRASIL, 2011 p. 6).

Cabe chamar a atenção para o fato de que o parecer foi elaborado no segundo ano do regime militar, que se caracterizava por um traço acentuadamente nacionalista marcado por um discurso que enfatizava a construção de um Estado nacional forte, o “Brasil grande”. Com isso, várias mudanças ocorreram com relação à duração e conteúdo das intervenções militares na política brasileira, provocando fortes repercussões no campo educacional. Para o exercício ou para a conquista do poder é necessária uma busca incessante pela sua legitimação, sendo a ideologia o instrumento clássico de justificação de regimes políticos autoritários e ditatoriais. Por isso, havia a necessidade de formar almas, sobretudo através da educação cívica, tendo o Exército como educador do povo, para alcançar o desenvolvimento econômico e a grandeza do país. Desse modo, o processo de democratização em curso no Brasil desde os anos de 1940 foi bruscamente interrompido, sendo uma das primeiras medidas adotadas pelo regime militar a imposição do silêncio, inclusive nos amplos setores vinculados ao campo da educação, como professores, estudantes e dirigentes de escolas. “O outro é desprovido de qualquer valor porque

é subversivo e, por isso, deve ser silenciado, reprimido, banido do espaço público” (GERMANO, 2008).

Isso fica muito evidente no campo da educação, pois diz respeito à formação e, como consequência, as universidades foram invadidas por forças militares, onde muitos estudantes, professores e cientistas proeminentes foram processados, presos, cassados, exilados e assim por diante. Além disto, a repressão maior, talvez, tenha recaído sobre os movimentos de educação e cultura popular, onde escolas foram fechadas, bibliotecas destruídas, professores processados e presos. Assim, o governo militar propôs e implantou reformas da educação básica à educação superior, iniciando a reforma por esta última.

uma universidade mais voltada à técnica e à ciência instrumental, pouco afeita ao pensamento. Na verdade, não há lugar para o pensamento crítico, pois se trata de uma instituição produtivista e autoritária, orientada para o mercado de trabalho e dotada de uma estrutura, excessivamente burocrática e tecnicista, já que predominava o discurso da eficiência da empresa capitalista (GERMANO, 2008).

Parece haver um certo consenso entre os estudiosos: a carência de recursos humanos para alcançar o objetivo de construir o almejado Estado forte e poderoso foi um dos fatores determinantes para o apoio à criação e expansão da pós-graduação dentro e fora das universidades. Para tanto – ainda que sob o regime ditatorial e nem sempre com alinhamento aos seus preceitos –, alianças entre militares e academia ocorreram com vistas à definição das políticas de modernização e de financiamento das instituições brasileiras de ensino superior nos anos de 1970 (KUENZER; MORAES, 2005).

A perspectiva de uma reforma universitária era horizonte comum de muitos grupos sociais e de vários intelectuais desde os anos de 1950 (BALBACHEVSKY, 2005). Assim, em julho de 1968, foi constituído um Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), integrado por brasileiros e americanos, cuja missão era apresentada por meio de um discurso que apresentava a necessidade de uma reforma da universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País (CURY, 2005). A partir de uma proposta original produzida pelo GTRU, o modelo europeu das universidades brasileiras foi modificado e seus fundamentos reorientados a partir do modelo americano (VERHINE, 2008). Os



estudos pós-graduados adquiriram novas características que representavam um compromisso entre o antigo modelo e as exigências da nova legislação (BALBACHEVSKY, 2005).

Neste novo formato, todas as universidades deveriam se transformar em instituições de pesquisa. O sistema de professor catedrático foi substituído por uma estrutura departamental, e para assegurar a criação de programas de pós-graduação, foi determinado que os professores assistentes deveriam possuir o grau de mestre e os adjuntos o de doutor. Esta nova ênfase na pesquisa e na titulação formal foi acompanhada de uma rápida proliferação dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. A legislação nacional estipulava que tais programas de pós-graduação também deveriam combinar uma estrutura composta por curso, créditos, exames e uma dissertação supervisionada (VERHINE, 2008).

Na fase final do regime militar, a pós-graduação e a CAPES passaram por incremento progressivo de sua importância estratégica no cenário do ensino superior brasileiro. Corroboram com tal perspectiva o desencadeamento de algumas iniciativas como: apoio à criação de Associações Nacionais por área de conhecimento; implantação do Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD), que concedia bolsas de estudos e liberação com salário integral para professores universitários cumprirem programas de pós-graduação nos principais centros do país e do exterior; e a aprovação do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG)(HOSTINS, 2006). Em 1976, estava implantado o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação pela CAPES (CAPES, 2011b).

O I PNPG (1975-1979) foi elaborado no contexto do regime militar, sendo a pesquisa e a pós-graduação tomadas como prioritárias para alavancar o projeto de um país forte e poderoso, nos termos anteriormente aludidos. A partir deste momento, a expansão da pós-graduação tornou-se objeto de planejamento do Estado, considerando-a como subsistema do sistema universitário e este, por sua vez, do sistema educacional. Desta forma, o Estado deveria assegurar a estabilidade e regularidade quanto ao financiamento do Sistema Nacional de Pós-graduação, inclusive com a concessão de bolsas de estudos integral para os alunos, extensão do PICD, e a admissão de docentes de maneira regular e programada (BRASIL, 2004).

Em 1981, a CAPES tornou-se o órgão responsável pela elaboração do PNPG e também foi reconhecida como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior. Esta nova tarefa fortaleceu o papel da CAPES, contribuiu para a criação de mecanismos de controle de qualidade e aprofundou sua relação com a comunidade científica e acadêmica (CAPES, 2010a).

Responsável pelo planejamento do II PNPG (1982-1985), a CAPES propôs como objetivo deste plano, não apenas à expansão da capacitação docente, mas a elevação da sua qualidade, enfatizando-se, nesse processo, a importância da avaliação, da participação da comunidade científica e do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, embora este último aspecto seja mais enfatizado no III PNPG (BRASIL, 2004). O III PNPG (1986-1989), – articulado ao III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e o primeiro da Nova República – enfatizou o papel fundamental da pós-graduação para o desenvolvimento da pesquisa básica, do ensino e da geração de novos conhecimentos. Trouxe a proposição de medidas específicas para a institucionalização da pesquisa e buscando articulação entre as diversas instâncias governamentais e a comunidade científica e a ampliação das relações entre ciência, tecnologia e setor produtivo, indicando uma tendência em considerar essas dimensões de forma integrada (HOSTINS, 2006).

Em 15 de março de 1990, no Governo Collor, a Medida Provisória de nº 150, extinguiu a CAPES, desencadeando uma intensa mobilização no mundo acadêmico brasileiro. As pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação das universidades mobilizaram a opinião acadêmica e científica que, com o apoio do Ministério da Educação, conseguiram reverter a medida (que ainda seria apreciada pelo Congresso Nacional). Em 12 de abril do mesmo ano, a CAPES foi recriada pela Lei nº 8.028 e em 1992 se tornou uma fundação pública (CAPES, 2010a).

O IV PNPG não saiu do papel e nem foi divulgado ao público. Várias redações preliminares do plano foram elaboradas, mas todas elas com circulação restrita aos membros da Diretoria da CAPES. A justificativa foi que uma série de fatores, envolvendo restrições orçamentárias e a falta de articulação entre as agências de fomento nacional impediram que o Documento Final se concretizasse num efetivo Plano Nacional de Pós-Graduação. Porém, diversas recomendações que subsidiaram as discussões foram implantadas pela CAPES ao longo do período,

tais como a expansão do sistema, diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional da pós-graduação (BRASIL, 2004). Nesse período, em 1995, após a mudança de Governo (de Fernando Collor de Melo / Itamar Franco para Fernando Henrique Cardoso), a CAPES passou por uma reestruturação, que a fortaleceu como instituição responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de Pós-graduação *Stricto sensu* brasileiros em comparação com o período anterior (CAPES, 2010a).

O cenário internacional passou por muitas e importantes mudanças nas décadas recentes, com destaque para a expansão, em níveis planetários, do modelo de acumulação do capital em novos setores da sociedade, como a ciência, por exemplo. No Brasil, que experimenta nos últimos anos uma certa expansão econômica, ainda que em cenário internacional pouco seguro, novos empreendimentos no âmbito do Estado vem sendo construídos em significativas consonâncias com esses fenômenos associados ao aprofundamento do capitalismo em termos globais. Transformações importantes acontecem no campo da educação e da ciência no País, com fortes repercussões sobre as IES públicas e sobre a pesquisa científica, que passam a ocupar lugar estratégico em face das recentes demandas de ordem econômica. O desenvolvimento tecnológico e de produtos inovadores com vistas à maior inserção do País no mercado e as tentativas de articulação com o setor privado vem tomando dimensões inauditas. Por meio de financiamentos específicos, as universidades públicas vêm sendo, cada vez mais, induzidas a uma cultura institucional até então jamais vista: a da execução de projetos governamentais no campo da ciência, tecnologia e inovação. SILVA JUNIOR, FERREIRA e KATO (2013), consideram que o Plano Diretor para a Reforma do Estado implementado no Brasil, a partir de 1995, estabeleceu referências de ordem política, teórica e ideológica para que um amplo conjunto de instituições fossem igualmente reformadas:

“[...] dava-se o primeiro e decisivo passo para a mudança de sua cultura institucional e para a origem de um novo paradigma de produção de conhecimento e das novas funções sociais e econômicas da universidade pública”.

Não se trata de mera coincidência o fato de termos, logo após a publicização do Plano Diretor para a Reforma do Aparelho do Estado em 1995, a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); alteração pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES) de seu processo de financiamento e avaliação de programas de pós-graduação, tornando-se mais uma das

várias agências reguladoras que foram fundadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso; o início pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), neste mesmo período, de suas variadas formas de avaliação, à época o "provão"; e, em seguida, a mudança pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de sua política de financiamento, outrora, de "demanda livre" para o financiamento de pesquisa por meio de editais, priorizando as áreas científicas que estavam relacionadas com os ramos industriais mais importantes para a política industrial e de comércio exterior. Além disso, as conferências de CT&I passaram a ocupar lugar de destaque entre os eventos internacionais organizados pelo Estado, com apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC), especialmente (SILVA JUNIOR; FERREIRA; KATO, 2013, p. 439).

Daí por diante, o que se registra é um forte crescimento do número de programas de pós-graduação *Stricto sensu* e da geração de seus produtos: formação de número crescente de mestres e de doutores em tempos cada vez menores e forte incremento da publicação de artigos em periódicos internacionais como referências principais de qualidade no âmbito de formação de pesquisadores e da produção de conhecimento.

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, confirmando o desenho anteriormente indicado e após detalhado diagnóstico e análise evolutiva da situação da pós-graduação, o documento do V PNPG (2005-2010) indicou a expansão do sistema em quatro vertentes, entre as quais destacamos as duas últimas: a capacitação docente para o Ensino Superior, a qualificação dos professores da Educação Básica, a especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado e a formação de técnicos e pesquisadores para empresas públicas e privadas. Novos projetos de educação à distância também foram propostos (HOSTINS, 2006). São novos horizontes que, no âmbito da pós-graduação, trazem perspectivas de uma formação mais rápida e mais voltada para a produção, ou seja, para a aplicação prática, que seriam as supostas necessidades do mercado. Os cenários econômicos nacional e internacional mais favoráveis propiciaram substantiva expansão da pesquisa e da formação de pesquisadores já sob a orientação de atendimentos a interesses de cunho mercadológico.

O PNPG 2011-2020 dá continuidade aos planos anteriores e a novidade é que paralelamente a este Plano, está sendo elaborado o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que reflete as propostas de diretrizes e políticas do ensino de Pós-graduação, isso porque o PNPG é parte integrante do PNE. O PNPG 2011-2020 está apoiado em cinco eixos: "1. a expansão do SNPG; 2. criação de uma agenda

nacional de pesquisa; 3. o aperfeiçoamento da avaliação; 4. a multi/interdisciplinaridade; 5. o apoio a outros níveis de ensino” (CAPES, 2011c).

O documento confirma que o SNPG cresceu significativamente nos últimos anos e que está previsto para o próximo decênio um crescimento constante nas mesmas taxas, mantidas as condições atuais. Em sua abrangência e diversidade, o SNPG considera novas modalidades de interação entre universidade e sociedade, além de atenção à diversidade curricular e às formações mais compatíveis com o conhecimento já disponível, bem como, o incentivo a implantação e expansão de programas de formação multi, inter e transdisciplinares (CAPES, 2011c).

O que representa tal formação multi, inter ou transdisciplinar ainda não nos parece suficientemente claro, uma vez que, conforme desenvolvermos mais adiante, ao menos no âmbito do campo alimentar-nutricional, a hegemonia de sua parcela biomédica, juntamente com a ênfase na formação técnica voltada para os interesses empresariais e de mercado que marca os rumos da ciência nacional, coloca limites ao fortalecimento da pesquisa integrada a abordagens humanísticas. Ainda que em franco crescimento numérico e apresentando intensa movimentação de ordem política, os grupos de pesquisa que operam com base nos modelos teóricos e metodológicos fundados nas Ciências Humanas e Sociais representam apenas cerca de 10% do conjunto da pesquisa no campo da A&N (DELMASCHIO, 2012). Além disso, as fontes de financiamento a pesquisa, bem como, os critérios de avaliação dos programas de pós-graduação neste campo parecem-nos bem mais favoráveis à vertente biomédica, o que se constitui como barreiras a capitalização científica por parte dos agentes que buscam o desenvolvimento de estudos de cunho humanístico e sua correspondente desqualificação simbólica e material, a despeito de toda a qualidade que possam apresentar.

### **1.3 A CAPES e o processo de avaliação dos programas de pós-graduação** ***Stricto sensu***

Entre as diversas agências de fomento à pesquisa – o CNPq e as Fundações de Amparo à Pesquisa “FAPs”, – destaca-se a CAPES dado seu papel central na orientação dos rumos da produção de conhecimento científico no Brasil,

especialmente, pelo poder indutor construído através dos procedimentos de avaliação dos programas de pós-graduação. O Sistema de Avaliação da Pós-graduação implantado pela CAPES, em 1976, em termos operacionais segue os modelos internacionais nos quais a avaliação por pares acadêmicos e a autoavaliação institucional fazem parte da metodologia, tendo como unidade de referência o PPG e não a IES (HORTALE; MOREIRA, 2008).

A avaliação dos PPG pela CAPES compreende a realização de um acompanhamento anual e de uma avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o SNPG, realizado por representantes e consultores acadêmicos. Anualmente, cada programa envia suas informações através do instrumento administrativo denominado Coleta CAPES – sistema informatizado que opera na Internet. Os dados são analisados pelos Comitês de Áreas de Avaliação à luz de referências divulgados por meio dos Documentos de Área<sup>12</sup> específicos que informam, em linhas gerais, os critérios de avaliação dos programas e cursos, com destaque para a operacionalização de dois importantes e centrais instrumentos: o Qualis Periódicos<sup>13</sup> e, mais recentemente, o Qualis Livros<sup>14</sup>. Os dados oriundos do “Coleta”, já analisados, são registrados em “Ficha de Avaliação”<sup>15</sup> para cada PPG. Esta ficha serve, tanto para o acompanhamento anual, quanto para a avaliação trienal. Há variações nessas Fichas de Avaliação conforme as áreas do conhecimento e a natureza dos cursos – quando mestrados acadêmicos ou profissionais. Por essa mesma via, também são avaliadas as propostas que os cursos novos enviam para a CAPES propondo sua inclusão no SNPG, através do mesmo conjunto de princípios da avaliação dos programas já existentes. Segundo a CAPES:

O processo de avaliação pode ser descrito da seguinte maneira: primeiro o Coleta Capes, que é uma atribuição dos programas de pós-graduação, das

---

<sup>12</sup> DOCUMENTO DE ÁREA E COMISSÃO. Disponível em: <http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/documento-de-area-e-comissao>. Acesso em: 15 dez. 2013 (CAPES, 2013h).

<sup>13</sup> <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam> (CAPES, 2013c)

<sup>14</sup> [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Roteiro\\_livros\\_Trienio2007\\_2009.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Roteiro_livros_Trienio2007_2009.pdf)

<sup>15</sup> A Ficha de Avaliação Trienal da CAPES corresponde ao instrumento através do qual todos os Programas que integram o SNPG são analisados (CAPES, 2011a).

prós-reitorias ou órgãos equivalentes nas reitorias universitárias, depois a ficha de avaliação. Temos ainda o Qualis periódicos e o Roteiro para classificação de livros, para o triênio 2007-2009. Também faz parte desse processo a avaliação continuada, que na verdade é uma avaliação anual e serve como uma espécie de acompanhamento do programa (CAPES, 2012 e).

Os critérios a partir dos quais se desenvolve o processo avaliativo são estabelecidos, atualmente, com base em referências gerais definidas pelo Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES, que todas as áreas de avaliação devem seguir.

Por exemplo, os periódicos são classificados em uma escala de sete níveis, na qual, obrigatoriamente, metade deve estar alocada nos três níveis superiores; estes, por sua vez, devem ser publicações indexadas em bases internacionais (JCR<sup>16</sup> e SCImago<sup>17</sup>, no caso da área de avaliação Nutrição). Esta estrutura conforma o *Qualis Periódicos*, uma base de informações da qual se depreende serem de melhor qualidade as revistas que estão no topo da lista, ou seja, em seus três níveis superiores. Estabelece-se assim, à priori, que metade das revistas, entre as que os pesquisadores de todas as áreas publicam (no caso da área Nutrição, as estas estão nas bases de indexação JCR e SIMAGO com altos indicadores de citação) são as de boa qualidade e que, portanto, é nelas que se deve publicar. Ora, a partir de qual embasamento científico se pode afirmar que metade dessas revistas corresponde ao que há de melhor qualidade? Por que esse valor não seria de 40% ou 10% ou 70%? Por que um valor fixo? Não haveria flutuações desses percentuais entre diferentes áreas de avaliação? Consideramos muito difícil sustentar que 50% seja “o ponto”, a partir do qual todas as áreas de avaliação possam afirmar que há melhor qualidade científica nos artigos publicados, entre outros argumentos possíveis, porque as áreas são muito diferentes entre si; ou, em outras palavras, porque nos parece que o que está em questão é hegemonia dos campos que consideram que sua cultura científica deve ditar como outras devem se comportar; ou ainda, de outro modo, porque esses parâmetros definem como os recursos

---

<sup>16</sup> O Journal Citation Reports “JCR” corresponde a um recurso que permite avaliar e comparar publicações científicas utilizando dados de citações extraídos de revistas acadêmicas e técnicas e o impacto destas na comunidade científica (CAPES, 2013j) [http://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com\\_pcollection&mn=70&smn=79&cid=94](http://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pcollection&mn=70&smn=79&cid=94)

<sup>17</sup> O SCImago é um portal que inclui revistas e indicadores científicos dos países desenvolvidos a partir da informação contida na base de dados Scopus. Estes indicadores podem ser usados para avaliar e analisar os domínios científicos (SCIMAGO JOURNAL AND COUNTRY RANK, 2013)

(auxílios e bolsas, cargos, posições, prestígio...) serão distribuídos e que agentes serão mais capitalizados ao final de cada processo e ao longo de todo o processo.

Esta questão é especialmente emblemática e vívida em campos científicos por identidade interdisciplinares, uma vez que estes trazem em seu interior as tensões que se manifestam em todo o mundo da ciência. Por serem formados pela convivência (tensa) entre paradigmas diferentes ou por estarem assentados em bases epistemológicas múltiplas, refletem com sensibilidade aguda os macroproblemas que se pode vislumbrar quando se busca estabelecer procedimentos homogêneos para avaliar campos científicos distintos. Isto posto em cenário de capital limitado e operado por agentes fortemente competitivos, implica no que os ditos populares (caros ao campo da Alimentação e Nutrição) bem expressam, em seus sentidos e significados mais profundamente analisados: “Farinha pouco, meu pirão primeiro”, em especial para aqueles que ocupam os lugares estratégicos de definição das regras do jogo científico, incluídos aí os que se encontram com “a faca e queijo nas mãos”, estando a primeira, vez por outra, apontada para os concorrentes.

No período de 1976-1997, os resultados desse processo eram expressos através de uma classificação de escala conceitual alfabética de A a E, considerados programas de pós-graduação de padrão internacional aqueles contemplados com o conceito A. A partir de 1997, passou a vigorar a escala numérica de 1 a 7, sendo que 1 e 2 indicam descredenciamento do programa, enquanto notas 6 e 7 indicam cursos de excelência e inserção internacional. Para programas que tenham apenas mestrado, 5 é a nota máxima. Estes resultados fundamentam a deliberação sobre quais cursos obterão a renovação de "reconhecimento", a vigorar no triênio subsequente (CAPES, 2011b; CAPES, 2011c; CAPES, 2011f). Note-se que, no conjunto dessas regras, somente 10% dos programas podem estar nesse nível de excelência, que lhes confere condições excepcionais em matéria de capital científico de toda ordem. E, mais uma vez, tomamos as mesmas perguntas colocadas anteriormente quanto à qualidade dos periódicos: com base em que fundamentos científicos se pode determinar, aprioristicamente, que 10% dos programas de pós-graduação são os de melhor qualidade? Não haveria campos científicos que apresentariam um conjunto ou um percentual de cursos de excelência diferente de outros? Em outros termos, isso não corresponderia e amarrar a realidade numa camisa de força ao preestabelecer como ela deve ser ao invés de buscar olhar para



ela tal como ela se apresenta? Mais uma vez, o que pretendemos ao levantar estes questionamentos é colocar em foco as diferenças entre diferentes campos da ciência e, por desdobramento imprescindível e inevitável, a necessidade haver distintos procedimentos nos processos de avaliação desses espaços sociais.

A CAPES utiliza para a avaliação dos programas, a classificação das Áreas do Conhecimento, que é baseada na “Tabela das Áreas do Conhecimento”, também conhecida como “árvore do conhecimento”. Esta tabela é construída como uma taxonomia de cunho naturalizante (PRADO; SAYD, 2004), adotada por órgãos que atuam em ciência, tecnologia, cultura, arte e inovação, sendo considerada uma ferramenta útil para organizar as informações e desse modo facilitar a administração e a avaliação dos PPG e suas atividades (CONSELHO, 2011). A Tabela se organiza em quatro níveis (CAPES, 2010b):

**1º nível - Grande Área:** aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos. **2º nível - Área:** conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas. **3º nível - Subárea:** segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados. **4º nível - Especialidade:** caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas e subáreas (CAPES, 2010b).

De acordo com a Tabela, a área Nutrição (até o momento, esta é a terminologia utilizada na CAPES, no CNPq, nas FAPs etc) se encontra assim:

Quadro 3 - Área Nutrição e suas subáreas na Tabela das Áreas do Conhecimento, 2013, Brasil

Códigos e Nomes da <b>GRANDE ÁREA</b> da <b>Área</b> das subáreas	
<b>4.00.00.00-1</b>	<b>CIÊNCIAS DA SAÚDE</b>
<b>4.05.00.00-4</b>	<b>Nutrição</b>
4.05.01.00-0	Bioquímica da Nutrição
4.05.02.00-7	Dietética
4.05.03.00-3	Análise Nutricional de População
4.05.04.00-0	Desnutrição e Desenvolvimento Fisiológico

Fonte: CAPES - TABELA DE ÁREAS DO CONHECIMENTO, 2013.

Um novo modelo da Tabela das Áreas do Conhecimento foi proposto em setembro de 2005, pelos presidentes do CNPq, da CAPES e da FINEP com o intuito de resolver diversos problemas derivados do uso da Tabela original, tanto na gestão, quanto na organização de dados de ciência e tecnologia e educação (DOMINGOS NETO, 2005). No que afeta o campo da A&N, as mudanças sugeridas foram: alteração do nome da Grande Área Ciências da Saúde para Ciências Médicas e da Saúde, o que nos remete, indiscutivelmente, ao poder médico no campo da saúde. A Área permaneceria como Nutrição e, com relação às Subáreas, permaneceria unicamente a Dietética, sendo as demais substituídas por: Avaliação Nutricional, Nutrição Experimental e Nutrição Clínica.

Podemos observar que o novo modelo proposto de classificação das Áreas do conhecimento também não daria conta da atual complexidade e diversidade do *campo científico* da A&N, que se encontra atravessado por inúmeros saberes, múltiplas implicações e incontáveis interesses. No entanto, esta nova proposta ficou somente em sua versão preliminar e nada foi modificado. Fato que pode ser interpretado como resultado das disputas e concorrências que, muito provavelmente, começaram vir à tona em função dos interesses dos *agentes* situados nos diversos espaços do *campo científico* brasileiro. O caso da hegemonia da medicina na saúde, que mencionamos rapidamente acima, seria apenas um dos exemplos dessa luta surda que se trava nos bastidores e corredores e cafés e almoços e jantares... além das reuniões oficiais, obviamente.

Buscando deixar mais clara a colocação do problema do qual aqui tratamos e também nossos argumentos, tomaremos o caso de um campo que consideramos emblemático e bastante similar ao da Alimentação e Nutrição, dado seu histórico caráter interdisciplinar e sua inserção na vida acadêmica onde impera o estilo biomédico de pensamento.

A Saúde Coletiva constituiu-se por volta dos anos 1970 como campo científico e como movimento social, distinguindo-se do Higienismo, da Saúde Pública, da Medicina Comunitária, estas últimas concebidas como especialidades médicas. A fundação da Saúde Coletiva resultou da construção de agentes oriundos dos mais diversos campos do conhecimento, em especial, da Saúde e das Humanidades, conformando três reconhecidos núcleos de saberes: (a) Epidemiologia (originalmente voltada com força para o que então era tratado como determinação social da doença), (b) Políticas e Planejamento em Saúde e (c) Ciências Humanas e

Sociais em Saúde. Se a constituição epistemológica do campo Saúde Coletiva parece ser consensualmente assim reconhecida, não podemos negar a polarização interna a ele que opõe a fragmentação e a interdisciplinaridade em sua existência.

Na perspectiva que advoga a interdisciplinaridade, Nunes nos diz que:

a imagem que associo ao entendimento do campo é a de mosaico – conjunto formado por partes separadas, mas que se aproximam quando a compreensão dos problemas ou a proposta de práticas se situam além dos limites de cada "campo disciplinar", exigindo arranjos interdisciplinares. [...] As idéias desenvolvidas até este momento pautam o campo da Saúde Coletiva como extenso e diversificado, refletindo a própria concepção ampliada de saúde em suas inúmeras interfaces (NUNES, 2009, p. 29).

Devemos registrar que as abordagens situadas no espaço das Ciências Humanas foram as que lhe conferiram ao campo da Saúde Coletiva seu tom marcadamente crítico e analítico em face das racionalidades científicas e políticas, enfim, das práxis em saúde operantes no País (NUNES, 1985; NUNES, 1994; NUNES, 2009; LOYOLA, 2008; FOUCAULT, 1979; ROSEN, 1994; LUZ, 2004).

O aporte das ciências sociais, a partir dos anos 1970, através de suas teorias e metodologias já consolidadas, foi indispensável para o desenvolvimento e consolidação da área que, no campo da saúde, se tornou conhecida como Saúde Coletiva (LOYOLA, 2008, p. 251).

Na segunda vertente e considerando as transformações ocorridas no interior do campo e no Brasil, incluindo os processos avaliativos implementados no âmbito da CAPES tudo isso desde a criação do campo da Saúde Coletiva até os dias atuais, Loyola (2008, p. 253) também nos diz que:

Na ausência de um projeto político coletivo, capaz de aglutinar em uma só direção os esforços do conjunto de profissionais e de disciplinas que compõem a área, esta foi aos poucos se burocratizando e "disciplinarizando-se", ou seja, fechando-se em torno das diferentes disciplinas que compõem o campo nas suas principais áreas de concentração: Epidemiologia, Planejamento e Ciências Humanas

Nessa mesma linha de pensamento, Caponi e Rebelo (2005) assinalam que um dos maiores desafios epistemológicos da Saúde Coletiva é o reconhecimento da interdisciplinaridade, em particular, no âmbito na avaliação dos seus programas de pós-graduação.

A Saúde Coletiva vem tendo seus programas de pós-graduação avaliados no interior da Grande Área das Ciências da Saúde na CAPES, que produz critérios de

avaliação gerais para as áreas de Medicina I, II, III, Enfermagem, Odontologia, Farmácia Fisioterapia/Educação Física e Nutrição, ainda que cada uma destas desfrute de alguma (pouca) liberdade para o estabelecimento de critérios específicos. Predominam largamente nesses espaços de avaliação o uso de periódicos, em especial aqueles presentes em bases indexadoras internacionais, que possibilitam o cálculo do número de citações de seus artigos, como fundamento para conclusões sobre a qualidade dos programas de pós-graduação. Tais revistas científicas, ditas de “alto impacto”, são mais próprias ao mundo da produção de conhecimentos situado na ordem da Natureza, como a Biologias ou a Medicina ou a Epidemiologia e não à Ciências Sociais e Humanas.

Caponi e Rebelo (2005) afirmam que é no espaço interdisciplinar que se deveriam situar as instâncias de avaliação para contribuir para a excelência do campo. Apontam, ainda, para a necessidade da criação de mecanismos institucionais capazes de avaliar a diversidade de produtos e processos.

A Saúde Coletiva é um espaço disciplinar complexo que reclama instâncias de avaliação capazes de reconhecer essa pluralidade de modelos e discursos que convergem na preocupação pela saúde das populações. Destacamos a incompatibilidade entre uma sobrevalorização de artigos publicados nas revistas de impacto, em sua ampla maioria de Biomedicina ou Epidemiologia, e a complexidade própria da área da Saúde Coletiva (CAPONI; REBELO, 2005, p. 59).

Costa (2012) considera que a forma de divulgação científica dos periódicos biomédicos é hoje já dominante no campo da Saúde Coletiva. Entende o autor que esse padrão institucional é completamente inadequado para as áreas interdisciplinares, como a Saúde Coletiva. Argumenta que a difusão do modelo biomédico, que avalia a pesquisa por meio do *modo de circulação* de periódicos, tem gerado grandes distorções quando aplicado na avaliação da produção intelectual do campo das ciências sociais e humanas em saúde. Assim, buscando caminhos que tenham a conta a valorização da complexidade e da interdisciplinaridade na saúde Coletiva, conclui que a

identificação da impossibilidade da unicidade do campo científico é convite para reconhecimento das diferentes culturas epistêmicas no campo da Saúde Coletiva e a construção de um novo formato de avaliação da produção intelectual (COSTA, 2012, p. 696).

Nessa linha de pensamento, vários outros autores, entre os quais podemos mencionar Camargo Jr (2013; 2010); Camargo Jr et al. (2010); Miguelote e Camargo Jr (2010); Gastaldo e Bosi (2010); Bosi (2012a; 2012b; 2012c), Castiel, Sanz-Valero e Vasconcellos-Silva (2011), vem apresentando questionamentos acerca dos procedimentos avaliativos em vigor na CAPES, tanto no que concerne ao reconhecimento da interdisciplinaridade e da complexidade que identifica a ciência e a multiplicidade de culturas em seu interior, quanto aos caminhos produtivistas implementados nas últimas décadas.

Devemos enfatizar aqui que consideramos indiscutivelmente necessária a realização de avaliação da qualidade de atividades científicas; da mesma forma, tais procedimentos precisam ser constantemente problematizados e analisados em seus contextos. As palavras de Camargo Jr. (2013, p. 1708) são muito instrutivas a esse respeito.

A avaliação da produção científica é indispensável, já que parte fundamental de seu financiamento provém de fundos públicos, especialmente no Brasil. Tanto decidir sobre a alocação de tais recursos como certificar-se de seu bom uso exigem alguma avaliação. Avaliar a ciência, porém, beira o impossível. Não há métricas adequadas para a mensuração do valor de uma pesquisa ou de seus produtos. Sua repercussão não é clara, nem previsível. A mecânica quântica, por exemplo, originalmente era pouco mais que um passatempo intelectual obscuro de físicos, mas podemos dizer sem exagero que o mundo que habitamos foi criado com linhagens tecnológicas diretamente retraçáveis às pesquisas de Max Plank, pioneiro do campo

A polêmica em relação a procedimentos métricos para avaliação de atividades científicas é importante e crescente nos últimos anos, conforme o mesmo autor no coloca.

Sem modalidades óbvias de mensuração, criamos indicadores diversos, discutíveis mas beneficiando-se da ilusão de “objetividade” conferida pela expressão em números, mesmo não tendo significado claro. Seria redundante reiterar críticas já feitas às fragilidades dos indicadores bibliométricos usuais [...]; muito resumidamente, são médias, indicadores problemáticos para distribuições tão irregulares como a de citações, e baseiam-se na premissa fundamental e não discutida de que citações não apenas indicam qualidade como o fazem de modo cardinal, ou seja, duas citações indicariam um artigo duas vezes melhor do que artigos com apenas uma citação, além da existência de inúmeros problemas metodológicos no seu cálculo (CAMARGO JR., 2013, p. 1708).

Uma das questões associadas ao uso praticamente exclusivo de indicadores quantitativos – tema que aqui é apenas e ligeiramente tangenciado – para a avaliação dos programas de pós-graduação, corresponde ao modelo de produção de conhecimento, igualmente motivo de diversas publicações e questionamentos: a produtividade. Tais padrões de avaliação vêm induzindo o aumento do número de publicações de pesquisadores brasileiros em periódicos internacionais, o que vem sendo louvado e traz, sem dúvida alguma, maior respeito às instituições de pesquisa. Ao mesmo tempo, impulsiona procedimentos bastante duvidosos no que concerne a qualidade do que se publica, conforme registram, Castiel, Sanz-Valero e Vasconcellos-Silva (2011) ao mencionar, por exemplo, a “ciência salame” ou arranjos prévios que inflam as citações de artigos, elevando artificialmente os indicadores de impacto de periódicos. Uma outra vertente dessa discussão volta-se para a ideia de produtividade, categoria que Luz (2005, p. 39) muito solidamente problematiza a partir da Sociologia.

Tal categoria é importada de estrutura econômica e aplicada ao trabalho intelectual. Procura-se evidenciar como a lógica da produtividade das máquinas ou de setores específicos da produção de conhecimento, sem provocar dano à saúde dos pesquisadores, e mesmo à própria produtividade científica, desconsidera objetivos, ritmos, formas de produzir e divulgar o trabalho científico, em suas múltiplas versões disciplinares

Este e outros artigos, livros ou capítulos de livro publicados em diversos campos do conhecimento além da Saúde Coletiva e incluindo Biologias, Física e outras *hard sciences*, não vem sendo encontrados no campo alimentar-nutricional com a mesma intensidade. A insuficiência nos debates epistemológicos neste campo já foi registrada anteriormente (BOSI; PRADO, 2011a; PRADO et al, 2011a; 2011b) e talvez este seja um dos pontos a ser levantado para reflexão. Haveria uma predisposição à valorização ou concordância ou boa convivência com a ideia de produtividade / produtivismo, estando esta pouco problematizada no espaço social ocupado pelos PPG da área Nutrição? Esse tipo de discussão (ainda?) não é valorizado nesse espaço da ciência? São questões em aberto, mas inegavelmente associadas a este estudo.

#### 1.4 A pós-graduação *Stricto sensu* no *campo científico* da Alimentação e Nutrição no Brasil e a criação da Área de Avaliação Nutrição na CAPES

Quando nos referimos à pós-graduação estamos falando de um dos componentes de um *campo*, mais especificamente, de um *campo científico*.

Retomando Bourdieu (2004), assumimos *campo* como um universo relativamente autônomo, que possui leis próprias, onde estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura, a ciência ou outra produção humana coletiva. A noção de *campo científico* nos ajuda a compreender a realidade através da percepção de permanentes interações entre desenvolvimento de conceitos e estabelecimento de domínios no jogo de interesses socialmente construídos.

Trata-se, então, de um microcosmo que possui leis próprias e que é relativamente independente das pressões externas do mundo que o envolve, estando em constante transformação de acordo com os interesses em jogo. Para conhecer o grau de autonomia de um *campo científico* é preciso levar em consideração a capacidade de refração do *campo*, reduzindo as pressões ou as demandas externas. Isso significa, que o microcosmo tem que usar mecanismos para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas. Desse modo, quanto mais autônomo for um *campo*, maior será seu poder de refração e de retradução as pressões externas. Esse grau de autonomia que os campos científicos usufruem será uma das discussões desta pesquisa.

Neste sistema encontram-se os *agentes* ou *atores sociais* que são os que se movimentam ou realizam ações, podendo mudar o campo de maneira proporcional ao seu *capital* acumulado (simbólico ou científico). Estes *agentes* ou *atores sociais* podem ser dominadores e/ou dominados, oscilando entre uma ou outra posição, conforme contextos, circunstâncias, história e rearranjos de forças sociais e vão lutar por novas posições, independentemente da força ou do capital científico, sempre com o objetivo de alcançar seus interesses (BOURDIEU, 1997).

As regras que determinam o perfil das pesquisas científicas são as de um jogo que se compõem processualmente na formação do *campo*. Especificamente no *campo científico*, a disputa envolve o domínio da competência científica,

considerada uma forma de *capital*, que confere valores como poder, prestígio e notoriedade a quem o detém. O *capital científico* nada mais é que uma forma particular do *capital simbólico* (atos de conhecimento e reconhecimento), que consiste no reconhecimento de seus produtos e de sua autoridade de produtor legítimo pelos próprios pares do *campo científico*. O incentivo que faz com que cada ator social do *campo científico* lute por isto é o poder de impor um conceito de ciência. Assim, esse capital proporciona autoridade para (re)definir as leis segundo as quais serão distribuídos os lucros no jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema (BOURDIEU, 2004).

Stengers (1990) considera que o desenvolvimento de um conceito constitui um dos pilares fundamentais para o estabelecimento de um *campo científico*. No caso do *campo científico* da A&N, o objeto de que tratam parece que ainda não está suficientemente claro. E essa insuficiência conceitual se coloca hoje como um limitante fundamental para que ocorram avaliações adequadas dos PPG que fazem parte deste *campo*. Como parte do jogo e dos movimentos no sentido da construção de novas regras, mais recentemente, vem sendo publicados artigos que problematizam os conceitos, domínios e interesses presentes no *campo científico* da A&N no Brasil ajudando a desanuviar essas diferenças.

Conforme anteriormente aludido, estudos de Prado et al (2011b), Carvalho, Luz e Prado (2011), Bosi e Prado (2011a) e Silva et al. (2010) vem contribuindo para o mais claro delineamento dos objetos e domínios em questão no campo científico da Alimentação e Nutrição. “Nutrição” é definida como estado fisiológico que resulta da utilização biológica de energia e nutrientes em nível celular (BRASIL, 2008), estando este campo voltado para a produção de conhecimentos sobre os nutrientes, suas propriedades bioquímicas e suas interações com o organismo. Para a nutrição desenvolve uma concepção sobre o ingerir alimentos que é racionalizada, naturalizada e naturalizante, resultado do estilo biomédico de pensar a saúde. Neste espaço, a dieta é vista de acordo com a sua função principal: de medicamento, necessário à prevenção e cura de doenças e à manutenção da saúde reduzida à sua dimensão biológica. Já a “Alimentação” é representada pelos inúmeros sentidos e significados, ritos e símbolos, saberes e práticas na criação histórico-cultural das sociedades, no decorrer dos tempos (SILVA et al., 2010). Encontra-se relacionada com a *comida*, entendida como um elemento da ordem da cultura, que constitui um alimento simbolizado, expressando uma prática social (CARVALHO; LUZ; PRADO,



2011). Podemos, assim, afirmar que a Nutrição corresponde ao desfecho biológico da Alimentação, tornando esses campos interdependentes entre si, num particular arranjo interdisciplinar que envolve a Genética, a Bioquímica, a Fisiopatologia como também a Antropologia, a Sociologia, a Política, a Filosofia, apenas para citar algumas disciplina situadas nas ordens da Natureza e da Sociedade, respectivamente.

A constituição do *campo científico* da A&N encontra lugar na história a partir do estabelecimento das bases da ciência Moderna (LUZ, 2004), das navegações, da revolução industrial europeia e da Primeira Guerra Mundial (MONTANARI, 2008). Conforme Vasconcelos (2002; 2001b), as origens deste saber como ciência e instituição no Brasil situam-se dentro do *campo* da Medicina, associadas à disciplina denominada Higiene Alimentar, uma área de estudo que se estabeleceu nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, por volta da segunda metade do século XIX (VASCONCELOS, 2001a; VASCONCELOS 2002; VASCONCELOS; FILHO, 2011). Todavia, o interesse por este saber é ainda mais remoto, registrando-se a existência de pesquisas anteriores a respeito de doenças carenciais relacionadas à alimentação da população brasileira, tais como aqueles desenvolvidos pelos médicos Gama Lobo sobre “avitaminose A” e Nina Rodrigues sobre o consumo de farinha de mandioca (VASCONCELOS, 2002; 2001B).

Os *atores sociais* envolvidos no processo de constituição deste *campo* conformavam-se de duas correntes distintas do saber médico. De um lado, encontravam-se os cientistas adeptos da perspectiva biológica, preocupados essencialmente com aspectos clínicos e fisiológicos relacionados à ingestão e à utilização biológica dos nutrientes, influenciados pelas concepções das Escolas de Nutrição e Dietética norte-americanas e de centros europeus. Do outro lado, encontravam-se os médicos adeptos da perspectiva social, cuja atuação era voltada para o coletivo, a população, a sociedade, a economia e a disponibilidade de alimentos, influenciados pelas concepções de Pedro Escudero, médico argentino pioneiro da assim então denominada “Nutrição” na América Latina. Estas vertentes, simultaneamente, contribuíram para o início do estabelecimento dos pontos de tensão deste *campo*, onde começou a ser estabelecida a definição das fronteiras que marcam os limites de competência, de autonomia e de poder entre as diferentes especialidades profissionais constituidoras do complexo e interdisciplinar *campo*

*científico* da A&N que se formava no país (VASCONCELOS, 1999; VASCONCELOS, 2001; VASCONCELOS 2002; VASCONCELOS; FILHO, 2011).

Somente a partir da década de 1930, no Governo Vargas, o *campo* da A&N, seja como ciência, política social e/ou profissão teve sua emergência como parte integrante do projeto de modernização da economia brasileira, conduzido pelo chamado Estado Nacional Populista, contexto histórico que delimitou a implantação das bases para a consolidação de uma sociedade capitalista urbano-industrial. Naquele cenário, o principal desafio deste *campo científico* era a superação de um perfil epidemiológico nutricional caracterizado principalmente pelas doenças carenciais como a desnutrição proteico-energético, a anemia ferropriva, a hipovitaminose A, entre outras, associadas às condições de subdesenvolvimento, pobreza, fome e desigualdades regionais (VASCONCELOS, 2002; KAC; PROENÇA; PRADO, 2011). Josué de Castro foi um dos estudiosos que trouxe à luz preocupações com a alimentação dos brasileiros, em suas amarguras, sofrimentos, miséria e doenças. Lidava com a fome, numa abordagem de cunho mais ampliado, que denunciava as injustiças na divisão das riquezas geradoras do subdesenvolvimento e da impossibilidade do verdadeiro desenvolvimento: o humano (CASTRO, 2001).

O inquérito promovido por Josué de Castro no Recife, em 1933, sobre as condições de vida das classes operárias revelou a ocorrência de déficit calórico e de nutrientes e motivou o desenvolvimento de novas pesquisas acerca da situação alimentar em Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, estabelecendo as relações entre alimentação e salário mínimo (ARRUDA; ARRUDA, 2007, p. 319).

Registremos o surgimento, na década de 1940, do primeiro curso de formação de dietistas no País, ainda no período do Governo de Getúlio Vargas, na Universidade de São Paulo, por iniciativa do médico Geraldo de Paulo Souza, no Instituto de Higiene de São Paulo (VASCONCELOS, 2001A; VASCONCELOS 2002). O dietista (precursor do atual nutricionista) aparece num momento de busca da legitimação social do governo Vargas (CRN3, 2011).

Notemos que, o desafio colocado pela fome, na fala declaradamente interessa da alimentação, foi convertido na tarefa de melhorar o estado nutricional da população, no dizer técnico da biomedicina e que ficou em foco, sendo considerado fundamental para o crescimento econômico e projetos políticos dos

governos da época. Assim, os sentidos e significados de cunho biológico e natural que a expressão “Nutrição” carrega foram se instituindo no País, sendo usada tanto no senso comum como no espaço acadêmico, como um conceito que daria conta de todas as dimensões do fenômeno alimentar-nutricional, abrangendo todo o *campo científico* da A&N.

A expressão “Nutrição” – como campo de profissionalização, de formação de pesquisadores, de geração de conhecimentos e de um vasto conjunto de práticas – vai-se estabelecendo, marcada por uma miríade de significados e praticamente nenhuma reflexão epistemológica sobre sua constituição e identidade como campo e suas relações com outros campos da ciência e da vida que o tangenciam e com ele estabelecem disputas variadas (BOSI; PRADO, 2011a).

A força biomédica impõe-se, por esses caminhos, sobre as abordagens humanistas, estas que, tanto na “Nutrição” como na “Saúde” em geral, vão ficando em um lugar menos nobre, secundário mesmo da vida científica.

A partir do final dos anos 1900 registramos a expansão marcante dos cursos de graduação em Nutrição, relacionado ao processo de privatização do Ensino Superior inserido este como parte das mudanças na política para as universidades anteriormente colocadas, proveniente dos efeitos da Constituição (1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “LDB” (1996) (LOUREIRO et al., 2013). A Pós-graduação no *campo científico* da A&N no Brasil foi iniciada na categoria *Lato sensu* na década de 1960, sendo o primeiro programa criado em nível de mestrado acadêmico na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1971 (VASCONCELOS, 2002) sob a denominação “Nutrição”, que guarda até os dias atuais.

A Pós-graduação neste específico campo foi institucionalizada a partir do momento em que se tornava objeto de política científica específica e passava a ter sua produção regulada pelo aparelho estatal. Os programas de ciência e tecnologia da década de 70 deveriam levar em conta a influência da desnutrição nos elevados índices de mortalidade infantil, no comprometimento da produtividade e na desvitalização do homem brasileiro, reduzindo sua capacidade criativa e econômica.

Em uma publicação do CNPq, em 1978, foi feita uma avaliação do desenvolvimento estratégico alcançado pela pós-graduação no *campo* da A&N em nosso País, considerando-se que os esforços deveriam ser canalizados para a institucionalização de programas multidisciplinares de treinamento em nutrição e

saúde. A especificidade da pós-graduação nesse *campo* se justificava, principalmente, pelo reforço do seu caráter instrumental e técnico para a execução dos programas de alimentação e nutrição. Diante desse panorama, a formação do pesquisador se delineava no contexto das políticas do Estado com base na intenção de integrar pós-graduação e pesquisa ao projeto de nutrição do Brasil (LIMA; OLIVEIRA; GOMES, 2003).

Ao final dos anos 1900, o *campo* contava somente com dois Programas: o da UFPE, criado em 1971, conforme citado anteriormente, e o da UFRJ, estabelecido em 1985, ou seja, 14 anos depois, sob a mesma nomenclatura “Nutrição”.

Estes programas encontravam-se inseridos na CAPES na Grande Área das Ciências da Saúde, Área de Medicina II, Subárea Nutrição, ou seja, eram institucionalmente analisados no âmbito da Área de Avaliação Medicina II. Em outras palavras, tais PPG eram tidos como uma parte da Medicina, avaliados a partir dos mesmos critérios definidos para especialidades médicas como Neurologia, Psiquiatria, Pediatria, Radiologia, Hematologia, Doenças Infecciosas e Parasitárias, Medicina Tropical e Infectologia. Como regras do jogo, os parâmetros biomédicos imperavam largamente, o que tornou as pesquisas básica, experimental e clínica e seu corolário populacional – a Epidemiologia – objetos indispensáveis e supervalorizados no campo alimentar-nutricional.

Nos primeiros anos 2000, registra-se crescimento numérico dos PPG no campo A&N. Simultaneamente – e outro marco importante para o campo – iniciou-se intensa movimentação dos agentes que constituem o campo A&N no sentido da organização de lideranças dos programas de pós-graduação *Stricto sensu* com vistas à construção de novas regras no jogo. As primeiras iniciativas foram protagonizadas pelo PPG em Nutrição da UFRJ, em parceria com o PPG de Alimentos, Nutrição e Saúde da UFBA, quando partiram para a organização desse espaço social através de convocação aos coordenadores dos PPG então existentes (CASTRO et al., 2007; MEDEIROS ; KAC, 2008). De 2006 até dezembro de 2013, já haviam sido realizados 11 encontros nacionais dessa organização, além de várias reuniões mais específicas voltadas a algum tema pontual e participação em diversos eventos científicos, incluindo a organização de seminários abertos ao público, conforme descrito no quadro 4.

Quadro 4 - Eventos organizados ou aos quais o Fórum PPG A&amp;N esteve presente de 2006 a 2013

2006	I Fórum de Coordenadores de Programas de Nutrição Salvador, BA
	Reunião durante o Congresso da Sociedade Latino-americana de Nutrição "SLAN" Florianópolis, SC
	Consórcio das Instituições Brasileiras de Alimentação e Nutrição "CIBRAN" Rio de Janeiro, RJ
2007	Participação em Reunião da Diretoria da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição "SBAN" São Paulo, SP
	II Fórum de Coordenadores de Programas de Nutrição Recife, PE
	1º Seminário de Métodos na Pós-Graduação em Nutrição – SBAN São Paulo, SP
2008	XX O Congresso Brasileiro de Nutrição "CONBRAN" Rio de Janeiro, RJ
	III Fórum de Coordenadores de Programas de Nutrição Brasília
2009	Reunião da Coordenação do Fórum mais alguns pesquisadores convidados Florianópolis, SC
	IV Reunião do Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição "Fórum PPG A&N" Rio de Janeiro, RJ
	2º Seminário de Métodos na Pós-Graduação em Nutrição – SBAN São Paulo, SP
	V Encontro do Fórum PPG A&N São Paulo, SP
	III Encontro dos Programas de Pós-Graduação da Área Saúde Porto de Galinhas, PE
	VI Encontro do Fórum PPG A&N Brasília, DF
	Reunião da Coordenação da Área Medicina II com todos os PPG dessa área Brasília, DF
2010	VII Encontro do Fórum PPG A&N Maceió, AL
	I Seminário de Avaliação da Pós-Graduação em A&N e Reunião dos Coordenadores dos PPG A&N durante o XXI CONBRAN Joinville, SC
2011	VIII Encontro do Fórum PPG A&N Florianópolis, SC
	3º Seminário de Métodos na Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição – SBAN Fortaleza, CE
	V Encontro dos Programas de Pós-Graduação da Área Saúde IX Encontro do Fórum PPG A&N Armação dos Búzios, RJ
2012	4º Seminário de Métodos na Pós-Graduação em A&N: Nutrição Clínica – SBAN Natal, RN
	Reunião durante World Nutrition Congress Rio de Janeiro, RJ
	X Encontro do Fórum PPG A&N Ouro Preto, MG
	VI Encontro dos Programas de Pós-Graduação da Área Saúde Maceió, AL
2013	XI Encontro do Fórum PPG A&N Fortaleza, CE
	5º Seminário de Métodos na Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição – SBAN Foz do Iguaçu, PR
	VII Encontro dos Programas de Pós-Graduação da Área Saúde João Pessoa, PB

O primeiro grande resultado dessa movimentação foi a constituição do Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição (Fórum PPG A&N).

O Fórum PPG A&N estabeleceu-se como uma entidade voltada para a reflexão e compartilhamento de experiências, apresentação de demandas relativas à pesquisa e formação de profissionais pós-graduados *Stricto sensu*, objetivando, enfim, operar como base para a representação do campo da Alimentação e Nutrição junto à CAPES, ao CNPq, à agências de fomento e demais instituições de ensino e pesquisa, com vistas ao fortalecimento e consolidação da produção de conhecimento científico e da formação de pesquisadores (FÓRUM, 2011).

Após intensas negociações – que envolveram todas as entidades dos campos alimentar-nutricional, Reitores e Pró-Reitores de Universidades públicas do Brasil, apoios diversos à causa da criação de uma Área específica para estes programas de pós-graduação e contando com a mediação da Coordenação da Área Medicina II – a CAPES, no dia 26 de maio de 2011, aprovou a criação da nova Área de avaliação denominada “Nutrição” (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2011), tal como consta na “Tabela das Áreas do Conhecimento”. Ainda que parcialmente, as especificidades do *campo* da A&N foram reconhecidas e compreendidas pela CAPES, sendo uma das justificativas para a criação, a intensa interdisciplinaridade que identifica o *campo* em questão (CAPES, 2012a).

Na mesma data em que foi criada a Área de Nutrição, o Conselho Superior da CAPES aprovou a criação de mais três Áreas: Biodiversidade, Ciências Ambientais e Ensino (CAPES, 2011h). Para essas Áreas foram escolhidos coordenadores *pro-tempore*, cuja missão é a implantação da área, o que corresponde à elaboração dos documentos que orientam as avaliações dos PPG já existentes e os procedimentos para criação de cursos novos. Na Área de Nutrição, o Coordenador *pro-tempore* indicado foi o Prof. Dr. Egberto Gaspar de Moura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). No mês de setembro de 2012, encerrou-se a etapa de implantação da Área Nutrição, sendo indicado o Prof. Dr. Gilberto Kac, pertencente a UFRJ seu Coordenador. A Nutrição constitui a Área de número 50 na CAPES, formada em 2013 por 25 PPG, sendo 22 mestrados acadêmicos, três mestrados profissionalizantes e 9 cursos de doutorado.

A constituição do Fórum PPG A&N representou um movimento estratégico fundamental para a criação desta Área. Foi característica marcante dos encontros

(antes da criação da Área), a permanente e intensa discussão sobre os entraves e potencialidades relativos ao crescimento do *campo* da A&N e sobre as articulações políticas necessárias à viabilização desse projeto de autonomia institucional. Os movimentos do Fórum PPG A&N podem ser considerados exitosos por estarem fundamentados no debate coletivo e na busca do crescimento quantitativo e qualitativo dos PPG deste *campo* em afinidade com os interesses dos pesquisadores que os compõem.

O movimento de desvinculação da Medicina encontra-se epistemologicamente fundamentado nas evidentes distinções entre este universo e o da A&N. Se por um lado a Medicina está estabelecida a partir da Fisiologia, Patologia, Genética, Clínica etc., por outro, o *campo científico* da A&N é eminentemente multi e interdisciplinar envolvendo tanto as Ciências da Nutrição (Bioquímica, Fisiologia, Dietoterapia, Patologia etc.) como também os saberes oriundos das Ciências Humanas e Sociais (Antropologia, Sociologia, Psicologia, Filosofia etc). Assim, a parcela Alimentação encontrava-se inadequadamente avaliada uma vez que à produção de conhecimentos e saberes correspondente não cabe a aplicação dos critérios de exclusivamente biomédicos, que podem ser considerados apropriados ao mundo dos eventos naturais, mas com certeza, inadequados aos fenômenos que se dão na vida em sociedade.

Ao olhar para os núcleos de saberes que compõem o campo alimentar-nutricional, podemos perceber o quanto é abrangente e diverso. Essa pluralidade epistêmica existente no *campo* da A&N, largamente apresentado e defendido este como multi, inter ou transdisciplinar, implica na imperiosa necessidade de desenvolvimento de múltiplos critérios de avaliação que atendam às características de cada espaço que compõe o *campo* em tela. Isso vale, tanto em relação aos PPG, quanto no que diz respeito ao financiamento de pesquisas pelas agências de fomento em âmbitos nacional e estadual (PRADO et al., 2011).

“Reconhecida a existência de campos científicos distintos, entende-se que, na vida humana, alimentos, nutrientes e comida não existem separadamente; ao levar uma fruta à boca, o homem incorpora-a como alimento, não só quanto a seus nutrientes, mas também quanto aos símbolos que lhe são atribuídos. Assim, a pluralidade epistemológica é exigência que se inscreve no plano ontológico, haja vista a natureza biossocial dos fenômenos aqui examinados” (PRADO et al, 2011).

O processo de avaliação conduzido pela CAPES, ao contemplar os PPG da Área de Nutrição, passou a enfrentar o desafio de compreender e valorizar um campo do conhecimento abrangente, complexo e diverso. E para isso, está diante da necessidade de construir critérios de avaliação que venham a dar conta não somente da sua parte nutricional, mas também dos estudos sobre a alimentação.

### 1.5 Objetivos do estudo

Neste cenário anteriormente delineado, no qual forças sociais que atuam no âmbito da Alimentação e Nutrição parecem assumir intensa atividade, com seus agentes inicialmente mais passivos e, agora, assumindo posições de sujeitos, em especial, através do Fórum PPG A&N que busca imprimir novos rumos às regras do jogo, parece-nos que aprofundar as reflexões sobre o *campo científico* em tela pertinente e necessário. Buscamos, então, compreender relações sociais associadas ao campo da Alimentação e Nutrição no Brasil a partir do recorte empírico correspondente aos programas de Pós-Graduação que conformam a área Nutrição na CAPES. Neste sentido são nossos objetivos mais específicos:

- discutir funções de elementos, posições, disputas, interesses, regras, etc que se apresentam na Alimentação e Nutrição, mais especificamente no interior dos programas da área Nutrição da CAPES, a partir do conceito de *campo científico* de Pierre Bourdieu;
- identificar e discutir características dos PPG no período de 1998 a 2013: (a) natureza das instituições de ensino superior, (b) ano de abertura dos programas, (c) unidades da Federação em que se situam, (d) níveis dos cursos (mestrado ou doutorado), (e) conceitos de acordo com a avaliação trienal da CAPES, (f) principais propostas dos programas, (g) características do corpo docente, discente e produção acadêmica, (h) produção intelectual, (i) inserção social dos programas.



Ainda que haja presença intensa da ideia de interdisciplinaridade e alguma menção a importância da pluralidade epistemológica no campo científico da Alimentação e Nutrição, parece que tais perspectivas ainda estão por se materializar nos procedimentos de avaliação dos programas de Pós- Graduação em A&N. Dada essa possível condição, objetivamos também:

- problematizar alguns critérios de avaliação dos PPG na área Nutrição, no sentido da sua efetiva interdisciplinaridade e pluralidade epistemológica, em especial o Qualis Periódicos, como expressão da disposição/função dos elementos que compõem o *campo científico* da Alimentação e Nutrição no Brasil.

Por fim, considerando que a ideia de produtividade/produktivismo estaria pouco problematizada no espaço social ocupado pelos PPG da área Nutrição, o que permite levantar a possibilidade de alguma predisposição dos agentes desse campo à valorização ou concordância ou boa convivência com tais perspectivas, objetivamos:

- problematizar alguns critérios de avaliação dos PPG na área Nutrição, no sentido do seu olhar por sobre modelos de produção do conhecimento, como expressão da disposição/função dos elementos que compõem o *campo científico* da Alimentação e Nutrição no Brasil.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Para a construção do panorama desta pesquisa, utilizamos como base de dados a página eletrônica da CAPES, onde buscamos informações nos Cadernos de Indicadores disponíveis (CAPES, 2012 b), nas fichas de avaliações trienais (CAPES, 2012c), nos documentos de área (CAPES, 2013g e 2013h), nas planilhas comparativas de triênios (CAPES, 2013l) e na base de dados GEOCAPES (CAPES, 2013b).

A coleta de dados foi realizada no período de 1998 a 2012. Cabe esclarecer, que a criação do primeiro PPG do campo da A&N ocorreu no ano de 1971, porém as informações disponíveis se dão a partir de 1998 (nos cadernos de indicadores) e a data fim será 2012 (ano que finaliza a última avaliação trienal da CAPES “avaliação trienal de 2013” – 2010 a 2012).

Existe um Programa denominado Saúde Humana e Meio Ambiente da UFPE / Vitória de Santo Antão que, na avaliação trienal de 2010 fazia parte da Subárea Nutrição dentro da Área de avaliação chamada Medicina II. Esse programa quando foi criado, tinha um componente grande de Nutrição. No entanto, este Programa foi se ampliando para outras Áreas e com o passar dos anos e tomou outra feição. Com isso e com a criação da Área de Nutrição, foi proposto seu deslocamento para outra Área. No momento, este Programa consta de duas formas no site da CAPES: Ainda como parte integrante da Área Nutrição (no link de relação de cursos recomendados e reconhecidos da área Nutrição – CAPES, 2013a) e no relatório de avaliação trienal de 2013 (CAPES, 2013l), onde não foi considerado na Área Nutrição, o que confirma que ele não está na área e por isso não foi incluído no estudo.

Os Cadernos de Indicadores podem ser recuperados para cada programa anualmente de 1998 a 2012. São relatórios utilizados no processo de avaliação dos Programas e se constituem num conjunto de informações que são preenchidas anualmente pelos Programas e enviadas a CAPES por meio de um sistema informatizado denominado Coleta CAPES. Nesse estudo, tomamos aqueles que correspondem ao último ano de cada avaliação Trienal. Há alterações nos procedimentos de disponibilização de dados nesses instrumentos durante o período de sua existência, o que limita o acesso a algumas informações. Atualmente, os Cadernos de Indicadores são compostos por 11 documentos em PDF, trazendo

dados qualitativos sobre: Produção Técnica; Disciplinas; Proposta de Programa; Docente Produção; Teses e Dissertações; Produção Artística; Linhas de Pesquisa; Docente Atuação; Produção Bibliográfica; Corpo Docente, Vínculo Formação; e Projetos de Pesquisa. Alguns destes dados serão utilizados para a descrição dos Programas.

A Ficha de Avaliação Trienal (modelo em anexo) corresponde ao instrumento através do qual todos os Programas que integram o SNPG são analisados. As fichas estão disponíveis por área e por programa ao final de cada triênio considerado para avaliação. Assim, mesmo com os programas da atual área Nutrição anteriormente incluídos na área Medicina II, foi possível identificar cada Ficha de Avaliação que nos interessava. Este instrumento passou por mudanças ao longo do período, de modo que nem todos os quesitos são comparáveis e algumas informações específicas não constam desses documentos, não sendo possível identificá-los através da página da CAPES. Atualmente a Ficha possui cinco quesitos: Proposta do Programa; Corpo Docente; Corpo Discente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social. Um único quesito de avaliação é somente qualitativo, denominado “Proposta do Programa” e não apresenta ponderação na nota final. Os outros quatro quesitos envolvem tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos do desempenho do Programa. Cada quesito tem de três a cinco itens de avaliação, que recebem conceitos “Muito Bom”, “Bom”, “Regular”, “Fraco” ou “Deficiente”. Cada item apresenta um peso variado, sendo o conceito do quesito resultado da média ponderada dos itens (CAPES, 2011a; CAPES, 2011b). Algumas mudanças ocorreram nos quesitos das Fichas ao longo do período que tomamos neste estudo, o que dificulta comparações. Sempre que possível, buscaremos colocar lado a lado as informações aqui levantadas com as presentes no trabalho realizado por Kac et al. (2006).

Todos esses dados podem ser acessados por meio de vários links espalhados na página eletrônica da CAPES. Um dos caminhos para visualizar a lista de todos os programas em atividade que hoje compõem a área Nutrição corresponde ao *link* <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarles&codigoArea=40500004&descricaoArea=CI%CANCINAS+DA+SA%DADE+&descricaoAreaConhecimento=NUTRI%C7%C3O&descricaoAreaAvaliacao=NUTRI%C7%C3O> e, a partir de cada programa, é

possível acessar os Cadernos de Indicadores e as Fichas de Avaliação correspondentes.

Das Planilhas Comparativas ou de Indicadores é possível recuperar também alguns dados que estão disponíveis para 2010 e 2012 em <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4355-planilhas-comparativas-da-avaliacao-trienal-2010> e <http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/resultados/planilhas-comparativas>, respectivamente. Foram utilizadas para fins de confirmação e complementação de informações.

Os documentos de áreas contemplam considerações gerais sobre o estágio atual da área: requisitos e orientações para propostas de cursos novos; considerações gerais sobre a avaliação Trienal, o Qualis-Periódicos (Artístico), o roteiro para classificação de livros, eventos, produtos técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação; ficha de avaliação para o triênio em questão para os programas acadêmicos e profissionais; e considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional.

Há ainda a base dados intitulada GEOCAPES que disponibiliza tabulações no formato de séries históricas. São informações facilmente acessíveis para (a) Grandes Áreas de Avaliação; (b) Área; (c) IES e (d) Unidade de Federação dos programas. Todavia, como a área de Nutrição foi criada neste último triênio e como os dados de cada área não podem ser desagregados por programa nessa base, não há informações disponíveis para anos anteriores, o que definiu a impossibilidade de sua utilização neste estudo em alguns momentos. O quadro 5 traz um resumo do que foi explicitado nesse tópico do estudo.

Quadros 5 - Locais de informações presentes no banco de dados da CAPES e seus períodos disponíveis

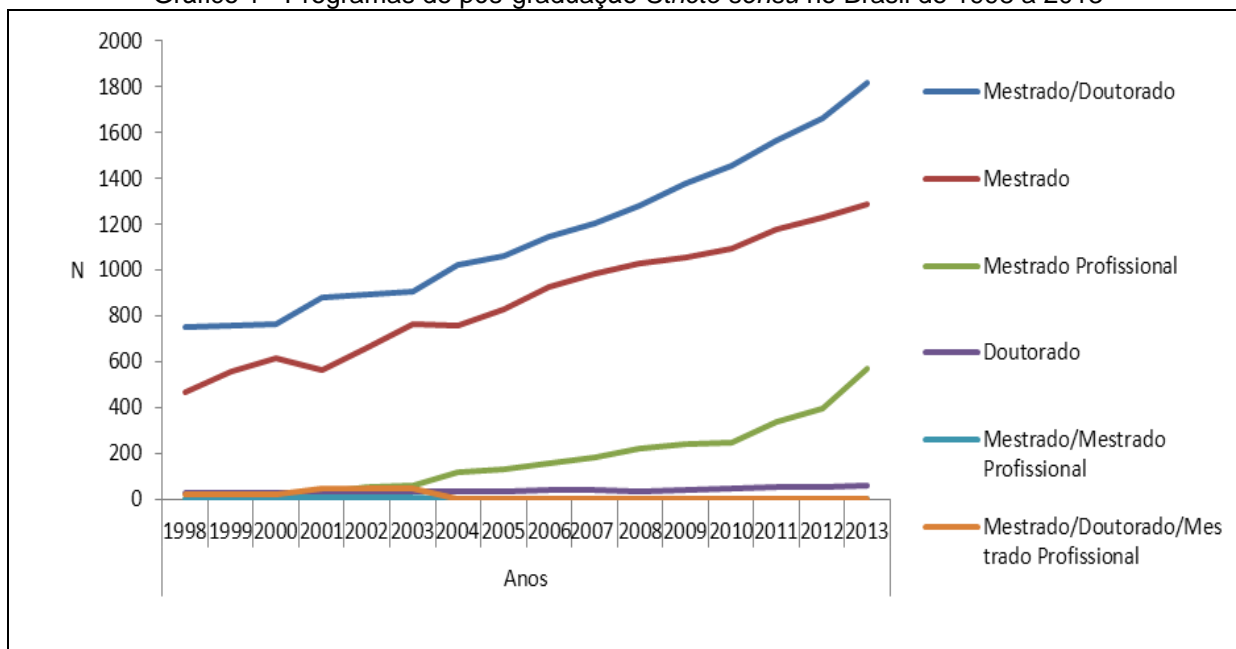
	1998-2000	2001-2003	2004-2006	2007-2009	2010-2012
Cadernos de Indicadores					
Fichas de Avaliação					
Planilhas Comparativas					
GEOCAPES					

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Emergência e posição atual dos Programas de pós-graduação *Stricto sensu* no Brasil e na Área de Nutrição

É notável o crescimento no número de programas de pós-graduação no Brasil nas últimas quatro décadas: passou de um total de 699 cursos em 1976 para 5.550 em 2013. Trata-se de um incremento da ordem de 794% ou de valor quase oito vezes maior, o que se pode visualizar abaixo no gráfico 1.

Gráfico 1 - Programas de pós-graduação *Stricto sensu* no Brasil de 1998 a 2013



Nota: TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE A

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – CURSOS RECOMENDADOS E RECONHECIDOS, 2013.

Outras fontes: DADOS ESTATÍSTICOS DA CAPES – GEOCAPES, 1998 a 2012.

Vale ressaltar o aumento no número de cursos de mestrado profissional quando comparado com as demais modalidades de formação, lembrando que este tipo de curso teve origem no Brasil a partir da segunda metade dos anos 90 (CAPES, 2011c). Estes cursos estão organizados no interior de Programas que correspondem a 3.733 no País em novembro de 2013, conforme detalhado no Anexo H.

Tais dimensões, da ordem de milhares de cursos e em franco crescimento, implicam na necessidade de substantivos esforços para seu acompanhamento e avaliação, tanto de ordem logística (como deslocar coordenadores desses programas para alguma cidade quando se pretende realizar reuniões, por exemplo, com vistas a discutir processos de avaliação, num país continental que é Brasil), como financeira (certamente são importantes os gastos com reuniões, cargos, pró-labores, pessoal técnico, infraestrutura de informação e similaridades). Em face das grandes dimensões do parque brasileiro de formação de pesquisadores, os altos custos e a necessidade de agilidade nos processos avaliativos têm sido apresentados como argumentos que levaram à construção de indicadores de fortes tons quantitativos como caminho adotado pelas agências de pesquisa, em especial a CAPES, para dar conta de tamanho empreendimento. Bourdieu nos alerta para cuidado imprescindível para com o tempo na lida científica.

Mais que tudo isso, todavia, devemos considerar as diversas visões de mundo e de ciência materializadas nas ações e discursos de atores fortemente capitalizados, aí em aproximações e embates, fazendo deste campo um espaço vastíssimo de interesses imensos em disputas grandiosas. A concepção de uma ciência – já há muito criticada por clássicos estudiosos oriundos dos mais diferentes campos da produção de conhecimentos) – que traduz a realidade a partir da observação direta dos fenômenos e de sua apresentação por meio numérico e que por isso é tida como objetiva, está largamente presente nos processos avaliativos em questão. As palavras de Camargo Jr bem ilustram a ilusão de objetividade, marcante nesses processos que buscam nos números e rapidamente construídos respostas para os desafios de avaliar a ciência nos programas que compõem o sistema de pós-graduação brasileiro.

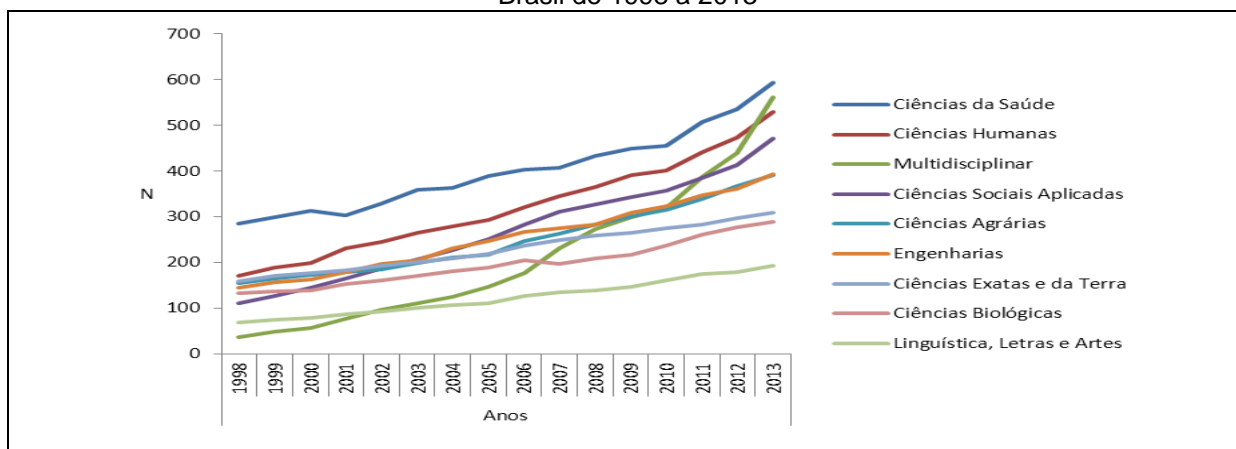
Sem modalidades óbvias de mensuração, criamos indicadores diversos, discutíveis mas beneficiando-se da ilusão de “objetividade” conferida pela expressão em números, mesmo não tendo significado claro. Seria redundante reiterar críticas já feitas às fragilidades dos indicadores bibliométricos usuais; muito resumidamente, são médias, indicadores problemáticos para distribuições tão irregulares como a de citações, e baseiam-se na premissa fundamental e não discutida de que citações não apenas indicam qualidade como o fazem de modo cardinal, ou seja, duas citações indicariam um artigo duas vezes melhor do que artigos com apenas uma citação, além da existência de inúmeros problemas metodológicos no seu cálculo. A ênfase na suposta “objetividade” de indicadores numéricos leva a que não se questione o aspecto fundamental da utilização de tais indicadores, seu sentido. Por outro lado, estudos que procuram entender o processo de inclusão de referências bibliográficas em artigos não dão

respaldo a nenhuma dessas suposições. Acrescente-se a isso o fato de que muitas revistas científicas limitam o número de referências por artigo, o que encoraja autores, por exemplo, a citar revisões ao invés de buscar referências originais, criando problemas adicionais de atribuição de crédito (CAMARGO JR, 2013, p. 1708).

Os programas e respectivos cursos encontram-se divididos em Grandes Áreas, todas em forte ritmo de crescimento ao longo das últimas décadas, ainda que em proporções distintas conforme registrado no gráfico 2. Predomina a participação das Ciências da Saúde por todo o período (Anexo I). Juntamente com as Ciências Biológicas e outras afeitas aos estudos da ordem da *natureza*, conformam a maioria dos cursos quando comparados aos que se voltam para fenômenos relativos às *relações sociais*.

Parece-nos razoável pensar que o entendimento do que venha a ser ciência e suas práticas legitimadas de produção de conhecimentos, de formação de pesquisadores e de avaliação desses processos (eminente social, todos) vem sendo construídos nesse contexto, que – ao menos no quesito “quantitativo” – favorece a concepções naturalizadas da sociedade e dos fenômenos sociais em tela. Se o objeto condena o método e se estamos lidando com objetos da ordem do social, necessitamos de métodos (aqui entendidos para muito além de um conjunto de técnicas, e sim em seus fundamentos conceituais) alinhados a essa ordem de fenômenos para sua abordagem avaliativa. O uso de técnicas (como os indicadores quantitativos) para aproximação ao que não obedece necessariamente às leis da natureza parece-nos muito problemático.

Gráfico 2 - Programas de pós-graduação *Stricto sensu* segundo as Grandes Áreas de Avaliação no Brasil de 1998 a 2013



Nota: TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE B

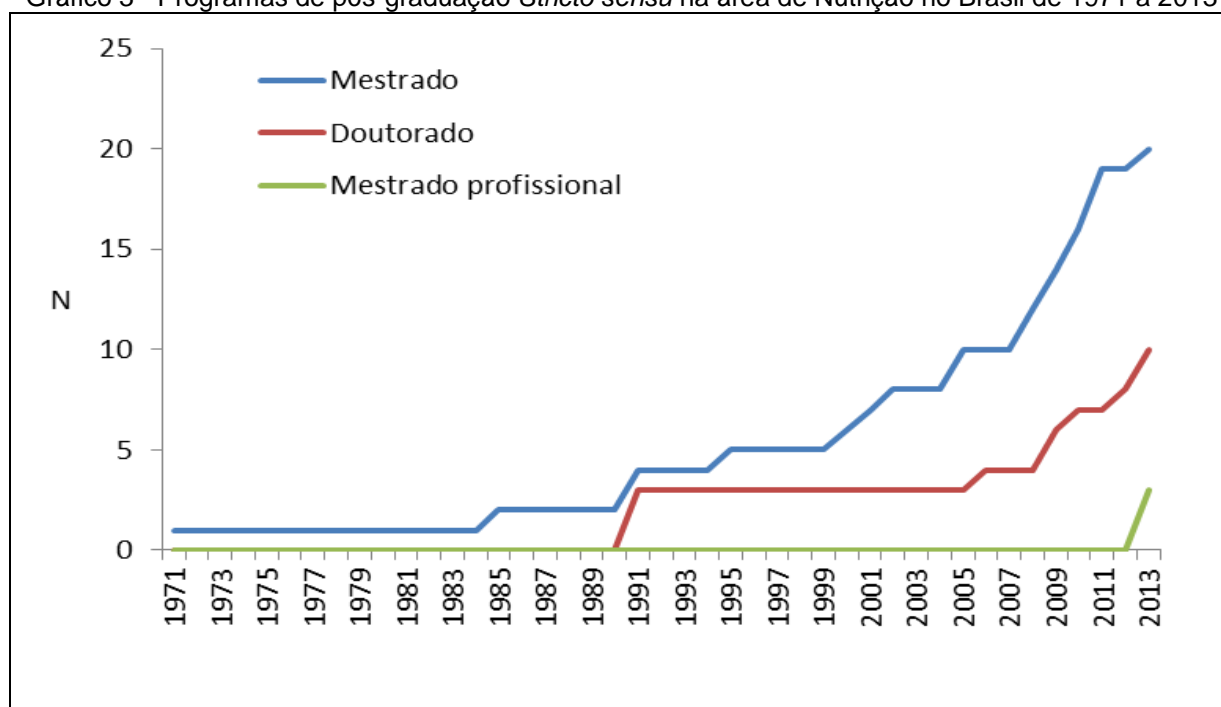
Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – CURSOS RECOMENDADOS E RECONHECIDOS, 2013.

Outras fontes: DADOS ESTATÍSTICOS DA CAPES – GEOCAPES, 1998 a 2012.

Essa grande área de avaliação Ciências da Saúde traz em seu interior três agrupamentos de programas médicos (Áreas Medicina I, Medicina II e Medicina III), que juntos representam cerca da terça parte de todos os cursos que a compõem; os demais dois terços encontram-se divididos entre 8 áreas (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Odontologia, Saúde Coletiva e a Nutrição com 35 cursos hoje. A visão biomédica da vida é hegemônica aqui, registrando que a área Nutrição esteve inserida na área Medicina II até 2011 para fins de avaliação das atividades dos seus programas e cursos *Stricto sensu*.

Num exercício bem mais detalhado, verificamos dados relativos à criação dos programas da área Nutrição ano a ano, o que registramos nos gráfico 3, a seguir. Notemos um incremento tardio dessa área em comparação com o conjunto brasileiro.

Gráfico 3 - Programas de pós-graduação *Stricto sensu* na área de Nutrição no Brasil de 1971 a 2013



Nota: TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE C

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – RESULTADOS TRIENAIIS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS, 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013.

Outras fontes: ACESSO À INFORMAÇÃO DA CAPES – RESULTADOS DE PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2013.

Notemos que durante cerca de 20 anos houve somente dois programas na área Nutrição, sendo o segundo criado quase ao final desse período. Os cursos de



doutorado mantiveram-se em número bastante reduzido até fins da primeira década dos anos 2000. Esses primeiros cursos e programas foram criados a partir de pesquisadores de formação, predominantemente, médica. O crescimento dos cursos de mestrado se mostra mais intenso a partir de 2000 e os de doutorado de por volta de 2005 ou 2007. De novo, no cenário, estão os mestrados profissionais, poucos, que começam suas atividades em 2012.

Cabe um paralelo entre a dinâmica da formação graduada em Nutrição, cujo crescimento se dá de forma cada vez mais intensa a partir da década de 1970. Antes (1975) havia 7 cursos, sendo todos fornecidos em instituições públicas (BOSI, 1988) e de acordo com os dados do Ministério da Educação, atualmente existem 379 cursos, sendo 60 em instituições públicas de ensino e 319 em privadas (BRASIL, 2007). Durante esse período em que havia poucos cursos de Nutrição *Stricto sensu*, os nutricionistas que buscaram formação pós-graduada fizeram-no em também programas instalados em outras áreas e que contavam com linhas de pesquisa que possibilitavam estudos de base nutricional e/ou alimentar; acreditamos que situavam-se nos campos da Medicina, Farmácia, Biologia ou Saúde Coletiva os cursos mais procurados. Não sem razão, estavam os primeiros programas da Área Nutrição alocados na área de avaliação Medicina II da CAPES. A formação de massa crítica entre nutricionistas em quantidade suficiente para a criação de cursos de Nutrição parece ter consumido algumas décadas.

Ressalvamos que estas notas não têm cunho corporativo ou corporativista. Trata-se, tão somente, da aproximação a um fenômeno relativo à constituição de uma força social, de um agente com disposições para a inserção no mundo da produção de conhecimentos científicos, neste caso, de nutricionistas. No entorno da consolidação da pesquisa e da formação de pesquisadores, devemos registrar que as taxas elevadas de crescimento da Pós-graduação estão associadas ao desenvolvimento econômico do país, a partir do ano 2000, período em que a economia brasileira começa a apresentar taxas de crescimento econômico bem mais favoráveis (ARAÚJO; GALA, 2012). Tal assertiva torna-se mais evidente se considerarmos, para efeito de comparação, os períodos de recessão econômica ou algumas décadas perdidas.

O crescimento observado no conjunto brasileiro dos cursos de pós-graduação *Stricto sensu* também ocorre com os cursos de Pós-graduação *Stricto sensu* do campo científico da A&N, porém mais tardiamente, como registrado acima.

Observamos um aumento do número de cursos de mestrado acadêmico progressivo e que vai se intensificando cada vez mais a partir do início dos anos 2000 e de doutorado a partir de 2005, aproximadamente este crescimento assume feições consideráveis no triênio de 2010.

Consideramos que esse crescimento foi potencializado de modo muito particular pelo movimento de organização dos coordenadores dos programas existentes por volta de 2005 em torno do que veio a se constituir como Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição – o Fórum PPG A&N já mencionado anteriormente. Lideranças formadas, em especial, no campo da Saúde Coletiva e dotadas de tino político passaram a se movimentar no sentido de agregar forças em torno de objetivos relativos ao fortalecimento qualitativo e numérico dos cursos do campo alimentar-nutricional. O sucesso dessas iniciativas fica evidente na participação maciça dos coordenadores dos programas em tela a todos os encontros, reuniões, seminários e demais atividades realizadas no âmbito dessa organização. Consideramos que proposta de criação dessa entidade estava em consonância com as expectativas dos atores chamados à ação. Vários programas nasceram da presença de seus propositores a eventos do Fórum PPG A&N que também se conformou como uma espécie de incubadora de novos cursos.

Entendemos que o crescimento do campo aconteceria por si só no conjunto do fenômeno da pós-graduação brasileira. Todavia, consideramos que foi graças a esse dinamismo construído no âmbito do Fórum PPG A&N que se deu a chance de alcançar a autonomia da Área específica na CAPES e muito provavelmente estimulou disposições entre outros novos atores para apresentação de propostas de criação de cursos *Stricto sensu*: só no ano de 2013 tivemos a criação de 6 PPG na Área Nutrição. Também os Programas mais antigos (PPG Nutrição da UFPE e PPG Nutrição da UNIFESP) vem gradualmente se consolidando e pela primeira vez, ultrapassam a barreira da assim considerada excelência científica ao obter conceito 6 nesta última avaliação trienal.

Os dados disponíveis no site da CAPES (encontrados em locais distintos) permitem visualizar informações, que indicam que o Brasil conta com 25 PPG da Área de Nutrição credenciados pela CAPES, os quais somam 35 cursos, sendo 22 mestrados acadêmicos e 10 cursos de doutorado e três cursos de mestrado profissional. Cabe registrar que do total desses cursos, 8 foram criados no ano de

2013, sendo quatro cursos criados há poucos dias atrás. Esses números são similares e até maiores que de outras áreas já consolidadas, o que pode significar que uma espécie de “boom” da área está em curso. As tabelas 1 e 2 apresentam um panorama geral dos programas que compõem a Área de Nutrição na CAPES considerados neste estudo, ressaltando que o programa de Saúde Humana e Meio Ambiente da UFPE/Vitória de Santo Antão não consta na tabela por motivos já explicados anteriormente.

Tabela 1. Características gerais dos Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 1998 a 2013

PROGRAMA	IES	UF	Ano de Criação	Conceito					Cursos
				1998-2000	2001-2003	2004-2006	2007-2009	2010-2012	
1. Nutrição	UFPE	PE	1971 <sup>a</sup> / 1991 <sup>b</sup>	4	4	5	5	6	M/D
2. Nutrição	UFRJ	RJ	1985 <sup>a</sup> / 2006 <sup>b</sup>	3	4	4	5	5	M/D
3. Nutrição	UNIFESP	SP	1991 <sup>c</sup>	4	5	5	5	6	M/D
4. Nutrição humana aplicada	USP	SP	1991 <sup>c</sup>	4	4	4	3	4	M/D
5. Ciências da nutrição	UFPB/J.P.	PB	1995	**	3	3	3	4	M
6. Nutrição humana	UNB	DF	2000 <sup>a</sup> / 2009 <sup>b</sup>	3	3	4	4	4	M/D
7. Ciência da nutrição	UFV	MG	2001 <sup>a</sup> / 2010 <sup>b</sup>	-	3	4	4	5	M/D
8. Nutrição	UFSC	SC	2002 <sup>a</sup> / 2012 <sup>b</sup>	-	3	3	4	4	M/D
9. Nutrição	UFAL	AL	2005	-	-	3	3	4	M
10. Alimentos, nutrição e saúde	UFBA	BA	2005 <sup>a</sup> / 2013 <sup>b</sup>	-	-	3	3	4	M/D
11. Alimentação, nutrição e saúde	UERJ	RJ	2008 <sup>a</sup> / 2010 <sup>b</sup>	-	-	-	4	4	M/D
12. Biociências	UFMT	MT	2008	-	-	-	3	3	M
13. Nutrição e saúde	UFG	GO	2009	-	-	-	3	3	M
14. Nutrição e alimentos	UFPEL	RS	2010	-	-	-	3*	3	M
15. Saúde e nutrição	UFOP	MG	2010	-	-	-	3*	3	M
16. Ciências da nutrição e do esporte e metabolismo	UNICAMP/Li	SP	2011 <sup>a</sup> /2013 <sup>b</sup>	-	-	-	4*	4	M/D
17. Nutrição e saúde	UECE	CE	2011	-	-	-	3*	3	M
18. Segurança alimentar e nutricional	UFPR	PR	2011	-	-	-	3*	3	M
19. Nutrição e alimentos	UNISINOS	RS	2012 <sup>d</sup>	-	-	-	-	3	MP
20. Nutrição do nascimento à adolescência	CUSC	SP	2013 <sup>d</sup>	-	-	-	-	3*	MP
21. Nutrição Clínica	UFRJ	RJ	2013 <sup>d</sup>	-	-	-	-	3*	MP
22. Nutrição, atividade física e plasticidade fenotípica	UFPE	PE	2013	-	-	-	-	3*	M
23. Nutrição e saúde	UFMG	MG	2013	-	-	-	-	3*	M
24. Nutrição	UFRN	RN	2013	-	-	-	-	3*	M
25. Alimentos, nutrição e saúde	UNIFESP/SANTOS	SP	2013	-	-	-	-	3*	M

a - Criação do curso de mestrado; b - Criação do curso de doutorado; c - Criação simultânea de mestrado e doutorado; d – Criação do curso de mestrado profissional

M - mestrado; D – doutorado; MP – mestrado profissional.

\* Programas novos que não possuem nota na avaliação trienal, somente a nota obtida no momento da aprovação.

\*\* Informação não disponível no site da Capes.

Fonte: Cadernos de Avaliação da Capes, Brasil - Resultados trienais da avaliação de programas e Relação de cursos recomendados e reconhecidos.

Outras fontes: Acesso à informação da CAPES, Brasil - Resultados de propostas de cursos novos de pós-graduação.

Tabela 2 - Instituições de Ensino Superior que contam com mais de um Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* da Área de Nutrição da CAPES no Brasil em 2013

IES	Programas de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área Nutrição	Cursos
UFPE	Nutrição Nutrição, atividade Física e plasticidade fenotípica	Mestrado e Doutorado Mestrado
UFRJ	Nutrição Nutrição clínica	Mestrado e Doutorado Mestrado Profissional
UNIFESP	Nutrição Alimentos, nutrição e saúde	Mestrado e Doutorado Mestrado Profissional

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – CURSOS RECOMENDADOS E RECONHECIDOS, 2013.

Outras fontes: ACESSO À INFORMAÇÃO DA CAPES, BRASIL - RESULTADOS DE PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2013.

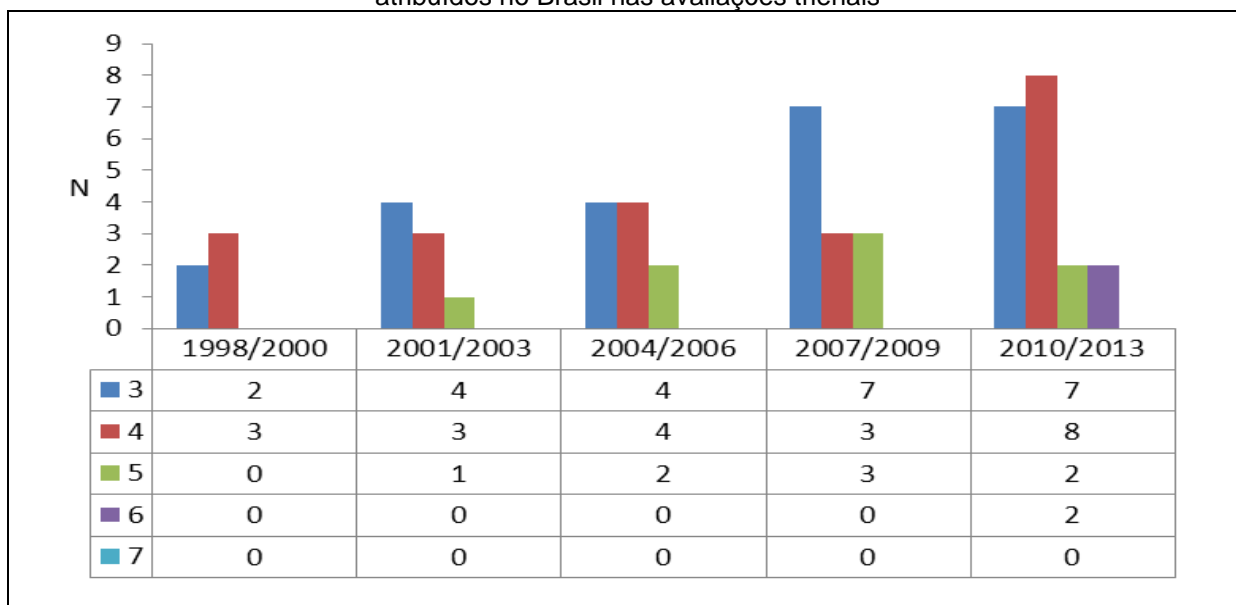
Notemos que a expansão dos cursos nesse campo passa a se dar também no interior das Universidades, que vão abrindo iniciativas em seus *campi* avançados pelo interior das Unidades da Federação.

### 3.2 Conceitos atribuídos aos Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* no Brasil na Área de Nutrição pela CAPES

Conforme aludido anteriormente, a partir de 1997, passou a vigorar a escala numérica de 1 a 7, representação que significa o resultado final do processo de avaliação na CAPES, sendo que 1 e 2 indicam descredenciamento do programa, enquanto conceitos 6 e 7 indicam cursos de excelência e inserção internacional e somente 10% dos programas podem estar nesse nível de excelência.

O gráfico 4 apresenta os conceitos atribuídos aos programas em questão ao longo das avaliações trienais da CAPES. Entre os 17 programas que possuem mais de uma nota (o que torna possível a comparação), cabe salientar que uma boa parte (6 programas) obteve seus conceitos em ascensão, em 12 programas o conceito foi mantido e um programa teve sua nota reduzida na avaliação do período 2007/2009, recuperando-se no triênio seguinte. Cabe ressaltar que no gráfico abaixo, a coluna de avaliação trienal 2010/2012 apresenta informações de 19 programas, pois o restante possui somente nota no momento de sua aprovação.

Gráfico 4 - Programas de Pós-Graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo conceitos atribuídos no Brasil nas avaliações trienais



Nota: TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE D

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – RESULTADOS TRIENAIIS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS, 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013.

Outras fontes: ACESSO À INFORMAÇÃO DA CAPES – RESULTADOS DE PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2013.

Vimos que ao longo dos anos dois Programas do campo da A&N apresentaram uma história diferenciada dos demais. São eles:

- 1- PPG Nutrição da UFRJ – Esta IES com seu programa “Nutrição” foi pioneira no campo da A&N, no Estado do Rio de Janeiro, sendo criado em 1985, oferecendo o curso de mestrado acadêmico, por meio de um convênio com uma agência alemã chamada GTZ. Devido há existência de conflitos internos do Programa e com o aumento no rigor do processo de avaliação da CAPES, o programa recebeu nota 2 e foi descredenciado da CAPES. Buscando a superação dos aspectos que foram avaliados de forma insatisfatória, para alcançar o credenciamento, foram feitas intensas reformulações no programa. Tais mudanças sofridas no período de 1998-2000 e também negociações realizadas com a CAPES, permitiram a reabertura do curso em 2002.
  
- 2- PPG Nutrição da UFBA – criado em 1998 em nível de mestrado acadêmico, recebeu em sua primeira avaliação (triênio 1998/2000) nota 2, que segundo a CAPES foi devido a uma produção científica em declínio e a uma inadequada formação de discentes (necessitava de reparos com relação ao tempo de titulação, atividade na graduação e participação nas publicações). Com isso, este programa foi descredenciado e não conseguiu credenciamento do curso no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Em 2005, a UFBA abriu um novo Programa chamado “Alimentos, nutrição e saúde” em nível de mestrado e em 2013 foi aprovado o doutorado.

Desse modo, observamos que os dois Programas (UFRJ e UFBA) passaram por essa tortura moderna, de serem rebaixados e excluídos do sistema. A UFRJ conseguiu após um pequeno período reabrir, situação diferente do PPG Nutrição da UFBA que foi fechado. Essas situações são profundos temores ou ameaças latentes para os coordenadores de PPG, seus pesquisadores, orientandos e dirigentes da IES, pois mostra que a CAPES faz e mostra que a ciência não é como os políticos que vivem na subjetividade, a CAPES é cientificamente objetiva. Ressalta-se que o PPG da UFRJ, na última avaliação trienal (2010/2012) recebeu conceito 5, mostrando que PPG frágil de antes deixou de existir dando lugar para um programa

mais forte e consolidado, o que pode ser uma indicação de que o campo da A&N está se fortalecendo.



### 3.3 Dependência administrativa dos Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* no Brasil na Área de Nutrição

Podemos perceber que até 2011 não havia IES privada no *campo científico* da A&N. Atualmente, com a criação dos Programas de mestrado profissional, o campo em foco incorporou duas instituições privadas (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS) e (Centro Universitário São Camilo/SP - CUSC) localizadas nas regiões Sul e Sudeste, respectivamente. Assim, nos dias de hoje, os 25 Programas da Área de Nutrição configuram-se como 23 Programas de IES públicas (19 Programas de instituições federais e quatro estaduais) e dois de instituições privadas (Tabela 3).

As IES federais se localizam em maior parte nas regiões Sudeste (7 programas) e Nordeste (6 programas), seguidas pelas situadas nas regiões Sul (quatro programas) e Centro-Oeste (dois programas), respectivamente. Já as IES estaduais estão majoritariamente localizadas na região Sudeste, apresentando uma única instituição no Nordeste. As IES particulares se encontram no Sudeste e Sul na mesma proporção.

Tabela 3. Programas de Pós-Graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo dependência administrativa no Brasil em 2013.

IES	Programa de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> da Área de Nutrição
	Nutrição
	Nutrição, atividade física e plasticidade fenotípica
	Nutrição
	Nutrição clínica
	Nutrição
	Alimentos, nutrição e saúde
	Ciências da nutrição
<b>Federal</b>	Nutrição humana
	Ciência da nutrição
	Nutrição
	Nutrição
	Alimentos, nutrição e saúde
	Biociências
	Nutrição e saúde
	Nutrição e alimentos

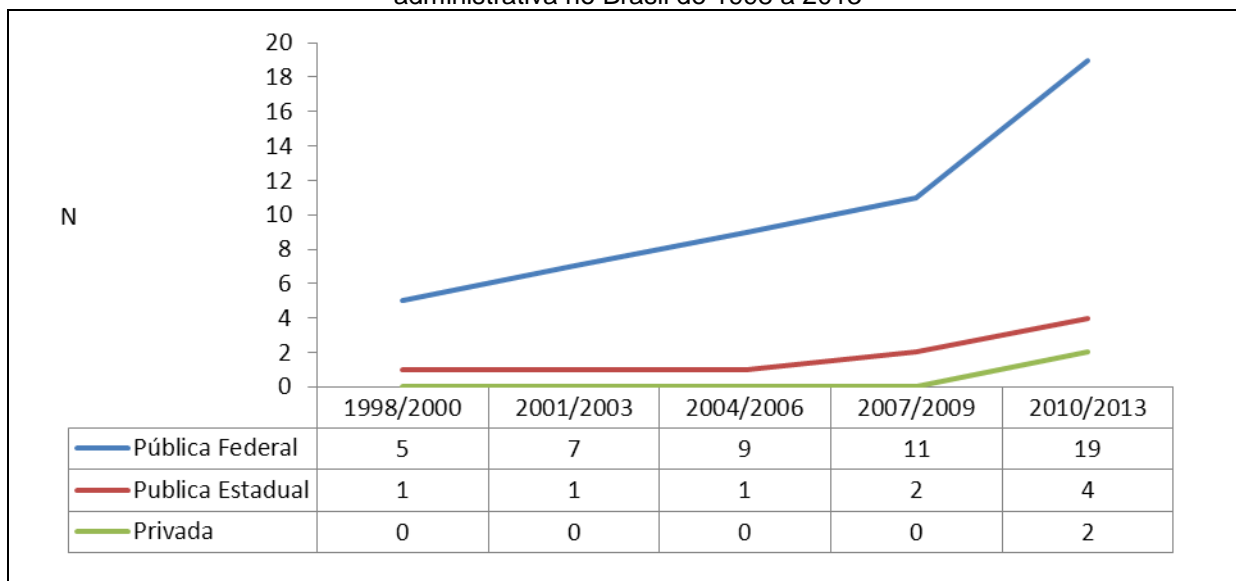
	UFOP	Saúde e nutrição
	UFPR	Segurança alimentar e nutricional
	UFRN	Nutrição
	UFMG	Nutrição e saúde
<b>Estadual</b>	USP	Nutrição humana aplicada
	UERJ	Alimentação, nutrição e saúde
	UNICAMP/LI	Ciências da nutrição e do esporte e metabolismo
	UECE	Nutrição e saúde
<b>Privada</b>	UNISINOS	Nutrição e alimentos
	CUSC	Nutrição do nascimento à adolescência

Fonte: Cadernos de Avaliação da Capes, Brasil - Relação de cursos recomendados e reconhecidos. Outras fontes: Acesso à informação da CAPES, Brasil - Resultados de propostas de cursos novos de pós-graduação.

A entrada do setor privado na pesquisa científica acontece no campo da Alimentação e Nutrição através dessa nova modalidade de formação: o mestrado profissionalizante. Isto bem condiz com a trajetória de formação por meio de cursos de especialização característica da iniciativa privada no Brasil. Ainda não está claro o que seriam os mestrados profissionais no campo alimentar-nutricional. As ideias de empresas buscando qualificação para seus trabalhadores através dessa modalidade de curso ainda não se concretizaram por aqui. O que parece se desenhar são estudantes que financiarão seus próprios estudos através de um curso que fica entre o mestrado agora adjetivado como acadêmico e o curso de especialização Lato sensu, obtendo, todavia, titulação de mesmo nível. Esta qualificação colocaria, hipoteticamente, os mestres profissionais em vantagem para a concorrência no mercado de trabalho. Quanto a inserção de pesquisadores formados nesses cursos de mestrado profissional nas empresas para desenvolvimento de produtos ou serviços inovadores com vistas ao seu consumo através do mercado, esta é uma questão em aberto no campo da Alimentação e Nutrição. Investimentos públicos na formação de profissionais qualificados para o desenvolvimento de políticas públicas no plano da segurança alimentar e nutricional e das ações de foco alimentar-nutricional junto as redes de unidades de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde, escolas, creches e demais espaços de atenção às pessoas.

Cabe ressaltar, que a região Sudeste é a única que concentra todos os tipos de IES (federal, estadual e privada).

Gráfico 5 - Programas de Pós-Graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo dependência administrativa no Brasil de 1998 a 2013



Nota: TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE E

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – RESULTADOS TRIENAIS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS, 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013.

Outras fontes: ACESSO À INFORMAÇÃO DA CAPES – RESULTADOS DE PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2013.

### 3.4 Distribuição geográfica dos Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* no Brasil na Área de Nutrição

A distribuição dos programas de pós-graduação na área de Nutrição ao final de 2013 encontra-se apresentada no gráfico 6. Distintamente do cenário nacional que manifesta forte presença das atividades científicas nas regiões Sudeste e Sul (ainda nos dias de hoje, as políticas públicas procederem de modo a reservar um percentual – da ordem de 30% – nos editais para as regiões Nordeste e Norte), a pesquisa no campo alimentar-nutricional desde seus primórdios contou com importante presença na Região Nordeste.

A existência de diversos estudos em Pernambuco, na década de 30, desenvolvidos por importantes intelectuais como Nelson Chaves, Gilberto Freyre, Josué de Castro, etc, envolvidos na história da criação e da consolidação desse *campo* no país, fizeram com que apesar do saber em A&N estar centralizado hegemonicamente na região Sudeste, também estivesse presente fortemente na região Nordeste (VASCONCELOS, 2001; 2002). A fim de demonstrar a importância

desses estudos nesta região para o *campo* da A&N, citamos o trabalho do médico pernambucano, Josué de Castro, que através de suas pesquisas tornou a alimentação pública responsabilidade do Estado (ACUÑA; CRUZ, 2003)<sup>18</sup>.

Os profissionais das regiões Nordeste e Norte interessados em cursar mestrado e doutorado em Nutrição beneficiaram-se, certamente, da existência do programa da UFPE. Da mesma forma, universidades públicas que contam com cursos de graduação em Nutrição também puderam aproveitar a existência do PPG da UFPE como apoio para abrir novas frentes e investir na implantação cursos próprios de formação de pesquisadores. Outras instituições também constituíram-se em pilares para a formação de pesquisadores e de programas de pós-graduação *Stricto sensu* no Nordeste, inclusive porque vários outros campos da ciência tem participação nesse processo dado o caráter multidisciplinar que marca o campo da Alimentação e Nutrição; porém o PPG Nutrição da UFPE certamente teve papel de destaque no processo.

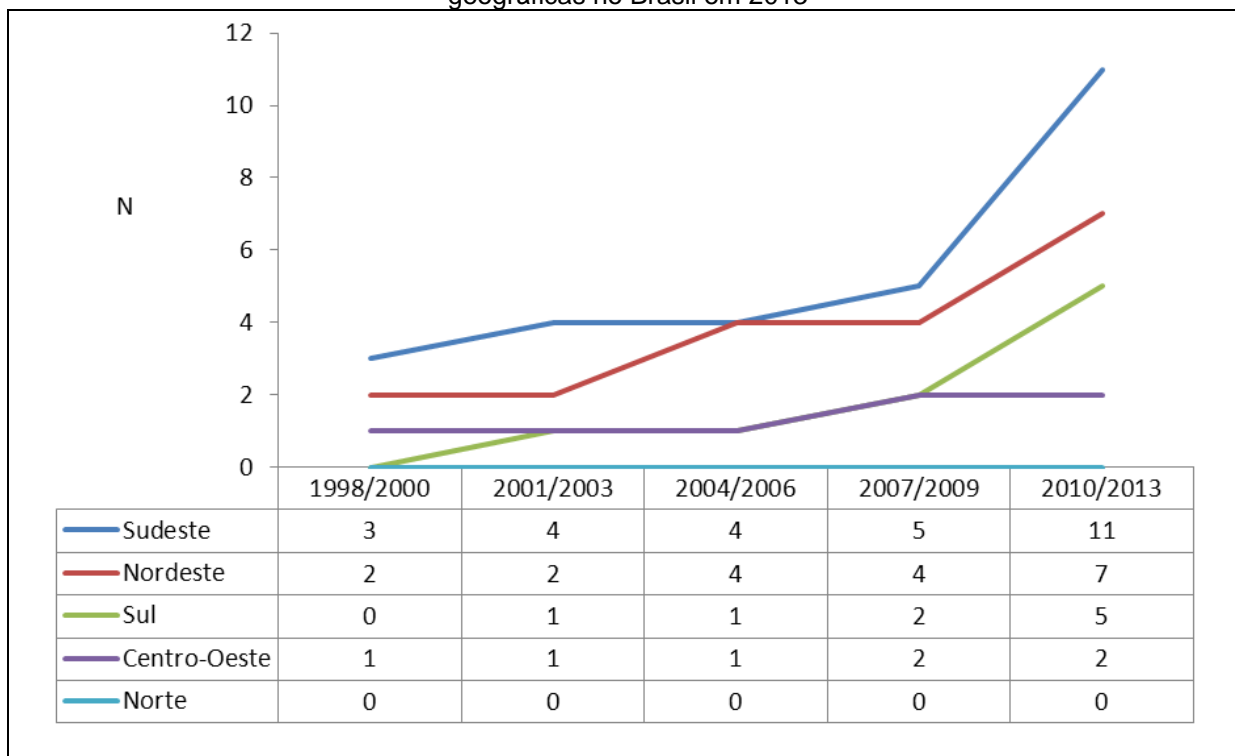
Trata-se, sem dúvida, de condição distinta do que se encontra no eixo Rio-São Paulo que dispõem de parque científico amplo e consolidado, contando com programas e linhas de pesquisa que possibilitaram muitas titulações e contribuíram para a instalação de inúmeros cursos de mestrado e doutorado pelo Brasil afora.

Ainda que por volta de 2002/2006 tenha havido números similares de programas no Sudeste e no Nordeste, hoje já há diferenças importantes no cenário, como o despontar do bloco Sudeste/Sul acompanhando, de certa forma, o padrão nacional; devemos registrar que há universidades planejando submeter propostas de cursos de nutrição nessas regiões. De outro lado, ainda há estados nordestinos que não contam com programas na área e até agora não há sinais que indiquem movimentos nesse sentido.

---

<sup>18</sup> O texto que se segue foi extraído dos Cadernos de Indicadores do ano de 2009., Trata-se, portanto de palavras registradas por seu coordenador no quesito Proposta do Programa. “O programa Nutrição da UFPE foi o pioneiro da área Nutrição, no Brasil. Criado em 1971, pelo Professor Nelson Chaves, com o apoio de uma equipe de pesquisadores, oferecendo o curso de Mestrado. Cabe ressaltar a presença direta ou indireta do cientista Josué de Castro, na criação deste programa. Estes dois nomes pernambucanos, desde o início da década de 30, participaram do processo de constituição do *campo científico* da Alimentação e Nutrição no Brasil. O surgimento do curso se deu em uma época onde o foco dos estudos estava voltado para a fome e a desnutrição no país. A implantação do curso de doutorado ocorreu em 1991, fortalecido pela consolidação do mestrado”(CAPES, 2012b).

Gráfico 6 - Programas de Pós-Graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo regiões geográficas no Brasil em 2013



Nota: TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE F

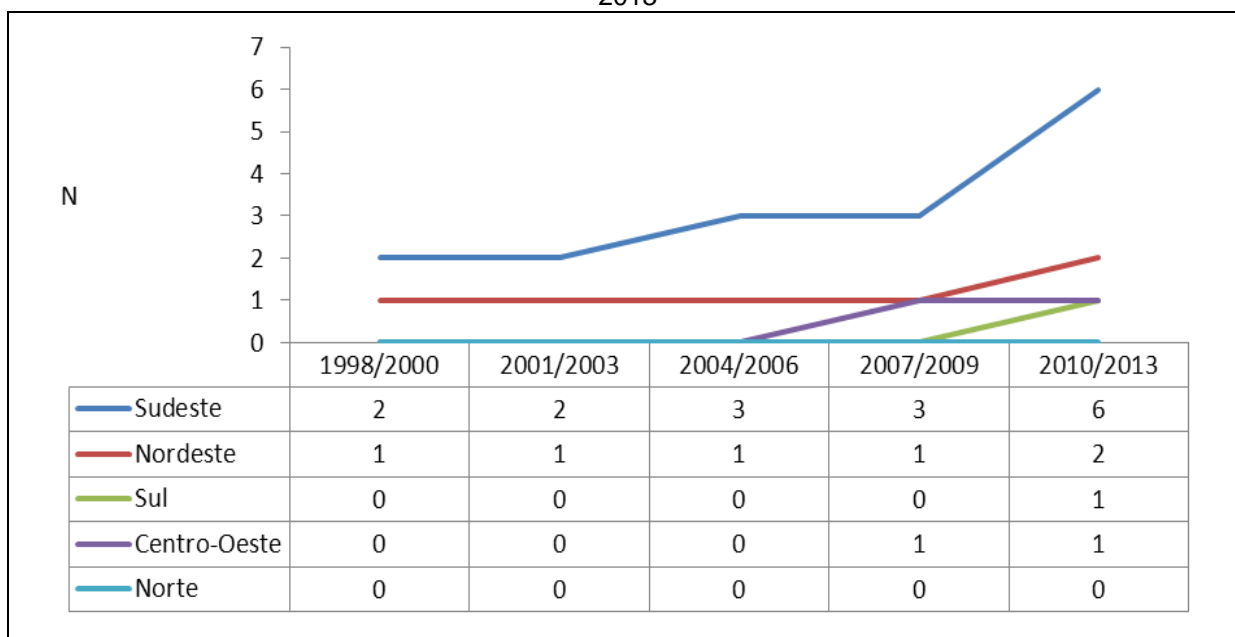
Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – RESULTADOS TRIENAIS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS, 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013.

Outras fontes: ACESSO À INFORMAÇÃO DA CAPES – RESULTADOS DE PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2013.

Se compararmos com o artigo de Kac et al. (2006), o panorama não apresentou mudanças significativas, pois na avaliação trienal de 2001/2003, o *campo* da A&N era composto por 8 Programas e 10 cursos, sendo a maior parte dos cursos de mestrado acadêmico (50%) e doutorado (67%) também localizados no Sudeste do país. Também observamos que quando comparamos com a distribuição regional do país, onde as regiões Sudeste e Sul apresentam as maiores concentrações dos cursos, o cenário do *campo científico* da A&N difere dos padrões nacionais de distribuição geográfica dos Programas, pela maior concentração de cursos na região Nordeste quando confrontado com a região Sul (Gráfico 6). Essa conformação do campo já era observada na avaliação trienal de 2004 (KAC et al., 2006).

Ao olharmos mais especificamente para o universo do doutorado, um espaço onde há uma menor concentração de programas que o oferecem quando comparado aos cursos de mestrado acadêmico, verificamos que a distribuição regional se mantém prevalecendo às regiões Sudeste e Nordeste, respectivamente.

Gráfico 7 - Cursos de doutorado da área Nutrição segundo regiões geográficas no Brasil de 1998 a 2013



Nota: TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE G

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – RESULTADOS TRIENAIS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS, 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013.

Outras fontes: ACESSO À INFORMAÇÃO DA CAPES – RESULTADOS DE PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2013.

Outro ponto importante, diz respeito à ausência de cursos da Área de Nutrição na região Norte do país. O *campo* da A&N nunca teve um PPG reconhecido pela CAPES nesta região, constituindo um dos desafios para o *campo* e para o Brasil também. Essas assimetrias existentes no sistema de Pós-graduação brasileiro têm sido apontadas nos planos nacionais para o seu desenvolvimento. Segundo o atual PNPG (2011-2020) são similares às desigualdades socioeconômicas e culturais que marcam a história no país. A fim de exemplificar essas desigualdades, a região Norte concentra 13,7% da população brasileira, colabora com aproximadamente 8% do PIB, mas tem recebido apenas 4% dos recursos de C&T do país (CAPES, 2013d).

As dimensões continentais dessa região, juntamente com a distribuição esparsa da sua população, também colaboram para seu isolamento, contribuindo para aumentar a dificuldade em manter e contratar novos pesquisadores para as instituições de C&T da região, o que inviabiliza a constituição de muitos empreendimentos de base tecnológica e inibe a formação em nível de Pós-graduação. Como forma de amenizar esses problemas, o PNPG 2011-2020 coloca

que foram idealizadas propostas que visam ampliar o número de docentes doutores e o número de cursos de mestrado e doutorado nas regiões Norte, Centro Oeste e Nordeste, reconhecidamente as que apresentam as maiores carências de recursos humanos do país (CAPES, 2013d).

### **3.5 Avaliações trienais dos Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* da Área de Nutrição no Brasil**

Conforme registrado anteriormente, anualmente os PG preenchem o formulário eletrônico denominado “Coleta CAPES” com detalhadas informações sobre as atividades aí desenvolvidas.

As Coordenações de Área elaboram seus “Critérios de Avaliação” e o correspondente “Documento de Área”, que informam as bases da avaliação; estes instrumentos foram fundidos e hoje há apenas o segundo deles. Nas últimas avaliações, observamos que os Documentos de Área Medicina II (no triênio 2007-2007) e Nutrição (2010-2012) foram elaborados gradualmente, inclusive com várias apresentações parciais aos coordenadores dos PPG. Importante notar que o mais aguardado dos critérios para definição dos conceitos/notas de cada PPG – os pontos de corte relativos a publicações – só foi divulgado depois de todo o processo estar concluído.

Ao final de cada Avaliação Trienal são divulgados “Relatórios” (ou com nomes variados, mas de conteúdo similar) com algumas informações comparativas relativas ao desempenho de cada PG.

Entre 1999 e 2006 estão disponíveis, ano a ano, as “Fichas de Avaliação” de cada PPG; a partir de então, esses instrumentos são divulgados ao final dos triênios 2007-2009 e 2010-2012.

Tais procedimentos colocam possibilidade de discussão sobre os processos e seus resultados. Através do quadro 5 podemos visualizar algumas dessas mudanças havidas nos procedimentos avaliativos, a saber:

- redução no peso do corpo docente;
- diluição das atividades de pesquisa e de formação em outros quesitos;
- agrupamento do corpo docente com suas teses e dissertações mais elevação do peso deste quesito no processo de avaliação;
- e a criação de um novo elemento, a inserção social.



Quadro 6 - Quesitos e pesos nas Fichas de Avaliação dos Programas de Pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 1998 a 2012

1998-2000 / 2001-2003 (*)		2007-2009		2010-2012	
Quesitos	Peso (%)	Quesitos	Peso (%)	Quesitos	Peso (%)
Proposta do Programa	0	Proposta do Programa	0	Proposta do Programa	0
Corpo Docente	20.00	Corpo Docente	20	Corpo Docente	15
Atividade de Pesquisa	10.00	-	-	-	-
Atividade de Formação	15.00	-	-	-	-
Corpo Discente	10.00	Corpo discente, teses e dissertações	30	Corpo discente, teses e dissertações	35
Teses e Dissertações	15.00				
Produção Intelectual	30.00	Produção Intelectual	40	Produção Intelectual	35
-	-	Inserção Social	10	Inserção Social	15

(\*) Não há Documento de Área ou Critério de Avaliação divulgado para o período 2004-2006.

Nota: As fichas de avaliação dos Programas de mestrado profissional possuem percentuais diferentes para os mesmos quesitos. O quadro acima diz respeito às fichas de avaliação dos programas com mestrado acadêmico e doutorado.

Estas são as mudanças que percebemos nesta primeira mirada. Observamos que cada um desses quesitos está subdividido e vários elementos que também passaram por alterações, incluindo os rearranjos que indicamos acima. Nos itens seguintes trataremos destes aspectos com maior aprofundamento.

Nessa parte dos resultados, serão discutidos aspectos relativos a cada um dos itens das Fichas de Avaliação (Anexo J) disponíveis. Conforme já anotamos anteriormente, essas Fichas passaram por várias adaptações ao longo dos anos o que limita algumas comparações. Após passar por alterações a cada edição, este instrumento encontra-se organizado em cinco quesitos:

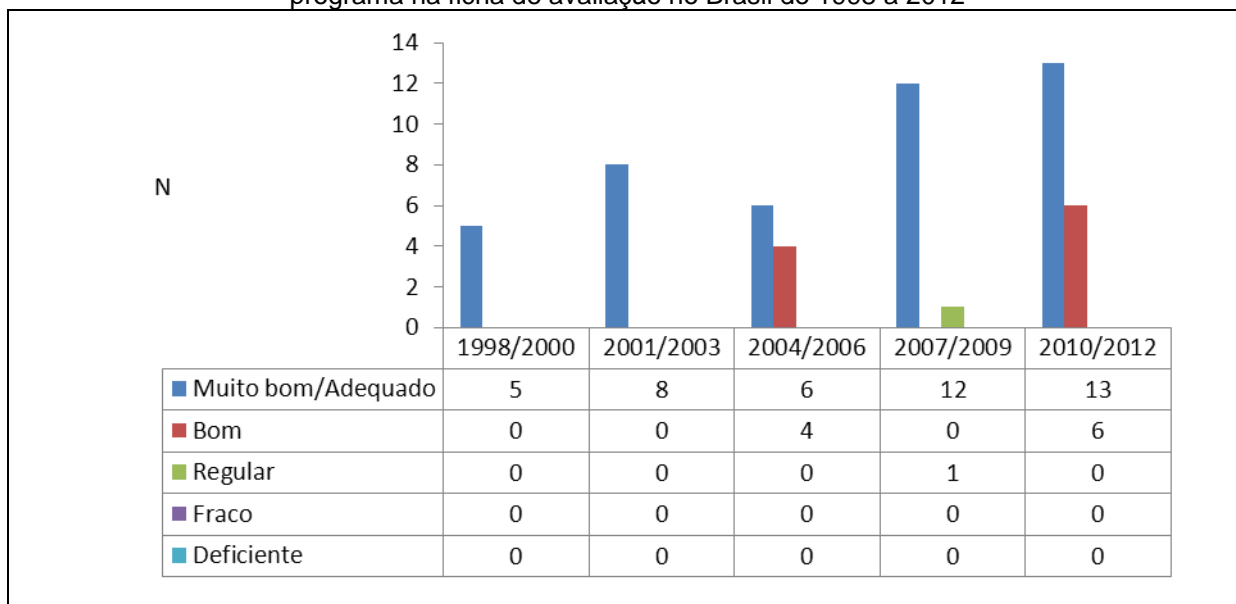
- a. Proposta do Programa;
- b. Corpo Docente;
- c. Corpo Discente, Teses e Dissertações;
- d. Produção Intelectual; e
- e. Inserção Social.

### 3.5.1 Proposta do Programa nas Fichas de Avaliação

O primeiro quesito de avaliação – denominado “Proposta do Programa” – é apresentado como qualitativo e não apresenta ponderação na nota final. Os outros quatro quesitos envolvem tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos do desempenho do Programa. Cada quesito tem de três a cinco itens de avaliação, que recebem conceitos “Muito Bom”, “Bom”, “Regular”, “Fraco” ou “Deficiente”. Cada item apresenta um peso variado, sendo o conceito do quesito resultado da média ponderada dos itens.

Nas primeiras avaliações constava como resultado de cada item as categorias “Adequado” ou “Inadequado”. Posteriormente foram adotados cinco níveis nessa classificação, o que tem validade até os dias atuais. Para fins de comparação, consideramos “Adequado” similar a “Muito Bom” no gráfico 8.

Gráfico 8 - Programas de pós-graduação da Área de Nutrição segundo o quesito proposta do programa na ficha de avaliação no Brasil de 1998 a 2012



Nota: TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE H

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – RESULTADOS TRIENAIIS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS, 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013.

Este quesito da ficha de avaliação trienal não apresenta ponderação na nota final e aborda (a) infraestrutura, planejamento, áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular dos programas, (b) planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, desafios internacionais, formação de seus alunos, metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos e (c) infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.

O olhar que se dirige ao decorrer do tempo registra que, no seu conjunto, os programas apresentam boa formulação. Nas Fichas de Avaliação é possível encontrar anotações mais pontuais sobre necessidade de reformulações (a) no corpo docente, (b) em grade curricular ou de seus conteúdos e (c) linhas e projetos de pesquisa. Há também vários registros indicando esforços exitosos dos programas no sentido da efetivação de tais reordenamentos.

Notamos que, a partir do triênio 2007/2009, os registros feitos pelos avaliadores nas Fichas de Avaliação ficaram muito mais extensos e detalhados, de um modo geral; no quesito Proposta do Programa, informam que os programas também passaram a uma condição mais favorável, apresentando textos com conteúdos mais substantivos. Atribuimos essa condição à possibilidade, até então inexistente, de contato dos coordenadores dos PG entre si e com os avaliadores da

área Nutrição. Tais encontros presenciais resultaram dos esforços de organização interna do campo promovidas por lideranças que buscaram recursos para viabilizar reuniões, investiram em articulações com os representantes da área Medicina II e de várias outras instâncias de poder em universidades e agências de fomento à pesquisa para discutir os critérios de avaliação e a posição da área Nutrição no campo científico nacional. Inclusive, aqueles que consideravam apresentar propostas de cursos novos e que frequentaram as atividades promovidas pelo Fórum PPG A&N tiveram sucesso em seus empreendimentos e na manutenção e crescimento desses programas daí por diante.

Tomando as duas últimas trienais, temos que dentre os 13 programas avaliados no período 2007/2009, 12 apresentam uma proposta de programa com conceito Muito Bom, exceto o PPG Nutrição Humana Aplicada da USP que recebeu conceito Regular. Na ficha de avaliação deste PPG, os avaliadores da CAPES chamam atenção para o fato de que os projetos de pesquisa em todas as áreas mais se assemelham a linhas de pesquisa. Colocam também, que não foi identificado o planejamento do programa com vistas ao seu futuro. E que há ausência de harmonia entre as unidades, o que fragiliza sobremaneira a proposta do Programa. No triênio seguinte, o cenário modificou-se recebendo os 19 programas avaliados os conceitos Muito Bom (13 programas) e Bom (6 programas), não sendo registrado nenhum programa com conceito regular ou abaixo disso. Comparando com o triênio anterior 2007/2009, relatamos que dentre os 13 programas, somente o PPG Biociências da UFMT reduziu seu conceito de Muito Bom para Bom (Anexo G).

Uma observação que consideramos importante refere-se ao fato que uma mesma questão é avaliada em vários quesitos, o que deixa transparecer a ideia de não haver clareza quanto ao que se avalia e que um mesmo “problema” é alvo de múltiplas perdas para o programa ao longo da Ficha. Por exemplo, há registros no quesito “Proposta do Programa” de existência de “problemas” com as publicações de um programa que apresenta muitos artigos em revistas nacionais; ora, há um outro quesito que avalia a “Produção Intelectual” e problematizar o perfil de publicações não é finalidade do quesito “Proposta do Programa”, ao menos, nós entendemos que não. Outro exemplo corresponde a menções nesse quesito “Proposta do Programa” relativamente a composição do corpo docente quando há um quesito que trata com exclusividade dessa questão.

Enfim, poder debater os objetivos de cada etapa do processo avaliativo e ter acesso a documentos que apresentem os resultados parece-nos importante para que se possa favorecer a qualificação dos programas em tela. Todavia, é necessário ter claro o que se pretende e quais as implicações dos caminhos adotados no processo, o que, por vezes, não parece acontecer. Devemos enfatizar que o próprio conceito de “avaliação” e mais especificamente de “avaliação da ciência” não nos parece devidamente problematizado nos documentos consultados.

Consideramos de grande relevância que a todo o clamor relativo à quantidade de artigos publicados em periódicos internacionais indexados nas bases claramente identificadas (JCR e Scopus) corresponda apenas sussurros ou um silêncio quase que absoluto em relação à formação para a docência e sobre ciência. Em outras palavras, é neste lugar – que não tem ponderação nos pesos numéricos que compõem a avaliação dos PG – que são tratadas as disciplinas ou os lugares de formação conceitual em termos teóricos e metodológicos.

O que se ouve nas mesas redondas ou conferências ou reuniões promovidas no âmbito da pós-graduação são enfáticas recomendações no sentido de que haja disciplinas voltadas para técnicas metodológicas e para a escrita de artigos num certo padrão (Introdução, Método, Resultados e Discussão). São encaminhamentos de cunho nitidamente instrumental que, em geral, reduzem a ciência a um conjunto de técnicas para obtenção de dados e para divulgação dos resultados correspondentes em determinados veículos que exigem específicos padrões de apresentação dos textos.

Não há registros nas Fichas de Avaliação relativamente a abordagens – por meio de disciplinas ou outra ordem de atividades – que demonstrem preocupações dirigidas à formação para docência ou para análises críticas sobre ciência, epistemologia, correntes de pensamento, distintos olhares sobre o pensar e fazer ciência ou sobre a diversidade na divulgação dos que se chegou a alcançar a partir dos esforços empreendidos.

Parece-nos que tal silêncio nos diz algo que indica uma política de elevação urgente do número de pesquisadores e da quantidade de sua publicação nos veículos eleitos como qualificados e que está deixando para segundo plano a qualidade dessa formação e da ciência em construção. Nesse sentido, vários autores tem se colocado mais recentemente, tais como Camargo Jr (2013), Castiel (2011), Bosi (2012c), Reinach (2013), para citar alguns autores brasileiros; devemos

também mencionar movimentos internacionais que se alinham a estas nossas observações sobre avaliação de atividades no âmbito da ciência, como Research Excellence Framework<sup>19</sup> (2013) e San Francisco Declaration on Research Assessment<sup>20</sup> (2012; 2013).

### 3.5.2 Corpo Docente nas Fichas de Avaliação

No seu conjunto, o campo mobiliza, hoje, aproximadamente 300 pesquisadores que compõem os corpos docentes permanentes (na avaliação de 2010/2012 contamos com 267 docentes permanentes, no entanto podemos dizer que este número é maior atualmente se levarmos em consideração os programas novos que não foram avaliados), número que vem crescendo a cada triênio por conta do incremento no número de programas e de pesquisadores em cada programa; há entre 9 e 20 docentes permanentes em cada PPG, sendo 14 em média, segundo informações dos cadernos de indicadores de 2012. O gráfico 9 oferece uma perspectiva temporal, ainda que sem dados para os primeiros triênios avaliados.

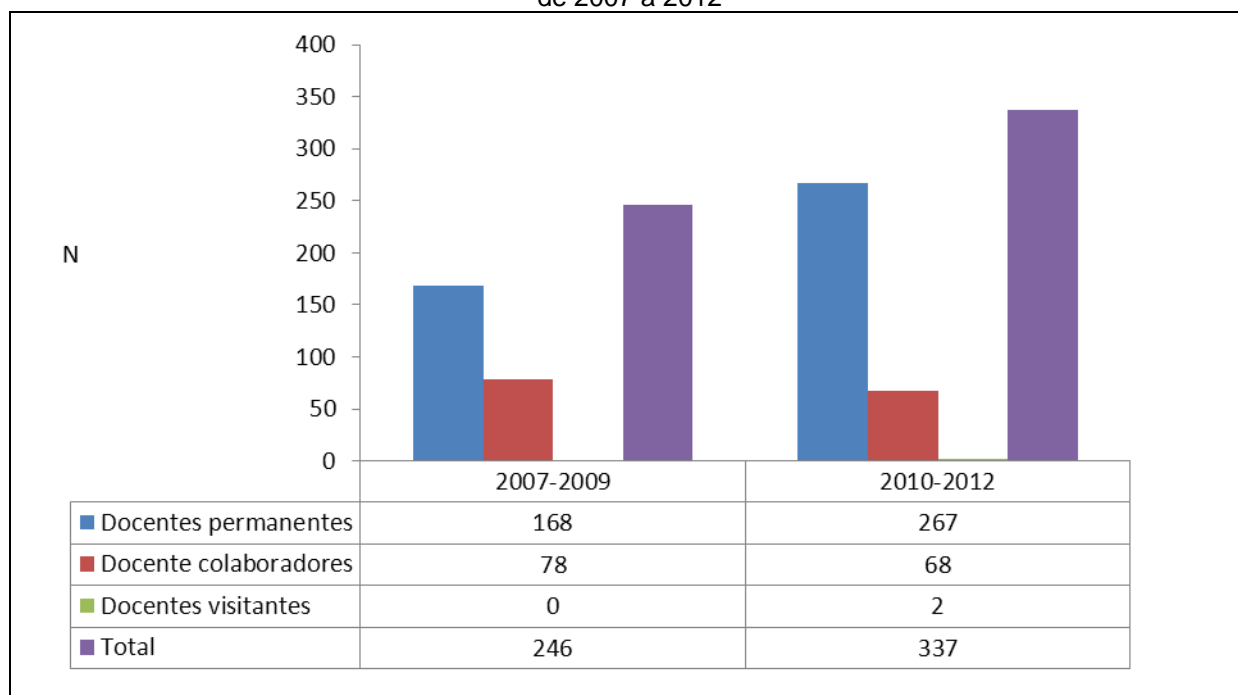
Os 19 Programas da Área de Nutrição que possuem informações nos cadernos de indicadores podem ser agrupados em três blocos com relação ao número total de docentes: Programas com 13 a 15 docentes (6 Programas); 16 a 20 docentes (10 Programas) e com mais de 20 docentes (3 Programas). A média foi de 18 docentes por Programa, conforme mostra a Tabela 4.

---

<sup>19</sup> *How will journal impact factors, rankings or lists, or the perceived standing of publishers be used to inform the assessment of research outputs?*  
*No sub-panel will make any use of journal impact factors, rankings, lists or the perceived standing of publishers in assessing the quality of research outputs. An underpinning principle of the REF is that all types of research and all forms of research outputs across all disciplines shall be assessed on a fair and equal basis*

<sup>20</sup> *General recommendations*  
*1. Do not use journal-based metrics, such as Journal Impact Factors, as a surrogate measure of the quality of individual research articles, to assess an individual scientist's contributions, or in hiring, promotion, or funding decisions.*

Gráfico 9 - Corpo docente dos Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 2007 a 2012



Nota: NÃO HÁ DADOS DISPONÍVEIS PARA OS TRIÊNIOS ANTERIORES NAS FICHAS DE AVALIAÇÃO TRIENAL DOS PROGRAMAS. TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE I.

Fonte: FICHAS DE AVALIAÇÃO TRIENAL, 2010.

Outras fontes: CADERNOS DE INDICADORES, 2012.

A USP, a UNIFESP e a UFV tem entre 80% e 94% de seu corpo docente com mais de 10 anos de titulação em nível de doutorado, o que parece sugerir a necessidade de reflexão sobre a renovação desses quadros e incorporação de novos docentes, isso, no sentido da continuidade do programa. A proporção de docentes permanentes variou de 68,8% a 93,3%. Somente dois programas, Alimentação, Nutrição e Saúde (UERJ) e Ciências da nutrição e do esporte e metabolismo (UNICAMP/Li), apresentam além dos professores permanentes e colaboradores, professores visitantes (sendo um docente visitante para cada programa). O restante não possui docente visitante.

Em relação ao tempo de doutoramento do corpo docente, observa-se que, em todos os Programas predominam professores com 5 ou mais anos de titulação (> 5 anos de doutoramento). Sendo 12 programas (UFPE, UFRJ, UNIFESP, USP, UNB, UFV, UFSC, UERJ, UFPEL, UFOP, UFPR e UNISINOS) que possuem maior concentração de professores com 10 ou mais anos de doutoramento (Tabela 4). A tabela também nos mostra que a maioria dos programas possuem docentes com titulação (doutorado) fora da área de Nutrição.

Tabela 4. Características gerais do corpo docente dos Programas de pós-graduação da Área de Nutrição na CAPES no Brasil em 2012

Programa	IES	Total (n)	% Docentes permanentes	Corpo Docente				Docentes que possuem titulação na área Nutrição (n)
				Tempo de doutoramento em anos %				
				< 2 4,9	2- 5-9,9	> 10		
1. Nutrição	UFPE	26 (20) <sup>1</sup>	76,9	0,0	0,0	34,6	65,4	8
2. Nutrição	UFRJ	20 (16)	80,0	5,0	0,0	40,0	55,0	2
3. Nutrição	UNIFESP	18 (15)	83,3	0,0	0,0	16,7	83,3	6
4. Nutrição humana aplicada	USP	16 (11)	68,8	0,0	0,0	6,3	93,7	6
5. Ciências da nutrição	UFPB/J.P.	17 (13)	76,5	0,0	11,8	64,7	23,5	4
6. Nutrição humana	UNB	20 (17)	85,0	0,0	35,0	15,0	50,0	3
7. Ciência da nutrição	UFV	15 (13)	86,7	0,0	0,0	20,0	80,0	6
8. Nutrição	UFSC	23 (18)	78,2	0,0	21,7	30,5	47,8	6
9. Nutrição	UFAL	16 (13)	81,3	6,3	25,0	37,5	31,2	2
10. Alimentos, nutrição e saúde	UFBA	15 (11)	73,3	0,0	6,6	46,7	46,7	4
11. Alimentação, nutrição e saúde	UERJ	20 (15)	75,0	0,0	10,0	35,0	55,0	2
12. Biociências	UFMT	18	77,8	0,0	16,7	55,5	27,8	3



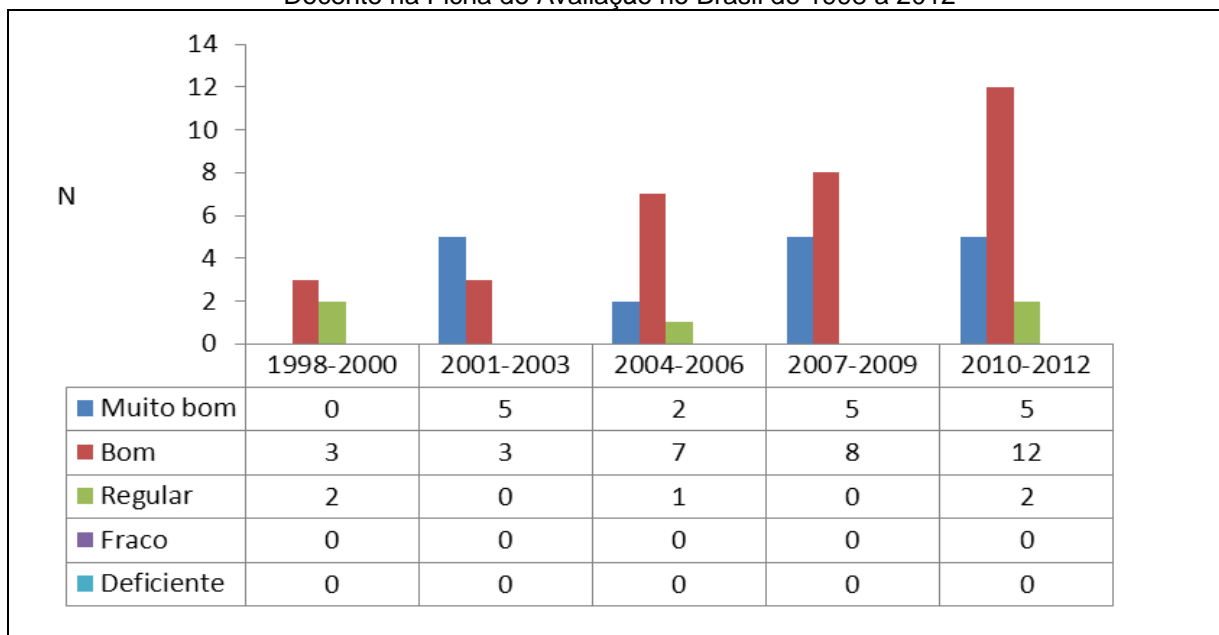
		(14)							
13. Nutrição e saúde	UFG	17 (13)	76,5	5,9	11,7	41,2	41,2	3	
14. Nutrição e alimentos	UFPEL	13 (9)	69,2	0,0	0,0	38,5	61,5	1	
15. Saúde e nutrição	UFOP	16 (12)	75,0	0,0	31,3	31,3	37,4	0	
16. Ciências da nutrição e do esporte e metabolismo	UNICAMP/Li	22 (17)	77,3	0,0	50,0	22,7	27,3	0	
17. Nutrição e saúde	UECE	15 (13)	86,7	6,6	20,0	46,7	26,7	1	
18. Segurança alimentar e nutricional	UFPR	15 (13)	86,7	0,0	13,3	33,4	53,3	1	
19. Nutrição e alimentos	UNISINOS	15 (14)	93,3	13,3	26,7	20,0	40,0	0	
20. Nutrição do nascimento à adolescência	CUSC	x	x	x	x	x	x	x	
21. Nutrição Clínica	UFRJ	x	x	x	x	x	x	x	
22. Nutrição, atividade física e plasticidade fenotípica	UFPE	x	x	x	x	x	x	x	
23. Nutrição e saúde	UFMG	x	x	x	x	x	x	x	
24. Nutrição	UFRN	x	x	x	x	x	x	x	
25. Alimentos, nutrição e saúde	UNIFESP/SANTOS	x	x	x	x	x	x	x	

Nota: <sup>1</sup> Número de docentes permanentes entre parênteses; Capes= Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

x – PPG que não possuem informações nos cadernos de indicadores de 2012.

Fonte: CADERNOS DE INDICADORES, 2012.

Gráfico 10 - Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo o quesito Corpo Docente na Ficha de Avaliação no Brasil de 1998 a 2012



Nota: TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE J.

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – RESULTADOS TRIENAIIS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS, 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013.

A Ficha de Avaliação confere 15% do peso total da avaliação ao Corpo Docente. Representava 20% da avaliação na trienal anterior, sendo essa mudança motivada pela maior ênfase no quesito corpo docente. Ao longo das trienais evidencia-se a política de incremento no número de publicações. Apertar os programas através de pressão sobre os estudantes é uma estratégia para dar conta do projeto. Com isso, os aprendizes ficam submetidos às mesmas pressões dos docentes. Por exemplo, os programas estão, cada vez mais, exigindo a versão já em pdf dos dois ou três artigos aprovados para publicação nos periódicos indicados para autorizar a defesa da tese que também deve acontecer cada vez mais cedo, como é o caso do programa da UNB que apresentou na última avaliação trienal um tempo médio de titulação de 28 meses.

Este quesito está distribuído em cinco itens a saber (a) Perfil do corpo docente – item que avalia a titulação, a adequação da áreas de formação acadêmica dos docentes permanentes com relação a proposta do programa, o aprimoramento e a experiência; (b) adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e formação do programa – verifica a atuação do corpo docente permanente nas atividades do programa, o tamanho e a estabilidade do corpo docente permanente, a adequação do percentual de docentes permanentes

em tempo integral e com vínculo institucional, e também se o programa tem dependência da atuação de docentes visitantes e colaboradores; (c) distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa – de forma geral, avalia se todos ou a maioria dos docentes participam das atividades de ensino, orientação e pesquisa de forma equilibrada; (d) contribuição dos docentes para atividades de ensino e ou pesquisa na graduação – sendo altamente valorizada a inserção de alunos em projeto de iniciação científica e no caso das instituições sem ensino de graduação, serão consideradas as atividades equivalentes nos cursos de especialização e residência médica; (e) proporção do corpo docente com importante captação de recursos para pesquisa – verifica a capacidade dos docentes de captar financiamentos para a realização de pesquisa, e de obter bolsas de produtividade em pesquisa; correspondendo a 10%, 30%, 30%, 20% e 10% respectivamente. Em síntese, o que conta aqui é a formação de pesquisadores, desde a graduação – idealmente em números máximos em tempos mínimos – e a realização de pesquisas, com valorização da captação de recursos, por todos os docentes permanentes do programa.

A maioria dos programas analisados obteve conceito Bom (12 Programas, seguidamente do conceito Muito bom (5 Programas) e dois desses programas obtiveram conceito Regular (UFPR e UNISINOS) no quesito corpo docente (Gráfico 10). Cabe registrar, que nenhum dos programas avaliados recebeu conceito fraco ou deficiente. Este quesito trata dos docentes permanentes, que dão sustentação ao PPG, dos docentes colaboradores, que mantém algumas atividades regulares no PPG, porém em caráter de apoio, e os docente visitantes, que desenvolvem atividades pontuais. A categoria docente colaborador presta-se também a uma certa margem de ajustes nos programas em relação aos critérios de avaliação; por exemplo, um docente permanente que a partir de um determinado momento se encontre com perfil pouco ajustado aos critérios de avaliação e que tenha orientandos pode passar para a condição de colaborador e ser descredenciado do programa posteriormente ou retornar a sua condição de docente permanente, caso seu desempenho venha a ser considerado apropriado para tal posição.

Sem dúvida, ser credenciado ou descredenciado, passar da condição de docente permanente para colaborador ou vice-versa num programa de pós-graduação mobiliza, para o pesquisador, importante capital simbólico na lida científica. E para o programa, ficam as decisões relativas aos (des)credenciamentos

que implicam em embates políticos internos entre docentes, colegas de trabalho que se sentem (des)prestigiados ou (in)justiçados em relação aos outros, por exemplo. Do mesmo modo, mas com outras conotações, há as disputas no próprio campo, uma vez que a inclusão ou exclusão de docentes faz parte do alcançar, no processo de avaliação, conceitos mais elevados e os capitais de toda ordem que os acompanham; pode também significar descrédito, desgraça, vergonha e perdas de capitais científicos vários quando traz a redução do conceito ou mesmo a exclusão do sistema CAPES. Cabe assinalar que os critérios que compõem o quesito “Produção Intelectual” operam fortemente nas decisões de cada programa sobre a composição de seu corpo docente. Num campo complexo e que tem como sua marca de identidade a interdisciplinaridade como caminho para respostas dos problemas com os quais lida – como é o caso do campo científico Alimentação e Nutrição – tais critérios têm impacto substantivo, por exemplo, sobre o fortalecimento ou esvaziamento de linhas de pesquisa que contam com poucos docentes e cuja produção possa não ser adequadamente aferida por meios dos critérios vigentes.

Luz (2005), por meio de abordagem sociológica sobre as condições em que se desenvolve a pesquisa científica nas universidades brasileiras, considerando como cenário a sociedade capitalista globalizada, colocava suas preocupações com a

[...] contínua geração de estresse, sofrimento e adoecimento dos atores, a partir da aceleração do ritmo de atividades, da instabilidade no emprego e do aumento de exigências de “produtividade”, sem correspondente valorização estatutária ou econômica, que afetam na sociedade contemporânea a situação de milhares de profissionais com formação de ensino superior, sobretudo na Universidade e na área de Saúde, vistas como *situs* institucional de inserção no mundo do trabalho. Embora adote um tom pessimista, o trabalho tem a esperança (afinal, junto com o fogo do conhecimento, Prometeu lega aos homens a divina esperança) de que as reflexões expostas possam nos ajudar a ver com mais clareza as atuais condições de trabalho, principalmente o universitário, no sentido de buscar alternativas ao modo pelo qual a produção acadêmica vem-se processando nos últimos quinze anos. Ajudar-nos, sobretudo, a buscar mudar o ritmo e os valores com que se vêm processando, considerados os danos que tais valores e ritmo vêm acarretando para a saúde física e mental de professores e pesquisadores. Deve ser acentuado, inclusive, que tais danos repercutem também sobre a saúde de alunos e orientandos de teses, dissertações e monografias, pois o estresse continuado de mestres e orientadores acaba “desabando” parcialmente sobre os alunos, como os dos médicos, enfermeiros e auxiliares sobre os pacientes (LUZ, 2005, p. 41).

Estudo empírico recente, cujo resumo encontra-se abaixo transcrito, segue neste mesmo sentido, ao relacionar adoecimento por problemas de ordem

cardiovascular com a manutenção dos níveis de exigência de seus programas de pós-graduação.

Os docentes de pós-graduação apresentaram aumento nos pedidos de licenças médicas, principalmente por sintomas ou sequelas de doenças cardiovasculares. Com isso, o objetivo deste trabalho foi, por meio de um questionário direcionado a professores de pós-graduação, quantificar entre eles quantos realizavam atividades físicas frequentes, dietas balanceadas e visitas médicas, e outros fatores, e comparar isso com: i) a ocorrência de intervenções cardíacas, doenças coronarianas e acidentes vasculares cerebrais; ii) o número de produção científica e o número de orientando médio por ano. Foram respondidos e analisados 540 questionários. A hipótese deste trabalho foi aceita, ou seja, quanto maiores o número de produção científica e o número de orientandos em média por ano, maiores foram as ocorrências médias de intervenções cardíacas, doenças coronarianas e os acidentes vasculares cerebrais (hemorrágico e isquêmico) em docentes de pós-graduação, principalmente, pela falta de dieta equilibrada e balanceada, de atividades físicas supervisionadas regularmente, e visitas médicas frequentes, justificados pela excessiva carga horária fora do expediente, para se manter os indicadores de qualidade dos cursos de pós-graduação e de seus currículos atualizados (SANTANA, 2011, p. 219).

A estas questões retornaremos nos tópicos seguintes.

### 3.5.3 Corpo Discente, Teses e Dissertações nas Fichas de Avaliação

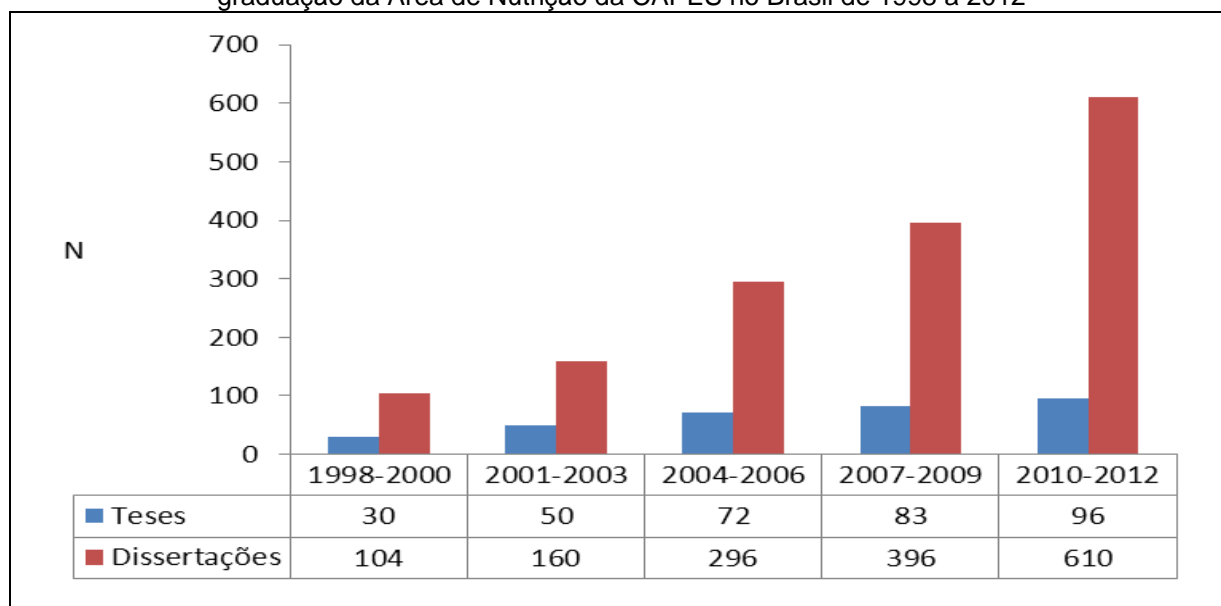
Nesse quesito, o processo avaliativo da CAPES se volta para o desempenho dos estudantes através de suas dissertações e teses concluídas.

Percebemos no tratamento deste quesito uma espécie de neblina, névoa, fumaça que não permite visualização nítida do que sejam os mestrandos e doutorandos (pessoas, seres humanos que estudam e trabalham em seus projetos de pesquisa, sujeitos) e as dissertações e teses (resultado material, objeto, coisa). Produtores e produtos, sujeitos e objetos formam uma massa na qual não se distingue bem uns dos outros. Por exemplo, uma fonte de informações sobre discentes (Cadernos de Indicadores) traz uma lista anual das dissertações e teses defendidas, a partir da qual chegamos ao número de pessoas que defenderam seus trabalhos diante de uma comissão examinadora (banca), conforme os ritos institucionais de cada programa. Outra fonte (planilhas comparativas) informa o número de teses e dissertações. Em nenhuma delas há o número de estudantes ou

de egressos. Nada há em relação a suas expectativas ao ingressar no PPG, suas impressões sobre formação, sua visão de ciência ou suas perspectivas de futuro... Quem está sendo formado? Não há perguntas dessa ordem... Apenas o quanto publicaram e em que revistas.

No gráfico 11 há, então, informações sobre dissertações e teses defendidas ou, indiretamente, sobre mestres e doutores que vem formando o corpo discente na área em análise.

Gráfico 11 - Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado defendidas nos Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 1998 a 2012



Nota: TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE K.

Fonte: DADOS ESTATÍSTICOS DA CAPES - GEOCAPES, 1998 a 2012.

Este quesito vem tendo seu peso cada vez maior neste processo, passando de 30% na avaliação do triênio 2007-2009 para 35% na última. A argumentação colocada em reuniões da área para tal alteração dirige-se a perspectiva de elevar o número de publicações dos trabalhos no âmbito desses programas. Consideramos razoável pensar que essa medida cumpra também uma função complementar: controlar a participação de docentes permanentes em dois programas no máximo, como estabelecido pela CAPES. São duas referências da mais alta importância: induzir a elevação do número de publicação dos alunos com autoria do orientador registrada nas fontes determinadas pela CAPES e evitar informações falsas por parte dos programas ao inserir em seus quadros docentes considerados muito produtivos, mas que não atendem aos requisitos de participação de docentes permanentes.

Por estes caminhos, percebemos uma inflexão importante no sentido de dirigir o peso das publicações dos docentes para os discentes, enredando também e cada vez mais estes últimos no ritmo intenso de produção exigido dos que buscam um lugar capitalizado no prestigioso mundo da produção de conhecimentos.

Esta referência, na qual mestrandos e doutorandos atuam como membros de uma equipe que opera nos moldes de linha de montagem, é bastante característica dos estudos empíricos realizados no âmbito da biomedicina, majoritariamente em ambientes laboratoriais ou como estudos epidemiológicos. Conforma uma específica cultura de produção de conhecimentos que inclui, entre outras características, vários artigos publicados em periódicos internacionais por um conjunto de pesquisadores, estando o líder do laboratório e seus assistentes mais próximos sempre presentes nas autorias e os alunos de graduação, mestrado ou doutorado eventualmente presentes conforme suas participações nos trabalhos. Isto significa que os pesquisadores que atuam permanentemente nesses grupos de pesquisa aparecem como autores em um grande número de artigos ao longo de um dado período de tempo, praticamente todos com participação de algum dos vários estudantes que circulam nesses espaços. Por exemplo: consideremos um desses grupos de pesquisa que conta com quatro docentes permanentes de um programa de pós-graduação *Stricto sensu*; cada pesquisador tem cinco orientandos, o que corresponde a 20 estudantes dos cursos de mestrado ou doutorado desse programa; se, em um ano, 10 desses alunos vierem a produzir um artigo cada, os pesquisadores terão, cada um deles, publicado 10 artigos, nesse mesmo período de tempo por conta da coautoria mandatória. Não estamos aqui colocando em questão se todos trabalharam efetivamente em cada um desses estudos ou se há legitimidade nessa prática; consideramos apenas que todos trabalham juntos num mesmo espaço físico com equipamentos de uso comum e que buscam recursos para o funcionamento do laboratório ou para os trabalhos de campo de base populacional. Enfim, reiteramos, estes procedimentos são característicos do mundo biomédico, conformando o *habitus*, como em Bourdieu, dessa parcela de pesquisadores e estudantes que vão se formando em meio a essas referências e padrões de práticas científicas cotidianas e contextuais.

Todavia, outras culturas também existem no labor científico. É o caso do que se passa nas Ciências Humanas e Sociais, por exemplo, onde predomina a publicação de livros e de capítulos de livros em comparação com artigos e estes,

menos usualmente ainda, em periódicos internacionais. Nos anos recentes vem em números crescentes a publicação de artigos em periódicos, inclusive os internacionais, por conta das pressões para utilização dessa via de divulgação por parte das agências de fomento à pesquisa e pós-graduação, inclusive a CAPES. Uma outra característica da cultura científica do campo das ciências Humanas e Sociais é a publicação de textos de autoria única, ou seja, o mestre ou doutor que publica sua dissertação ou tese o faz, geralmente, no formato de um livro e tendo seu nome como único autor; o orientador é mencionado no texto, mas não aparece como autor ou coautor. Da mesma forma, o docente permanente do programa de pós-graduação *Stricto sensu* publica seus trabalhos, independentemente de seus estudantes. A publicação por meio de livros e a autoria única corresponde a importante capital científico que compõe esse outro *habitus*, essa outra cultura científica da qual partilham os docentes-pesquisadores que atuam em programas de pós-graduação inseridos nas áreas de avaliação afins às Humanidades e também aqueles que desenvolvem seus estudos articulando as Ciências Humanas e Sociais a outros campos científicos, como o biomédico, por exemplo. Este é o caso de campos científicos interdisciplinares como a Saúde Coletiva, cuja constituição se deu no Brasil a partir da contribuição de seus três principais núcleos de saberes em interação, a saber: Epidemiologia, Políticas de saúde e Ciências Humanas e Sociais em Saúde. É também o caso do campo aqui em questão – a Alimentação e Nutrição – que traz em sua identidade a presença de abordagens biomédicas (como a Nutrição Clínica, Básica ou Experimental, por exemplo) e humanísticas (como as Ciências Humanas e Sociais em Alimentação e Nutrição que incluem Antropologia, Sociologia, Filosofia, Psicologia, entre outros olhares epistêmicos quando se voltam para o objeto que corresponde à *comida* e não aos nutrientes). Nestes casos, há docentes-pesquisadores e seus orientados que fazem uso predominante da produção de livros e capítulos de livros e da autoria única como práticas científicas típicas e legítimas e que diferem do padrão biomédico de produção de divulgação do conhecimento, este tido como de alta qualidade na Ficha de Avaliação e, portanto, valorizado no processo todo de avaliação dos programas de pós-graduação e da ciência como um todo.

Alguns procedimentos, como a avaliação de livros e capítulos de livros, passaram a ser considerados com a criação da área Nutrição na CAPES a partir de debates promovidos no âmbito do Fórum PPG A&N, o que é da maior relevância



para a adequada valorização da formação de novos pesquisadores e da pesquisa nesse campo das Ciências Humanas e Sociais em Alimentação e Nutrição. Porém, questões como (a) a autoria única ou sem a presença de todos os pesquisadores de cada grupo de pesquisa em cada publicação – o que reduz substantivamente o número de trabalhos por pesquisador em comparação com os padrões anteriormente mencionados – ou (b) a publicação em periódicos indexados em bases internacionais e seus fatores de impacto, em detrimento de periódicos cuja qualidade está definida em outras bases que não exclusivamente as bibliométricas ou cientométricas, enfim, questões como estas ainda não aparecem nos documentos da nova área. Isto significa que, no que tange aos discentes e aos modelos de avaliação de sua participação nos programas de pós-graduação, elementos como a qualidade da pesquisa e da formação de docentes-pesquisadores e a utilização de procedimentos que contemplem a interdisciplinaridade, marca identitária do campo científico da Alimentação e Nutrição, ainda são questões em aberto para as quais não há sinais de construção de novos procedimentos que os contemplem adequadamente.

Na Ficha de Avaliação 2010-2012 há quatro itens para este quesito: (a) a quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação ao número de docentes permanentes, o que corresponde a 20% do quesito; (b) a distribuição das orientações dos trabalhos defendidos no período de avaliação em relação aos docentes do Programa, buscando identificar se há docentes com muitos ou poucos orientandos (20%); (c) a qualidade das teses e dissertações aferida por publicações (50%); e (d) o tempo de titulação de mestrado e doutorado (10%).

O número de trabalhos de mestrandos e de doutorandos que foram concluídos é cotejado em relação ao número de docentes permanentes de cada programa em busca da identificação de assimetrias, ou seja, da existência de docentes com muitos ou poucos orientandos. A assimetria é considerada indesejável e punida com conceitos baixos. O ideal preconizado é a existência de docentes permanentes, todos, com uns quatro ou cinco orientandos, o que é agraciado com notas altas, capitalizando os docentes e o programa. Há aqui o componente de controle sobre a incorporação por parte dos PPG de pesquisadores com muitas publicações, mas que não orientam na mesma proporção. Como na produção industrial em série, o que se pretende, enfim, são docentes trabalhando igualmente com números similares e determinados de orientandos em tempos previamente

estabelecidos: homogeneidade e ritmo constante na produção de conhecimento como valores de julgamento da qualidade da ciência.

Novamente notamos que uma mesma atividade é avaliada várias vezes num mesmo processo. As publicações são consideradas em vários momentos de cada avaliação e com pesos cada vez maiores ao longo das avaliações trienais, o que vale também para o quesito Corpo Docente, Teses e Dissertações. Busca-se, assim, cobrir minuciosamente todo o seu processo de produção e verificar se as metas de formação e de publicação a serem atingidas estão sendo cumpridas. Em síntese, a qualidade das teses e dissertações é aferida pelas publicações delas derivadas que devem ter por autores o orientando, o orientador e demais coautores conforme o estudo desenvolvido e os interesses presentes nas relações sociais estabelecidas nesse espaço da vida humana. Um trecho das considerações sobre um programa ilustram bem essa perspectiva

Do total de 95 discentes, 20 discentes/egressos publicaram pelo menos um artigo no triênio (21,1%), e só 15 publicaram em periódicos Qualis B1 ou superior (15,8%). Os discentes/egressos participaram na publicação de 30 produtos (28,6%) de um total de 105 do programa no triênio. Do total de artigos publicados por docentes permanentes em periódicos Qualis B1 ou superior (n= 57), 15 tiveram a participação de discentes/egressos (26,3%). Estes valores são bons, mas medianos para a área (CAPES,2014b, grifos nossos).

A qualidade é dada pelo modelo Qualis Periódicos que confere valor aos artigos publicados em periódicos internacionais com fator de impacto ou métrica similar elevada. A palavra “só” no trecho grifado por nós acima evidencia a insuficiência na qualidade das dissertações concluídas nesse programa, uma vez que os trabalhos não estão sendo publicados nos veículos considerados de boa qualidade na CAPES e na área Nutrição. Da mesma forma, a palavra “mas” destacada nessa citação denota a necessidade de o programa articular seus discentes/egressos e docentes nas publicações, ou seja, produzir mais e “melhor”; assim, de um lado, são bons valores para o que se avalia, de outro lado e reforçando a contraposição, não vão além da média da área, o que não é bom o suficiente...

Aqui, a qualidade das dissertações e teses não reside no valor dos estudos realizados, mas nos meios de circulação dos artigos delas derivados. Artigos publicados em revistas sem fator de impacto não tem qualidade, mesmo que

oriundos de abordagens que não tenham lugar nesse tipo de veículo, como é o caso de trabalhos de cunho antropológicos, sociológicos ou similares que se voltam para questões de interesse nacional ou de grupos específicos da população que sejam caracteristicamente nacionais, por exemplo. Tal procedimento e tal ordem de valor desqualifica trabalhos publicados nos moldes de outros campos da ciência que diferem do padrão biomédico, forçando que docentes formados e formadores de outros *habitus* passem a adotar práticas científicas que lhes são estranhas e muitas vezes, adversas. Tal é o caso do caminhar para a consideração exclusiva de publicações que tenham discentes e orientador (além da equipe) na avaliação de PPG: é o que se visualiza nas tendências relativas a este quesito em discussão. Pesquisadores docentes não podem ter seus trabalhos todos atrelados a estudos de alunos e vice-versa. Trabalhos autorais de pesquisadores que acumularam conhecimentos e saberes ao longo de anos podem tratar de uma outra ordem de problemas que, inclusive, podem estar além das possibilidades de um doutorando e a contribuição desses trabalhos para o avanço da ciência pode ser secular. É o caso de livros que aprofundam as fronteiras do conhecimento e que perduram atuais por tempo e tempos a fio...

Uma outra questão importante corresponde ao tempo de conclusão das dissertações ou teses, que tem prazos bem definidos nos critérios de avaliação dos PPG. O uso de tempos maiores que os estabelecidos implica em redução das notas/conceitos correspondentes. Tais medidas foram adotadas em face de práticas anteriores aos procedimentos de avaliação de PPG ora em pleno vigor: era comum um curso de mestrado levar quatro ou cinco anos para sua conclusão e bem mais tempo que isso para o doutorado. Sem dúvida, que são tempos bastante compassados para um País que considera necessitar de número imenso de pesquisadores e que pretende forma-los com rapidez. Desse ponto de vista, medidas de controle de prazos são imperiosas e concordamos que sejam valorizadas.

Todavia, temos alguns problemas no caso dos estudos construídos a partir das Ciências Humanas e Sociais, quando estes são desenvolvidos no interior de programas de pós-graduação situados no campo biomédico. A formação graduada em Nutrição, Medicina, Enfermagem, como nas demais similares, implica um *estilo de pensamento* (FLECK, 1986) que tende a naturalizar fenômenos sociais (como o processo saúde-doença-cuidado, por exemplo) e que inclui uma visão de mundo

específica de cunho intervencionista aos profissionais, que seguem em busca de meios para agir sobre a realidade, preferencialmente, com rapidez. Tal modelo não corresponde ao que se passa na formação nas Humanidades, em especial na Antropologia ou na Filosofia, por exemplo, onde a compreensão de fenômenos sociais inclui e valoriza o pensar sobre as intervenções e seus desdobramentos sobre a vida; tais caminhos para a produção do conhecimento são estranhos aos profissionais que, majoritariamente, procuram formação nos PPG do campo da Saúde olhando para as Ciências Humanas e Sociais como quem busca instrumentos para intervenção sobre a sociedade, em face desta ou daquela doença (KLOTZ SILVA et al, 2010; CANESQUI; GARCIA, 2005). Receber profissionais formados no campo biomédico para o desenvolvimento de dissertações que exigem formação em Ciências Humanas e Sociais – que deverá acontecer durante o mestrado ou doutorado – e, muito mais que isso, a identificação do seu próprio estilo de pensamento, bem como, e a reflexão crítica sobre ele, o que corresponde a desafio de grandes proporções e demanda muito mais tempo que o que se considera “muito bom” nos critérios de avaliação da pós-graduação em vigor.

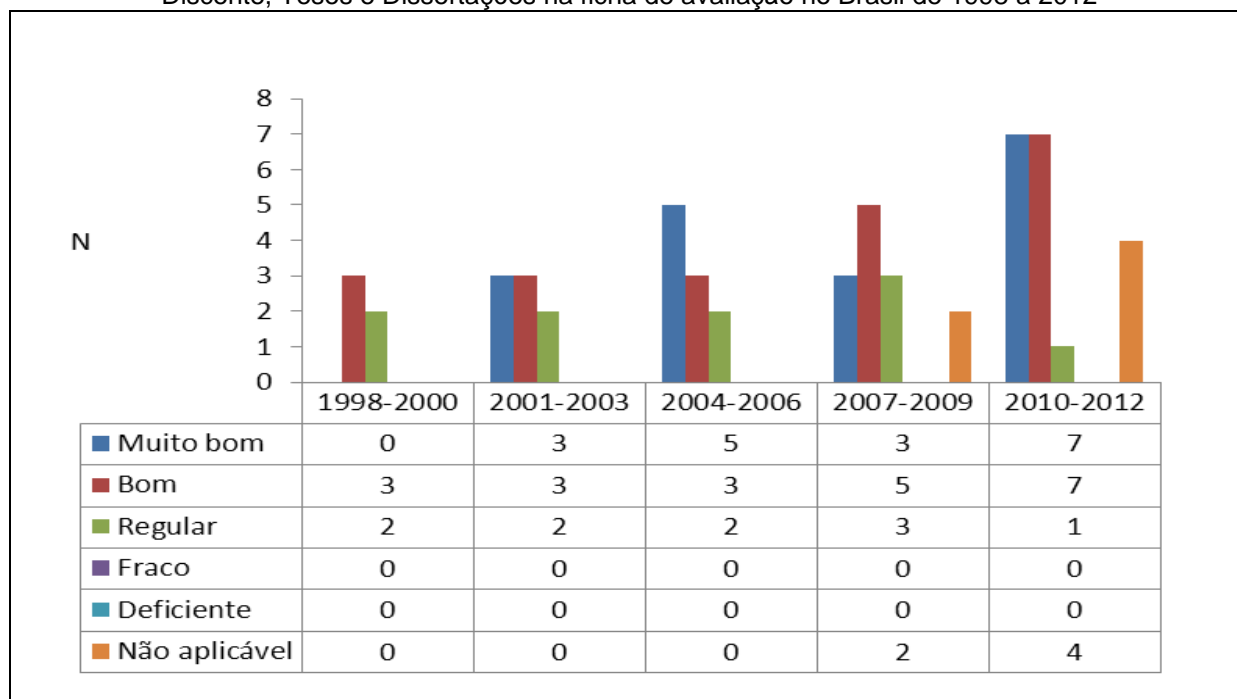
Mais uma vez, parece-nos que o *estilo de pensamento* que marca o modelo de avaliação em tela aproxima-se mais de uma visão de ciência unidisciplinar, no qual um único procedimento padrão daria conta de toda a formação de cientistas e da produção de conhecimentos. Uma perspectiva interdisciplinar ou mais complexa significa a adoção de variados procedimentos avaliativos; no caso do tempo de produção de dissertações e teses, haveria que se dar mais tempo para que nutricionistas, médicos, enfermeiros entre outros profissionais da área da Saúde quando estes optam por buscar sua formação pós-graduada partindo das Humanidades.

Conforme mostra o Gráfico 12, na última avaliação realizada pela CAPES a maioria dos Programas recebeu conceito Muito bom (37%) e Bom (37%). Somente o Programa Biociências da UFMT (5%) recebeu conceito Regular.

O curso de mestrado em Biociências formou 33 mestres no triênio, com tempo mediano de titulação de 29,3 meses. Em média foram titulados 2,35 mestres por docente permanente. Há assimetria na titulação de mestrandos (CAPES, 2014g).

Dentre os 19 programas avaliados, quatro programas (UECE, UNISINOS, UNICAMP/Li e UFPR) receberam “Não aplicável”, visto serem cursos novos sem titulação. Comparando com os triênios anteriores, o campo aumentou o número de programas que receberam os conceitos Muito bom e Bom, além de reduzir o número de programas avaliados com conceito Regular.

Gráfico 12. Programas de Pós-Graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo o quesito Corpo Docente, Teses e Dissertações na ficha de avaliação no Brasil de 1998 a 2012



Nota: TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE L.

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – RESULTADOS TRIENAIIS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS, 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013.

Ao não distinguir discentes que investem em estudo de ordem biomédica daqueles que buscam compreender fenômenos sociais a partir de teorias e procedimentos metodológicos gerando tanto estudos empíricos como ensaios ou trabalhos de natureza conceitual, não há meios que possibilitem identificar, através das Fichas de Avaliação, problemas, limitações ou proposições relativamente ao tempo de desenvolvimento das dissertações e teses oriundas de perspectivas situadas no campo das Humanidades. Tal homogeneização derivada dos critérios unívocos de avaliação fica evidente nas anotações sobre esse quesito para alguns programas, como se pode notar a seguir, em especial, nos trechos destacados:

A proporção de docentes permanentes com alunos titulados no triênio foi classificada apenas como regular, porque 32% dos professores

permanentes não titularam alunos. A produção discente foi de apenas 28 pontos, somados os três anos do triênio. Esse valor representa menos de 10% da pontuação alcançada pelo conjunto de docentes permanentes, que foi de 368. Trata-se de pontuação muito baixa, que qualifica a produção discente como deficiente. Esse indicador mostra claramente que a produção conjunta docente/discente não está funcionando nesse Programa. O tempo médio de titulação (TMT) para o mestrado foi de 34, 36 e 30 meses para os anos 2007, 2008 e 2009, respectivamente. Esse TMT deve ser qualificado como regular. O tempo médio de titulação para o doutorado foi de 50 meses em todos os anos. Esse TMT deve ser qualificado como bom. Há que se melhorar muito o TMT para o mestrado e monitorar mais de perto o TMT para o doutorado (CAPES, 2011f, grifos nossos).

Registra-se que o programa tem-se preocupado em reconhecer as dificuldades decorrentes da natureza multidisciplinar [...] de sua proposta e definiu objetivos e estratégias para superação, entre estes destacam-se a preocupação com a renovação do corpo docente, estímulo à produção científica, avanços na inserção social e internacionalização (CAPES, 2013h, grifos nossos).

Esta foi a única menção a abordagem “da natureza multidisciplinar” que deixa implícita a ideia de que há nela problemas inerentes a sua condição ou origem, ou natureza ou identidade ou bases epistemológicas. Há registros de colocações de pesquisadores que apresentaram suas preocupações com o tempo para formação de estudantes, em especial de mestrado, em reuniões do Fórum PPG A&N, com a forma de avaliação de suas publicações e com as publicações de autoria de pesquisadores, independentemente de seus orientandos. Tais colocações não exatamente contestadas, mas não se nota maiores repercussões delas sobre a Ficha de Avaliação. Parece a multiplicidade ou a pluralidade epistêmica que caracteriza o campo da Alimentação e Nutrição um discurso bonito, mas que não faz parte do rol de questões ou do que deve estar no horizonte das análises sobre os rumos da ciência. Tal situação nos permite perguntar: afinal, de que interdisciplinaridade tratam os documentos oficiais da CAPES e da Área Nutrição em seu interior?

#### 3.5.4 Produção Intelectual nas Fichas de Avaliação

Percorrer a trajetória de mudanças havidas neste quesito ao longo das avaliações auxilia o esforço de compreender aspectos das relações sociais no âmbito da formação de pesquisadores e da pesquisa no campo alimentar-nutricional no Brasil. Os elementos centrais dos critérios de avaliação da “qualidade dos

veículos ou meios de publicação”(CAPES, 2014d) encontram-se apresentados no quadro 6.

No período 1998-2000 já era importante o valor conferido a publicação de artigos como referência do progresso da ciência nacional. Entre os 7 quesitos então avaliados, a Produção Intelectual já correspondia a 30% do conjunto e era o que recebia maior peso proporcional em comparação com os demais. Em seu interior, o item que se referia especificamente à publicação de artigos ocupava 80% do quesito, ficando livros e capítulos de livros em plano inferior.

Nessa sequência classificatória dos periódicos (numerada por nós de 1 a 6 no quadro 6) evidencia-se uma hierarquia que coloca mais capital nos veículos internacionais conforme os maiores índices de impacto; em posição inferior vêm os periódicos nacionais.

Claramente, não é qualidade do artigo publicado o que se avalia. Parte-se de uma suposição de que artigos publicados em periódicos com muitas citações são os melhores. Deste modo, artigos publicados em periódicos que não estejam indexados em bases que pratiquem o cálculo de métricas de citação ou similares são desqualificados, assim como aqueles artigos que por serem oriundos de comunidades científicas pequenas, que lidam com objetos que não mobilizam massas numerosas de pesquisadores (o que, por si só, implica a impossibilidade de elevados números de citações).

Quadro 6 - Critérios para classificação de periódicos (Qualis Periódicos) nos Programas de Pós-Graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 1998 a 2012

Períodos avaliados	Classificação dos periódicos e pontuação			
1998-2000 <sup>a</sup> Fonte: CAPES, 2014d.	1.	Internacional A (IA): índice de impacto maior que 1,0		
	2.	Internacional B (IB): índice de impacto de 0,4 a 0,99 (inclui as nacionais com o mesmo índice de impacto)		
	3.	Internacional C (IC): índice de impacto de 0,1 a 0,39 (inclui as nacionais com mesmo índice de impacto)		
	4.	Nacional A (NA): indexada no LILACS e considerada de referência para o programa		
	5.	Nacional B (NB): indexada no LILACS e não considerada de referência para o programa		
	6.	Nacional não indexada no LILACS: não entra no cômputo.		
2001-2003 <sup>a</sup> Fonte: CAPES, 2014e.	1.	publicações com fator de impacto igual ou superior a 1 fossem classificadas como Qualis Internacional A;		
	2.	publicações com fator de impacto entre 0 e 1, Qualis internacional B;		
	3.	publicações sem fator de impacto medido, mas citada no Medline foram classificadas como Internacional C;		
	4.	publicações indexadas no Scielo foram catalogadas como Nacional A;		
	5.	publicações somente indexadas no LILACS foram catalogadas como Nacional B;		
	6.	demais publicações foram consideradas Nacional C.		
2007-2009 <sup>a</sup> Fonte: CAPES, 2014f.	Estratos	Fator de Impacto (Base ISI)		Pontuação
	1. A1	≥ 3.8		100 pontos
	2. A2	3.79 – 2.36		80 pontos
	3. B1	2.35 – 1.10		60 pontos
	4. B2	1.09 – 0.11		40 pontos
	5. B3	Medline, Pubmed		20 pontos
	6. B4	Scielo		10 pontos
	7. B5	Lilacs, Latindex, Excerpta Medica		5 pontos
2010-2012 <sup>b</sup> Fonte: CAPES, 2014c.	Estratos	Fator de Impacto (Base JCR ISI)	Fator H (Base SCImago SCOPUS)	Pontuação
	1. A1	≥ 3.283	≥ 87	100 pontos
	2. A2	3.281** – 2.471	59 – 66**	80 pontos
	3. B1	2.470 – 1.065	30 – 58	60 pontos
	4. B2	1.064 – 0.001	0,1 – 29	40 pontos
	5. B3	Pubmed, Scielo		20 pontos
	6. B4	Vínculo com sociedade científica brasileira		10 pontos
	7. B5	Indexação em qualquer outra base		5 pontos

<sup>a</sup> Critérios da Área de Avaliação Medicina II; <sup>b</sup> Critérios da Área de Avaliação Nutrição

\*\* Estes dados parecem ser erros de digitação.



A valorização das publicações indexadas em bases internacionais que calculam indicadores de citações em detrimento das revistas brasileiras evidencia-se claramente nesses critérios. Notemos que há uma equivalência entre periódicos, conforme descrito no Documento de Área Medicina II desse triênio 1998-2000:

Equivalência entre periódicos:

1 IA = 2 IB = 4 IC

1 IB = 2 IC

1 IB = 5 NA ou 3 NA + 1 IC

1 NA = 5 NB

Assim, pode-se estipular um índice de produção anual por Núcleo de Referência Docente (NRD) 4 a NRD6, somando-se as equivalências de todas as publicações e dividindo pelo número de NRD(4,5,6).

Exemplo:

17 NA (3,4 IB) + 5 IA (10 IB) + 1 IB = 14,4 IB

Supondo-se um número de 20 NRD6, teremos um índice de 0,72, o que corresponde a uma classificação de REGULAR, segundo os critérios abaixo:

MB > 1,0 publicação Internacional B/NRD4, NRD5 e NRD6/ano

B= 0,8-0,99

R= 0,6-0,79

F= 0,4-0,59

D= < 0,4

Fazendo uso deste exercício numérico de equivalências, chega-se ao valor do quesito no programa, situado entre Muito Bom e Deficiente. Por meio deste procedimento, é necessário publicar cinco artigos Nacional A para alcançar o mesmo valor de um artigo Internacional B. Em outras palavras, ainda que desenvolvendo estudos criativos e relevantes e escrevendo artigos de boa qualidade, o pesquisador (acompanhado ou não de seu orientando) que optou por encaminhar seus trabalhos para revistas nacionais (por exemplo, por lidar com objetos pouco afinados aos interesses de periódicos internacionais) precisou trabalhar algo em torno de cinco vezes mais para alcançar capitais científicos similares aos que enviaram seus artigos para as revistas internacionais recomendadas.

Notemos que a indexação na Base Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) é mencionada logo no início do Documento de Área da Medicina II para este período, como referência da qualidade dos periódicos nacionais. Todavia, mais adiante neste mesmo documento, outras informações são registradas, informando a realização de procedimentos distintos.

2. Qualis Nacional: os periódicos, brasileiros ou não, que atendam os critérios de composição de corpo editorial e de consultores, regularidade e periodicidade, definidos pelas áreas, serão classificados como A ou B, sendo:

- a) Qualis Nacional A: todos aqueles que se encontram indexados em pelo menos um dos seguintes indexadores internacionais: Medline, Embase, Web of Science, Scielo e outras bases de dados referenciais reconhecidas pela CAPES (Biological Abstracts, CAB Abstracts, Compendex, DII, Econlit, FSTA-Food Sciences & Technology Abstracts, GEOREF, MLA-Modern Language Association, Sociological Abstracts, WoS, High Wire Press, Ideal-Editora Academic Press, OVID, Editora Elsevier), ou num outro indexador internacional, o mais representativo da área.
- b) Qualis Nacional B: serão aqueles indexados no LILACS ou que sejam editados por sociedades científicas nacionais representativas da área.
- c) Qualis C: os demais periódicos que não atendam os critérios acima (CAPES, 2014d).

Para discussão mais adiante, registramos que não constam nestes documentos as palavras *produto* e *produtividade*. A palavra *produção* aparece três vezes referindo-se a Produção Intelectual (título do quesito) e ao enunciado de seu primeiro item que busca avaliar a: “Adequação dos tipos de *produção* à Proposta do Programa e vínculo com as Áreas de Concentração, Linhas e Projetos de Pesquisa ou Teses e Dissertações” nos Critérios de Avaliação; esta mesma palavra é mencionada 10 vezes no Documento de Área.

O período seguinte (2001-2003) trouxe a confirmação do caminho adotado com poucas alterações no cenário de avaliação de artigos e livros e refinamentos nos procedimentos. Considerou-se que:

Este sistema de classificação mostrou-se claro, objetivo e de fácil aplicabilidade, firmando-se como critério adotado no triênio. A inclusão da produção intelectual dos egressos vinculada ao programa foi interessante e permitiu análise mais acurada da produção do programa (CAPES, 2014b).

Percebemos que o documento apresenta vários elementos estatísticos, como resultados de exercícios relativos publicação de artigos. Juntamente com algumas recomendações, como as exemplificadas abaixo, indicam os rumos do processo nos períodos seguintes e seu foco nas publicações em vários quesitos da avaliação:

Desta maneira, todos os índices computados, ou seja, proposta do programa, núcleo docente, que inclui vínculo institucional, dimensão, abrangência, intercâmbio e atuação (atividades letivas e de orientação na graduação e na pós-graduação, publicações etc.), adequação das linhas e projetos de pesquisa, corpo discente (que engloba, entre outros, número de alunos, fluxo, participação em projetos e publicações etc.), bolsas e fomento, número de dissertações e teses, publicações nacionais e internacionais (feitas por docentes, discentes e/ou egressos) e qualidade

das bancas examinadoras foram obtidos e computados em relação à dimensão do núcleo NRD6 do respectivo programa (CAPES, 2014b, grifos nossos).

(..) utilizar o fator de impacto dos periódicos não só como sinalizador do Qualis internacional como também como fator discriminador da qualidade das publicações (p.ex., dentro do qualis internacional A, periódicos com fator de impacto = 15 devem ter maior valor do que os que possuem fator de impacto = 1)(CAPES, 2014b, grifos nossos).

A necessidade de discriminar (estatisticamente) a qualidade dos artigos publicados (por meio do fator de impacto dos periódicos) relaciona-se à necessidade não apenas de informar quais programas estão habilitados a formar pesquisadores, mas, e principalmente, de identificar quais merecem receber os recursos da CAPES em que proporções. Registremos que os recursos nunca são considerados suficientes para cobrir as necessidades ou demandas de todos. Assim, é preciso discriminar estatisticamente a *produção* ou *produtividade* dos docentes e de seus orientandos utilizando critérios tidos como objetivos que mostrem que a realidade se apresenta normal, como uma curva de Gauss. Por estes meios, os que apresentam maior produtividade recebem mais e o inverso ocorre com os pouco ou improdutos nessas relações de trabalho.

Prosseguindo com nossos registros para discussão em tópico à frente, observamos que a palavra *produção* se mantém aparecendo três vezes nos Critérios de Avaliação (documento, como vimos acima, muito similar ao do triênio anterior). Já no Documento de Área Medicina II, *produção* é utilizada 14 vezes e *produtividade*, esta novidade nas práticas discursivas na CAPES, é encontrada 11 vezes. Chama nossa atenção o crescimento da frequência dessas palavras em tais documentos, palavras tão pouco utilizadas no cotidiano científico e tão presentes nas fábricas que se articulam com o mercado de consumo – ou consumista mesmo, nos dias atuais – para manter sua existência e reprodução e correspondentes lucros na sociedade do acúmulo de capital.

A partir do triênio 2007-2009 registramos importante acentuação nos rumos do processo avaliativo, no sentido de seu aprimoramento e refinamento em minúcias estatísticas. A concentração de valor no quesito Produção Intelectual, que subiu isoladamente, para 40% do conjunto da Ficha de Avaliação; a diluição dos quesitos Atividade de Pesquisa e Atividade de Formação em outros, colocando-os numa nova condição de menor valor e correspondendo a um seu rebaixamento na hierarquia avaliativa; e o agrupamento dos quesitos Corpo Docente e Teses e Dissertações

num só, com gradual e acentuada intensificação no valor das publicações dos mestrandos, doutorandos e egressos e respectivos orientadores. A partir daí, as publicações de artigos em periódicos internacionais de elevado fator de impacto, com autoria simultânea de discentes e docentes, passam a compor praticamente três quartos da nota final de cada programa. Este é o indicador mais refinado do mecanismo indutor do futuro da ciência no âmbito dos programas de pós-graduação no Brasil.

Os níveis de exigência para publicação de artigos em periódicos internacionais – medidos em termos de fator de impacto – praticamente quadruplicam para o topo da cadeia. A classificação dos periódicos é ampliada de 5 para 7 estratos, dobrando número dos estratos que tem o fator de impacto computado, como consta do quadro 6. Em linhas gerais, podemos dizer que o antigo estrato Internacional A foi subdividido em três (A1, A2 e B1). Os estratos mais superiores dessa classificação têm valores maiores: um artigo publicado em um periódico A1 vale 100 pontos, A2 vale 80 pontos e B1 vale 60 pontos. Aqui reside o capital científico e seus componentes financeiro, material e simbólico; aqui está o que tem valor, a nata, *crème de la crème*, o melhor da boa ciência.

Publicações em periódicos indexados nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO) e LILACS foram para o final de uma fila que ficou mais comprida. Pontos foram atribuídos a cada estrato Qualis – ou, em outras palavras, categoria de qualidade – de modo que aqueles docentes que publicam mais regularmente em periódicos SciELO ou LILACS e que não estão indexados na base JCR-ISI, tem que trabalhar 10 ou 20 vezes mais que os pesquisadores que publicam em periódico com fator de impacto acima de 3,8 para serem merecedores de apoio financeiro para o desenvolvimento dos seus programas no interior do Sistema CAPES de pós-graduação. E, se não conseguirem tal proeza hercúlea, é porque são improdutos. Ter valor científico ou não ter valor científico. Ser produtivo ou ser improdutivo. Ser bom ou ser ruim. Tais são os limites dessa escala que, ao julgar com elementos (sempre tidos como objetivos e isentos e neutros) a produtividade dos docentes, também conferem valor moral a esses pesquisadores. Afinal, vivemos na sociedade em que o trabalho dignifica o homem e a produtividade é a medida de sua dignidade. Os que não produzem suficientemente não são dignos de receber apoio financeiro das agências de fomento.

O incremento na valorização das publicações em periódicos com altos fatores de impacto também foi acompanhado da exclusão de livros e capítulos de livros do processo de avaliação, conforme consta do Relatório de Avaliação correspondente nesse triênio:

A área Medicina II não utiliza Qualis Livros nem, obviamente, Qualis Artístico. A produção intelectual dos programas é medida essencialmente por artigos completos publicados em periódicos. Livros e capítulos de livros são considerados como produção técnica (CAPES, 2013a).

Lembremo-nos que durante esse triênio intensificaram-se as atividades no interior do Fórum PPG A&N no sentido da criação de área de avaliação própria na CAPES. Várias foram as reuniões nas quais o tema foi debatido e dois foram os principais argumentos que deram sustentação ao pleito e ao sucesso dos investimentos.

O primeiro, de ordem ontológica, diz respeito à identidade do campo da Alimentação que, absolutamente, não corresponde a uma especialidade médica, como os que compõem a Área de Avaliação em que estava inserido. O trecho abaixo, retirado de publicação que apresenta as ideias centrais do documento entregue a CAPES, que ilustra com clareza essa perspectiva.

Entendido como amplo, multifacético e pluriepistêmico, trazendo em si a exigência do diálogo transdisciplinar e da ação intersetorial, o campo de Alimentação e Nutrição pode ser definido como:

*“Espaço onde atores sociais agem no sentido da produção de conhecimentos e saberes relativos aos processos sociais, culturais e biológicos que percorrem a vida humana desde o estabelecimento do que é comestível, sua produção, distribuição, consumo, ingestão, processamento no interior do corpo humano normal ou patológico, até o desfecho nutricional.”*

Em uma perspectiva internalista, o campo implica relação dialógica entre Alimentação e Nutrição, pois, ao se voltar para a geração de conhecimentos e saberes sobre a *comida* como expressão da vida humana em sociedade e sobre a *dieta* como caminho de prevenção e tratamento das doenças, colocam-se "objetos" de investigação que demandam, necessariamente, considerar projetos de saúde, de felicidade e de vida, individuais e em sociedade. Externamente, as interações com campos institucionalmente estabelecidos são imprescindíveis, desde as Ciências da Natureza, passando pelas Ciências da Vida, até as Humanidades - todos são lugares de interlocução (KAC; PROENÇA; PRADO, 2011, p. 914).

O segundo argumento refere-se ao próprio crescimento desse campo científico. Na mesma publicação acima citada pode-se ler:

Estudo relativo aos 15 programas em atividade no triênio 2007-2009 confirma que o campo se encontra bastante dinâmico, com ingresso de 618 alunos de mestrado e 241 de doutorado, bem como conclusão de 596 dissertações e 178 teses. O número de docentes permanentes passou de 163 para 224 no período, o que corresponde a um incremento de 37,4%. Foram publicados 2.168 artigos, sendo 10,9% em revistas de estrato elevado (Qualis-Capes A1 e A2) e 48,8% em estratos intermediários (Qualis-Capes B1 a B3). Nas palavras dos autores, "*o crescimento dos programas em questão foi notável, sobretudo no número de alunos titulados e professores permanentes*" (KAC; PROENÇA; PRADO, 2011, p. 910).

Seja por sua identidade interdisciplinar, seja por seu incremento institucional, os agentes do campo da Alimentação e Nutrição foram exitosos no empreendimento de construção de sua autonomia em relação à Medicina no âmbito da Capes.

Por estes caminhos, o triênio 2010-2012 foi diferente para os PPG da recém-criada Área Nutrição (e não Alimentação e Nutrição, como proposto pelo Fórum PPG A&N) que tiveram, pela primeira vez, um Documento de Área próprio e seu correspondente Relatório de Avaliação. Também há a nova lista de periódicos formada por pesquisadores da área que publicaram algum artigo no triênio; na área Medicina II, essa lista de periódicos incluía muitos que não foram utilizados pelos pesquisadores dos PPG da área Nutrição.

Cabe registrar que a lista de periódicos de uma área é disponibilizada através de um sistema baseado nas informações fornecidas por meio de um aplicativo chamado Web Qualis, que permite consultas *on line* que informam o estrato (A1, A2, B1, B2, B3, B4 ou B5) em que um dado periódico foi classificado, bem como, a divulgação dos critérios utilizados para a classificação dos periódicos (CAPES, 2013c). Como os critérios de "qualificação" dos periódicos é diferente nas diversas áreas de avaliação, um mesmo periódico pode receber diferentes avaliações, expressando os distintos valores atribuídos ao conteúdo por cada Área. Por exemplo, um periódico B5 na área da Nutrição ou das Medicinas I, II ou III pode perfeitamente ser classificado como B1, A2 ou A1 em uma das áreas das Humanidades, uma vez que estas não fazem uso de fatores de impacto para estabelecer o que consideram qualidade nesse campo das publicações. Fica, assim, colocada com total clareza que um periódico poder ser, ao mesmo tempo, muito bom e ruim, o que nos parece muito estranho, para dizer o mínimo.

Em relação aos critérios para avaliação da "qualidade" dos periódicos com a criação da nova Área Nutrição, pouca mudança houve. Os valores dos pontos de corte para definição dos estratos são quase que exatamente os mesmos adotados

no triênio anterior, como registrado no quadro 6. Notemos que na área Medicina II o fator de impacto JCR subiu para 4 nesse último triênio.

Notamos a permanência do fator de impacto (ISI), desta feita, acompanhado do índice H (SCOPUS) como referências para o estabelecimento do seja qualidade de artigo publicado. Esta foi uma proposta do Fórum PPG A&N visando ampliar os critérios de avaliação. Também foi apresentada proposta de inclusão das métricas utilizadas na base SciELO, sempre buscando ampliar o leque de referências para a avaliação; além disso, o SciELO corresponde a uma base de indexação internacional que contempla um importante conjunto de periódicos que disponibilizam textos completos gratuitamente, o que é totalmente diferente dos periódicos indexados nas bases ISI e SCOPUS, muito dos quais correspondem a empresas privadas que cobram pelo acesso aos artigos publicados; esse caráter democrático do SciELO que divulga gratuitamente ao público a pesquisa científica financiada com recursos públicos é por nós considerado da maior importância; todavia, a base SciELO foi mantida no final da fila dos valores científicos.

Embora a base SciELO tenha ascendido um degrau na escala dos estratos (passou de B4 valendo 10 pontos cada artigo no período 2007-2009 para B3 valendo 20 pontos por artigo no Qualis Periódicos da Área Nutrição), uma trava foi colocada à sua frente, conforme se pode perceber no trecho abaixo, que consta do Documento de Área Nutrição:

Para ajustar o princípio da qualidade da produção ao sistema de avaliação por pontos, foi necessário que os docentes e os Programas não obtenham a totalidade ou parcela substancial dos pontos necessários apenas com publicações de menor impacto ou circulação. Assim, são considerados, no máximo três produtos dos estratos B3, B4 e B5, por docente, no triênio (CAPES, 2014a).

Observamos que a Área Medicina II não fazia uso de travas e manteve esse procedimento na última avaliação. Consideramos que essa trava desqualifica mais ainda publicações de interesse nacional ou regional ou mesmo local. Registremos que o Brasil é um país continental e que qualquer estado das regiões Sul ou Sudeste pode ter equivalência populacional e econômica similar a de muitos países mundo afora; assim, um tema de interesse para esses locais equivale plenamente as de países inteiros. Consideramos importante refletir sobre os valores culturais que certamente estão presentes nesse tipo de decisão que, mais que valorizar o que

é tido como internacional, desqualifica o que é brasileiro. Se a ciência de ponta predomina nos países centrais e se se pretende atingir esse padrão de qualidade na ciência brasileira, há que se valorizar o nacional, estimular seu crescimento em quantidade e qualidade, incluindo os periódicos.

Uma outra questão que trazemos para discussão em relação a estes novos critérios de avaliação praticados em 2010-2012 corresponde a separação dos periódicos entre os que apresentam aderência área. Vejamos o que dizem os Critérios de Avaliação:

Os periódicos foram classificados em três grupos discriminados segundo o grau de aderência do periódico à área de nutrição:

- a. Periódicos com grande aderência à área de Nutrição;
- b. Periódicos com aderência às áreas afins à Nutrição (definidas na primeira seção do documento de área); e
- c. Periódicos sem aderência à área de Nutrição.

Os periódicos com grande aderência à área de Nutrição foram classificados pelo maior indicador; FI ou fator H. Os periódicos com aderência às áreas afins à Nutrição foram classificados pelo menor indicador (FI ou fator H) e os periódicos sem aderência à área da Nutrição foram classificados em um estrato inferior do Qualis-Periódicos.

Assim, um periódico pertencente à área de Nutrição e cujo FI o tenha classificado como A1 e o fator H como A2, foi classificado como A1. Já um periódico considerado como área afim e que tenha os mesmos indicadores foi classificado como A2. No exemplo acima, o periódico fora da área de Nutrição foi classificado como B1(CAPES, 2014<sup>a</sup>, grifos nossos).

A primeira coisa que nos ocorre é que artigos ou ensaios sobre alimentação desenvolvidos no âmbito das Ciências Humanas e Sociais e, portanto, não publicáveis em periódicos biomédicos ou com “aderência à área Nutrição” jamais poderão receber 100 pontos. Como colocar valor na interdisciplinaridade de um campo científico e rebaixar o valor dos periódicos que “não pertencem à área”? Além disso, como distinguir o que é e o que não é da área nessa escala? Embora haja um pequeno trecho na citação que informa estarem as “áreas afins” “definidas na primeira seção do documento de área”, não identificamos tais definições no Documento em tela. Interessante notar que isso foi aplicado para o que tem mais valor: os periódicos com fator de impacto ou índice h. Por que para estes somente? Os demais periódicos das classes inferiores valem tão pouco que não é o caso de gastar tempo com eles?

Notamos ainda que periódicos publicados por sociedades científicas, ainda que não indexados em base alguma, tem valor superior ao publicados em universidades, mesmo estando estes últimos indexados em bases internacionais.



Quais as evidências científicas que fundamentam tais definições são um mistério para nós...

Por fim, neste quesito Produção Intelectual fica definitivamente evidente ser ele o que comanda o estabelecimento de notas para os programas. Diz o Relatório de Avaliação da Área Nutrição no triênio 2010-2012:

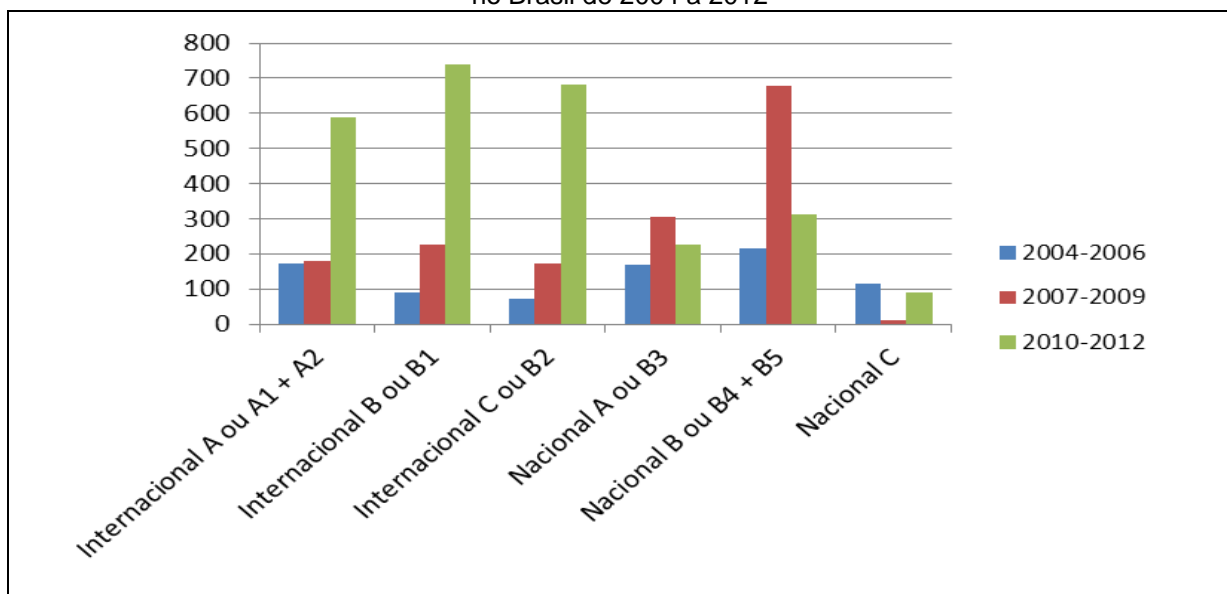
Comparativamente ao triênio anterior, em que os Programas de Nutrição eram avaliados na área de Medicina II, todos os pontos de corte foram elevados, pois no triênio anterior, os pontos de corte para a nota 3 foi de 75, nota 4 foi de 150 e nota 5 de 225. Somente para a nota 6, a Medicina II cobrava pontuação acima de 300 pontos (CAPES, 2013I).

E sobre a distribuição da pontuação entre o corpo docente em relação aos pontos de corte para estabelecimento das notas de cada programa, informa o mesmo documento que “Os pontos de corte maior ou igual a 100 para nota 3, acima de 176 para nota 4 e acima de 300 pontos para nota 5”(CAPES, 2013I).

A partir destes referenciais procedeu-se a avaliação do quesito Produção Intelectual, que representava 40% do conceito final a ser atribuído ao curso ou programa na Avaliação Trienal 2007-2009 e que passou a 35% no período 2010-2012. Consideram-se as publicações assim denominadas “qualificadas” do Programa por docente permanente e se estas publicações estão bem distribuídas entre os docentes, além de verificar a produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.

Os dados apresentados nos Gráficos 13 e 14 revelam que há um crescimento das publicações em revistas de alto impacto e redução das que estão de B3 para baixo, ou seja, das que pontuam menos. Isso indica a afinidade (ou necessidade) dos pesquisadores com o modelo biomédico e produtivista, e mostra que estão respondendo com força à indução para publicação em periódicos internacionais.

Gráfico 13 - Produção Intelectual nos Programas de Pós-Graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 2004 a 2012

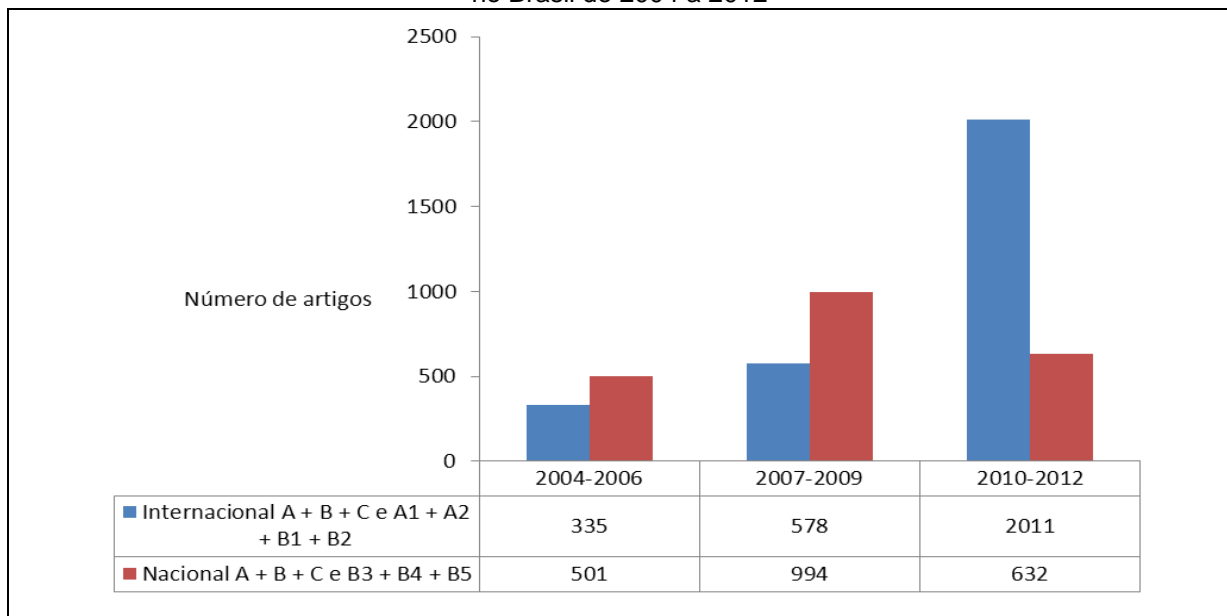


Nota: TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE M.

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – PLANILHAS COMPARATIVAS DAS AVALIAÇÕES TRIENIAIS DE PROGRAMAS, 2007, 2010 e 2013.

Nota: Não há informações para os triênios anteriores

Gráfico 14 - Produção Intelectual nos Programas de Pós-Graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 2004 a 2012



Nota: NÃO HÁ INFORMAÇÕES PARA OS TRIÊNIO ANTERIORES. TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE N.

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – PLANILHAS COMPARATIVAS DAS AVALIAÇÕES TRIENIAIS DE PROGRAMAS, 2007, 2010 e 2013.

Quanto ao incremento na publicação de artigos, conforme a indução promovida pela CAPES e por suas áreas de avaliação, entendemos ser importante discuti-la em face da interdisciplinaridade que identifica o campo da Alimentação e Nutrição. Consideramos que a inclusão do SCImago Journal & Country Rank e seu Scientific Journal Ranking (SJR)<sup>21</sup> e do seu fator H para a análise de artigos corresponde a uma ampliação nos critérios de avaliação, o que é uma necessidade em face da complexidade que significa avaliar ciência. Tamanha complexidade exige elaboração maior também nos procedimentos avaliativos. Assim, ainda que reconhecendo suas limitações, consideramos que esta ampliação pode corresponder a um bom sinal de disponibilidade para a adoção de novos procedimentos epistemologicamente mais inclusivos, o que é importante para um campo interdisciplinar.

A página do SJR na Internet (SJR, 2013) possibilita a visualização dos indicadores que constrói por área do conhecimento, entre eles está o fator H. Há um total de 20.544 periódicos indexados no ano de 2012. Não há uma categoria nessa classificação que corresponda diretamente à pesquisa sobre Alimentação ou Nutrição, sendo mais adequado tomar caminhos por aproximação. Seleccionamos algumas das áreas que compõem a classificação da ciência que apresentam um tom biomédico e outras que caráter humanístico que, potencialmente, publicam artigos sobre nutrição e alimentação, respectivamente. Aplicamos a todas as revistas os critérios que valem para a área Nutrição na CAPES neste mesmo ano (Tabela 4). Identificamos, por meio destes procedimentos 2.641 periódicos biomédicos (Medicina + Imunologia / Microbiologia + Bioquímica / Genética / Biologia Molecular) número mais de 17 vezes maior que os 155 mais afins às Ciências Humanas e Sociais (Artes / Humanidades + Ciências Sociais) entre os considerados “de qualidade” na Área Nutrição (A1 + A2 + B1).

---

<sup>21</sup> The **SCImago Journal & Country Rank** is a portal that includes the journals and country scientific indicators developed from the information contained in the [Scopus®](#) database ([Elsevier B.V.](#)). **These indicators can be used to assess and analyze scientific domains.**


This platform takes its name from the [SCImago Journal Rank \(SJR\) indicator](#) , developed by SCImago from the widely known algorithm [Google PageRank™](#). This indicator shows the visibility of the journals contained in the [Scopus®](#) database from 1996.

Tabela 5. Periódicos da Base SCImago de algumas áreas selecionadas classificados por estratos Qualis Nutrição em 2012

Qualis Periódicos Nutrição	Medicina		Imunologia Microbiologia		Bioquímica Genética Biologia Molecular		Artes Humanidades		Ciências Sociais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
A1	462		100		369		3		10	
A2	137	28,9	35	52,7	87	52,5	1	1,7	32	3,5
B1	984		107		360		31		78	
Total na base SCImago	5.475	100,0	459	100,0	1.554	100,0	2.089	100,0	3.461	100,0

Fonte: SCImago Journal & Country Rank, 2013

Acentuando essa já imensa diferença, agreguemos o fato de muitas das revistas que formam o segundo conjunto não se prestam a publicação de artigos sobre alimentação como *Cognition*, *Journal of Memory and Language*, *Brain and Language* e *Cognitive Science*, exatamente as quatro únicas revistas A1 e A2 da área Artes / Humanidades na base SCImago; além disso, se considerarmos que revistas que não apresentam aderência à área Nutrição (como *American Political Science Review*, *American Journal of Political Science*, *American Sociological Review* ou outras da área Ciências Sociais na base SCImago) são rebaixadas, reiteramos que jamais será possível aos que estudam alimentação publicar um único artigo A1.

Estes achados estão em afinidade com os estudos desenvolvidos por Costa, que ao discutir os rumos da avaliação da ciência no Brasil, registra a notável diversidade dos periódicos biomédicos e a intensa volatilidade de circulação desse conhecimento como próprios desse campo. Por caminhos similares, Camargo Jr. *et al* (2010) apresentam argumento de ordem epistemológica que sustenta a existência de diferenças estruturais nos padrão de publicações característico nos espaços biomédicos e das Humanidades:

A vigência de um paradigma se traduz na produção de conhecimentos no modelo denominado por Kuhn de ciência normal, na qual pesquisadores procuram articular até as últimas conseqüências as várias facetas de um paradigma, resolvendo os problemas intelectuais (*puzzles*) gerados por esse, segundo as ferramentas teórico-metodológicas associadas a ele. Isso tem implicações imediatas para a produção textual; há um grande grau de consenso sobre os fundamentos epistemológico-metodológicos das disciplinas, e é possível ignorá-los no momento da escrita. Além disso, a

existência de formas relativamente padronizadas de investigação facilita o trabalho cooperativo nos laboratórios e nas subseqüentes publicações. As ciências sociais e humanas, contudo, não se caracterizam pela existência de um paradigma único, hegemônico (e possivelmente jamais o serão). Isso também tem implicações para a produção de conhecimento; o autor nessas áreas tem necessidade de explicitar suas opções teóricas de forma mais extensa, tendo com freqüência que recorrer à discussão de textos clássicos (ao contrário das ciências da natureza, textos "velhos" podem ser tão ou mais relevantes que os "novos" - poucos, provavelmente nenhum, biólogos se dariam ao trabalho de citar Aristóteles, mas isso pode ser indispensável para filósofos, por exemplo). A inexistência de uma ciência normal reduz o escopo dos acordos tácitos prévios e impõe uma carga adicional à escrita, que tende a tornar os textos mais extensos e gerar problemas para a publicação sob a forma de artigos (CAMARGO JR et al.,2010).

Esse padrão de publicações rápidas em um substantivo número de periódicos corresponde ao *modo de circulação* do conhecimento próprio da biomedicina e da produção científica voltada para objetos situados na ordem da Natureza. Esse padrão é hegemônico no âmbito da Área da Saúde e na CAPES, respectivamente, onde “os incentivos institucionais não visam apenas ao incremento da produtividade da ciência em geral, mas ao de um padrão institucional de difusão moldado pelas ciências naturais” (COSTA, 2012, p. 683). O mesmo vale para a pesquisa no campo alimentar-nutricional no Brasil, no qual é absoluta a predominância de publicações em periódicos biomédicos e internacionais.

Complementarmente, notamos que nem uma única revista brasileira, mesmo considerando todas as áreas, está entre as de “melhor qualidade” (A1 ou A2 ou B1) quando aplicamos os critérios da Área Nutrição ao conjunto todo e completo da Base SCImago. Temos dúvidas sobre a inexistência de “boas” revistas no Brasil. Serão os periódicos brasileiros ruins ou os critérios de avaliação adotados não são adequados para avaliar sua qualidade ou haveria um cenário mercadológico no plano científico que precisa ser melhor analisado para que seja possível compreender os rumos das publicações de artigos derivados de pesquisa em ciência? No caso das Humanidades, vários periódicos brasileiros estão entre os considerados de alto padrão científico porque nessas áreas de avaliação são adotados critérios de avaliação distintos do que se pratica na área da Saúde na CAPES. Tomemos o texto abaixo, extraído do Documento de área Antropologia e Arqueologia para o triênio 2010-2012, que confirma a inadequação do uso de bases de indexação como SCOPUS e similares e seus indicadores de citação para estes espaços de geração de saberes.

Considerando que são poucos os títulos de periódicos, nos domínios mais específicos da Área antropologia social/cultural e arqueologia, que contam com indicadores de fatores de impacto, a classificação dos periódicos na Área se faz levando-se em conta sobretudo o reconhecimento consolidado na área, a abrangência e pertinência de sua temática, a manutenção da periodicidade, a natureza da diversidade de vínculos dos autores com a instituição responsável pela publicação e a sua inclusão em bancos de dados e indexadores de referência no campo científico. A título de informação disponível, em Scopus, são 116 as revistas de antropologia com fator de impacto, sendo a sua maioria referida à antropologia biológica e não social e apenas 3 delas são revistas brasileiras, enquanto são 96 as revistas de Arqueologia com impacto, sem incluir nenhuma revista brasileira (CAPES, 2014c, grifos nossos).

Enfim, parece-nos que há aqui evidências muito contundentes de que, se o Qualis Nutrição pode ser adequado para os estudos nutricionais que acompanham o modelo biomédico de disseminação do conhecimento, absolutamente, não é este o caso dos estudos que se situam no âmbito das Ciências Humanas e Sociais em Alimentação.

Um outro elemento, igualmente importante, nesse contexto de avaliação de produção e divulgação do conhecimento corresponde ao livro. Como já registrado anteriormente, livros e capítulos de livros não fazem parte do conjunto de itens considerados no quesito produção Intelectual da área Medicina II e que passaram a ser considerados a partir da criação da área Nutrição. No triênio 2010-2012 estes veículos foram avaliados pela primeira vez.

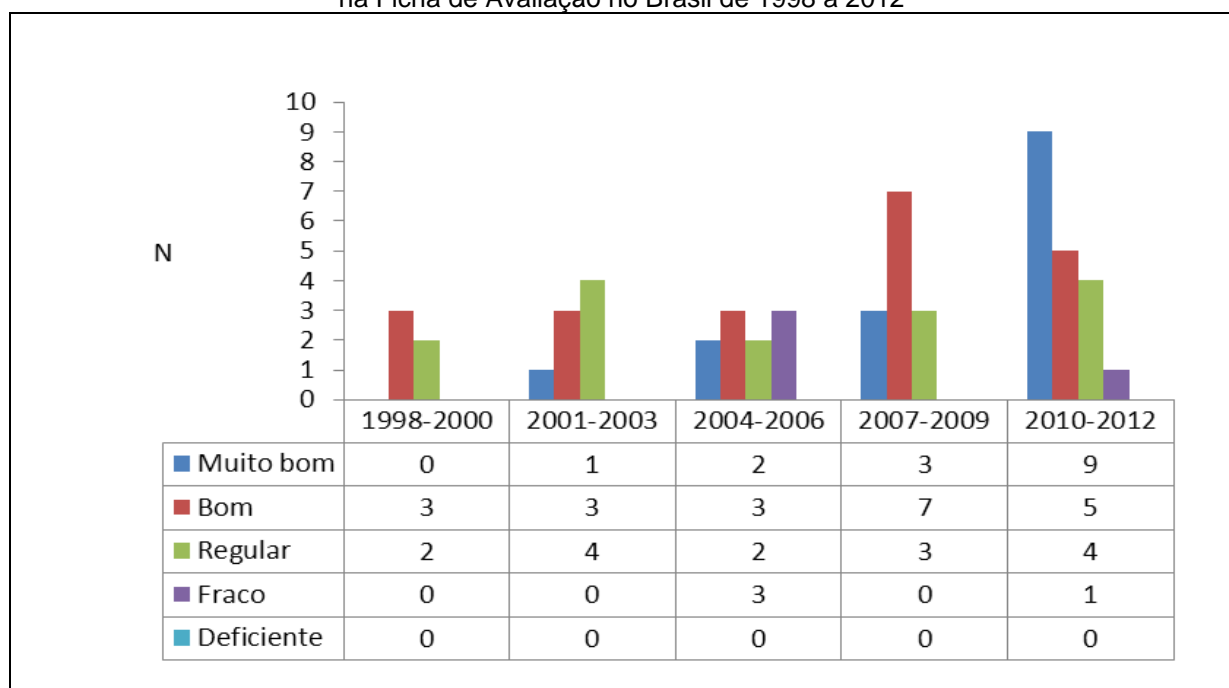
A divulgação oficial desse procedimento deu-se já no final do triênio. Como eles não tinham valor algum até então, muitos dos pesquisadores que fazem uso deste meio para publicação de seus trabalhos já haviam tomado o rumo da publicação de artigos para seus estudos, sem o que poderiam colocar em risco sua permanência nos PPG e/ou prejudicar a avaliação do PPG do campo em questão. Assim, acreditamos que no próximo triênio este tópico estará representando por uma parcela bem mais relevante do processo avaliativo. Confirmam essa tendência as palavras registradas no Relatório de Avaliação da Área Antropologia/Arqueologia deste último triênio, que tomamos como amostra do que se passa nas Humanidades: “Demonstrou-se mais uma vez que a produção em livros e sua avaliação qualitativa é de absoluta relevância para a área”(CAPES, 2014c).

Cabe registrar e enfatizar que esse passo foi muito importante, tanto pela possibilidade de os critérios estarem tecnicamente mais afinados com a identidade do campo alimentar-nutricional, quando pelo posicionamento político mais aberto à

diversidade cultural e epistêmica que o caracteriza. Tal postura é indicativo alentador e estimulante de possibilidades de inclusão de novos olhares para os artigos científicos oriundos das Ciências Humanas e Sociais em Alimentação e suas características diferenciadas em comparação com aqueles oriundos da Nutrição Básica ou Clínica ou Epidemiológica que dominam largamente o campo em tela.

Por estes caminhos, visualizamos a possibilidade de ampliação epistêmica dos estudos científicos em andamento sobre os problemas alimentares e nutricionais que afetam a vida em sociedade. Em outras palavras, podemos pensar que num futuro não muito distante, abordagens interdisciplinares terão lugar e valor reconhecidos por meio dos procedimentos de avaliação no âmbito da pós-graduação em Alimentação e Nutrição. Nessas condições dadas na presente atualidade, os programas apresentaram desempenho conforma descrito no gráfico 15.

Gráfico 15 - Produção Intelectual dos Programas de pós-graduação *Stricto sensu* da Área de Nutrição na Ficha de Avaliação no Brasil de 1998 a 2012



Nota: TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE O.

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – RESULTADOS TRIENAIS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS, 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013.

Os Programas da Área de Nutrição no último triênio alcançaram quanto à produção intelectual um resultado positivo, considerando que 47% dos programas avaliados receberam o maior conceito “Muito bom”, a saber: UFPE, UFRJ, UNIFESP, USP, UFPB/JP, UFV, UFSC, UFPEL, UNICAMP/Li; e 26% dos programas

foram apreciados com conceito “Bom” (UNB, UERJ, UFBA, UFAL e UFOP), totalizando 73% do conjunto. Dentre os quatro programas (UFMT, UFG, UECE e UNISINOS) que receberam conceito regular, ressalta-se que são programas recentes criados após o ano 2008. Outro ponto em questão é a avaliação do primeiro programa de mestrado profissional da Área, UNISINOS, com suas atividades iniciadas em 2012 recebendo a seguinte apreciação:

Quanto a produção intelectual, tendo em vista o ano observado, tem-se uma alta concentração da produção: sete docentes não tiveram nenhuma publicação no ano; e em termos de pontuação, considerando que o programa somou 1595 pontos, 1070 (67%) resultam da produção de dois docentes. A média de pontos da produção do programa por docentes foi de 114 pontos e 21,4% destes alcançariam pontos para uma nota 3 do programa, por este único critério e em apenas um ano. Os critérios de área estabelecem, para os mestrados acadêmicos, que pelo menos 80% dos docentes devem alcançar 150 pontos ou mais para que o programa alcance o conceito 3. No conjunto da produção intelectual pode-se questionar sobre a aderência de alguns produtos aos objetivos e linhas de pesquisa do programa. Pela natureza do mestrado profissional tem-se expectativa de uma produção técnica com maior identidade com o perfil do curso, ultrapassando a apresentação de trabalhos e organização em eventos e avaliação de artigos e trabalhos para congressos (CAPES, 2014h).

Um único programa (UFPR) recebeu conceito “Fraco”, sendo justificado por uma forte assimetria na produção intelectual, segundo a avaliação da CAPES.

“Apreciação geral do programa: Considerando o biênio registra-se a ausência de produção de um docente permanente. Há forte assimetria na produção intelectual do período, com um docente permanente sendo autor em 20 (11 destes, 55% em Qualis B1) do total de 45 produtos. A publicação em periódicos A1 e A2 representou 17,7% do total, abaixo da média da área. Considerando que a avaliação referiu-se a apenas dois anos, a pontuação média de docentes na produção foi de 166 pontos e 66,7% destes alcançariam pontuação para a obtenção de conceito 3 pelo programa, sendo critério da área para o referido conceito que pelo menos 80% dos docentes somassem entre 150 e 210 pontos. Dessa forma é importante que o programa estimule e acompanhe a produção do programa em termos de distribuição e escolha dos periódicos. Em termos de produção técnica consta no relatório vários capítulos de livros e várias patentes, com alta concentração em alguns docentes” (CAPES, 2014i).

Comparando com os triênios anteriores, os três programas que receberam conceito “Fraco” no triênio 2004-2006, a saber, UFPB/JP, UFAL e UFSC, conquistaram uma melhora substancial em sua produção na última avaliação sendo apreciados com os conceitos “Muito Bom”, “Bom” e “Muito Bom” – respectivamente.



Esses dados nos levam a acreditar que os pesquisadores estão lidando bem com a pressão da produtividade, ou seja, nos levam a crer que o valor simbólico e que os recursos que estão nos cenários anunciados para os que produzem mais e melhor (conforme os critérios da Área e da CAPES) são atrativos que chamam à identificação com o discurso produtivista. Em suma, o gráfico 14 mostra que os programas da Área de Nutrição estão publicando cada vez mais artigos no padrão considerado de qualidade na área da saúde da CAPES e recebendo também mais conceitos “Muito Bom” e “Bom”, especialmente após a ação do fórum PPG A&N e a criação da área de Nutrição.

Tal tendência ao incremento de publicações tidas como de alta qualidade – a se considerar os parâmetros cientométricos da CAPES, da Área da Saúde e da Área Nutrição – parece nos dizer do crescente esforço empreendido por parte dos docentes-pesquisadores e seus orientandos, agora situados mais próximos do “topo da cadeia”, mais capitalizados na hierarquia concorrencial estabelecida na busca de recursos para suas pesquisas. Cabe aqui ter em conta algumas condições sociais de trabalho acadêmico e suas repercussões sobre o processo de produzir que, já há algum tempo, vem sendo problematizadas por alguns importantes estudiosos.

Madel T. Luz vem desenvolvendo atividades de pesquisa sociológica, desde os anos 1990, sobre o regime de trabalho no capitalismo atual e suas possíveis consequências sociais da política educacional e de ciência e tecnologia brasileira no âmbito da pós-graduação (LUZ, 2004; LUZ, 2005, LUZ, 2007, LUZ, 2008). Destaca a importação de um modelo próprio da economia e dos padrões de trabalho nas fábricas no período da Revolução Industrial e do fordismo para a vida acadêmica atual. A produção (regime social de trabalho) e os valores (ética no trabalho), que operam em conformidade com a conjuntura capitalista mundial, articulam-se ao modo de produção de conhecimento próprio da racionalidade científica moderna afetando a organização das instituições, as relações sociais que aí se dão e o ritmo dessa produção: a *produtividade*. Mediada, evidente, por inúmeras condições, tal transposição manifesta-se, por exemplo, por meio da valorização dessa *produtividade*, expressão tão marcadamente presente nos documentos que fazem parte deste nosso exame sobre a pós-graduação *Stricto sensu* no campo da Alimentação e Nutrição, para expressar uma quantidade de publicações, predominantemente artigos em periódico “qualificados” pelos docentes-

pesquisadores e seus orientandos (agentes produtores de ciência) em um determinado período de tempo, como já assinalado anteriormente.

A categoria *produtividade*, interiorizada das atividades econômicas para o trabalho intelectual [...], pode atuar positiva ou negativamente sobre as características de *inovação*, *originalidade* e *cumulatividade* (entendida aqui em termos de *produção sustentada*), marcas seculares do trabalho acadêmico, de acordo com as normas que estabeleça e com o grau de formalidade que se aplique à produção dos agentes. De nosso ponto de vista, tal categoria tem atuado mais negativa que positivamente sobre os produtores, quando levados em consideração os agentes que produzem e a sobrecarga de trabalho exercida sobre eles, e não os beneficiários diretos e indiretos de sua produção: isto é, o Estado, as empresas, a ordem política e social. Em última instância, a própria sociedade civil (LUZ, 2005, p.43).

Notemos que a produtividade encontra-se revestida de valores sociais e morais, capitais simbólicos aos quais os pesquisadores parecem, hoje, manter forte adesão. Não encontramos registros de questionamentos ou recusas ou alguma forma de negação ou confronto a tais valores nos documentos ou discussões sobre a avaliação dos PPG do campo em tela, senão as loas ao crescimento e consolidação do campo em afinidade com os parâmetros de produção em vigor.

Em outros campos da ciência discute-se, por exemplo, o adoecimento advindo desse modelo de produção no interior do qual é também crescente a carga de trabalho administrativo advindo de editais, projetos, gestão de recursos de toda ordem, prestação de contas e similaridades, essa “burocratização progressiva da ciência, efeito colateral do processo denominado indutivo, vem-se tornando uma cadeia de ferro para a produção verdadeiramente criativa e inovadora” (LUZ, 2005, p.44).

[...] a contínua geração de estresse, sofrimento e adoecimento dos atores, a partir da aceleração do ritmo de atividades, da instabilidade no emprego e do aumento de exigências de "produtividade", sem correspondente valorização estatutária ou econômica, que afetam na sociedade contemporânea a situação de milhares de profissionais com formação do ensino superior, sobretudo na Universidade e na área de Saúde, vistas como *situs* institucional de inserção no mundo do trabalho (LUZ, 2005, p.41).

Estudo realizado por Leopoldo de Meis e colaboradores (2005) também identifica forte pressão para publicar mais rapidamente, propagando a competitividade, acarretando adoecimento associado à exaustão emocional e mental

no trabalho. Observemos que os mais propensos a assim adoecer são os pesquisadores mais dedicados e comprometidos. Dizem os autores:

Brazil's scientific community is under pressure. Each year there is an increase in its contribution to international science and in the number of students who are trained to do research and teach at an advanced level. Most of these activities are carried out in state and federal universities, but with government funding that has decreased by more than 70% since 1996. Interviews with graduate students, post-doctoral fellows and professors in one university department with a strong research tradition illustrate the level of stress engendered by the conflict between increasing competition and diminishing resources, and serve to underscore the negative effects on creativity and on the tendency to choose science as a career (DE MEIS et al., 2003).

Estes trabalhos vão ao encontro das considerações de Santana (2011) já aludidas que relacionam os moldes de trabalho acadêmico de formação de pesquisadores e de desenvolvimento de pesquisas a doenças cardiovasculares.

Mais ainda, tende, no longo prazo, a ferir o próprio coração (*hard core*) ou a fonte seminal de todo esse sistema de produção de conhecimento, que é a criatividade, origem da inovação. A produção contínua de proposições inovadoras, que se renovam sem cessar, expressão do progresso científico, moto perpétuo da ciência moderna, só é possível quando há uma certa liberdade no produzir que possibilita o surgimento do novo, com a criação, que está na origem da inovação científica, tanto quanto na arte. E essa liberdade supõe um ritmo próprio de operação, de elaboração, de avanços e pausas durante o desenvolvimento das atividades precípuas de investigação, variável de acordo com os distintos ramos da "árvore do conhecimento", mas muito distinto do das máquinas, ao qual vem sendo assimilada a categoria produtividade [...]. Os pesquisadores, apesar de todo o esforço que empregam para serem "produtivos", não são máquinas. Sobretudo, não são *máquinas em competição* para reduzir custos na confecção de produtos renováveis a intervalos de tempo cada vez menores. O desconhecimento desse fato pode gerar (e tem gerado) conseqüências desastrosas para a saúde de toda essa categoria profissional. Ciosos da necessidade de atender às exigências institucionais vigentes, obsessivos quanto ao cumprimento das normas da "produtividade", crescentes, aliás, em termos de qualidade e quantidade, os bravos guerreiros da ciência se esforçam para desincumbir-se de suas tarefas à exaustão, sacrificando repouso, lazer e férias em favor do trabalho (LUZ, 2005. p. 42).

Documento apresentado durante a ANPED em 2007 (REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 2013) segue nessa linha da problematização do que se passou conhecer como *produtivismo* e suas repercussões deletérias sobre a saúde e a vida dos que se aventuram no mundo da pós-graduação. Vejamos as palavras de uma ex-coordenadora de PPG aí citadas e que também tocam na questão do padrão das

pesquisas realizadas no âmbito da Natureza (neste caso, a Engenharia) como o modelo a ser seguido por todas as culturas científicas existentes.

*A gente é prisioneira de uma temporalidade, prisioneira de uma produtividade, prisioneira de um fluxo, e aquilo que é o próprio exercício da construção teórica, da construção do pensamento, que tem totalmente outro tempo, porque é o tempo da criação, hoje em dia isso não existe. Então a gente tem um caráter mais de engenharia, temos que obedecer a um fluxo [...] a grande mudança na verdade é essa [...] Estamos submetidos a uma política duríssima. A guerra da produtividade é muito violenta? É!*

Cabe, por fim, deixar bem claro que as relações sociais que envolvem poder financeiro, material, simbólico e que instituições e seus órgãos, assim como coletivos e indivíduos participam desse jogo buscando capitalização de alguma ordem. Fazem alianças e enfrentam opositores e concorrentes em diversas instâncias em dinâmica permanente. Muitas das regras do jogo das avaliações do PPG são determinadas e controladas no âmbito do Conselho Científico e Tecnológico (CTC) da CAPES. Neste nível de poder e deliberações, ficou estabelecido um padrão de publicações para todas as áreas de avaliação: (1) o número de periódicos A1 deve corresponder a 25% do número total de periódicos nos quais os pesquisadores e seus orientados publicaram no triênio em avaliação e (2) o número de periódicos A1 + A2 + B1 deve corresponder a 50% do número total de periódicos nos quais os pesquisadores e seus orientados publicaram no triênio em avaliação. Estabelece-se, assim, como a qualidade dos periódicos existentes deve ser. E se números maiores ou menores que estes corresponderem à qualidade efetiva dos periódicos? Não sabemos... e esta é questão que fica para outro estudo específico. Por aqui, ficamos com a indagação no ar como expressão de nossos questionamentos acerca desses procedimentos de avaliação. Além do CTC, outro agente que opera nas definições de parâmetros gerais de avaliação corresponde a Área da Saúde: nesse nível de discussões e de deliberações no interior da CAPES (que, como registrado anteriormente, engloba as áreas Medicina I, II e III, Enfermagem, Odontologia, Farmácia Fisioterapia / Educação Física, Saúde Coletiva e Nutrição) estabeleceu-se que artigos internacionais com altos índices de citação como “padrão ouro” – para utilizar a linguagem da cultura de alguns campos de estudos da Natureza. Forças sociais distintas operam no CTC, na Área da Saúde e em cada uma das Áreas de Avaliação mencionadas, fazendo valer suas verdades aquelas hegemônicas com domínio e império do estilo de pensamento científico biomédico.

É da naturalização da ciência e das relações sociais em meio as quais a ciência é construída, reproduzida e/ou transformada de que estamos falando. Ou, por outras palavras, dizemos da óbvia, evidente e urgente necessidade de desnaturalização dessas relações, que são sociais. Investindo na redundância: não são naturais, como vêm sendo apresentadas e incorporadas pela comunidade científica. Confiamos que o reconhecimento da existência dessa visão de ciência que faz dela Natural – quando ela é Social – certamente contribuirá para sua superação e construção de novos procedimentos de avaliação que levem em conta o principal: sua qualidade.

[...] sua real contribuição ao avanço do conhecimento ou a inovação tecnológica de que é capaz. Geralmente o argumento que ouvimos nas comissões de avaliação de produtividade de pesquisadores e programas é singela: "é impossível avaliar produtos" (porque seriam milhares, e quem garantiria sua qualidade?). É preciso começar a pensar seriamente em criar instrumentos de avaliação dos produtos resultantes das atividades de investigação (REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 2013).

### 3.5.5 Inserção Social nas Fichas de Avaliação

O quesito Inserção social foi incluído na ficha de avaliação dos programas no triênio 2004-2006, representando 10% da ficha de avaliação. No último triênio, com a criação da Área, este quesito passou a computar 15% da avaliação, visto que o campo da Alimentação e Nutrição apresenta uma expressiva inserção social, através da proximidade entre achados epidemiológicos e proposição de políticas sociais, não somente no plano da saúde, mas em diversos setores dado seu caráter interdisciplinar.

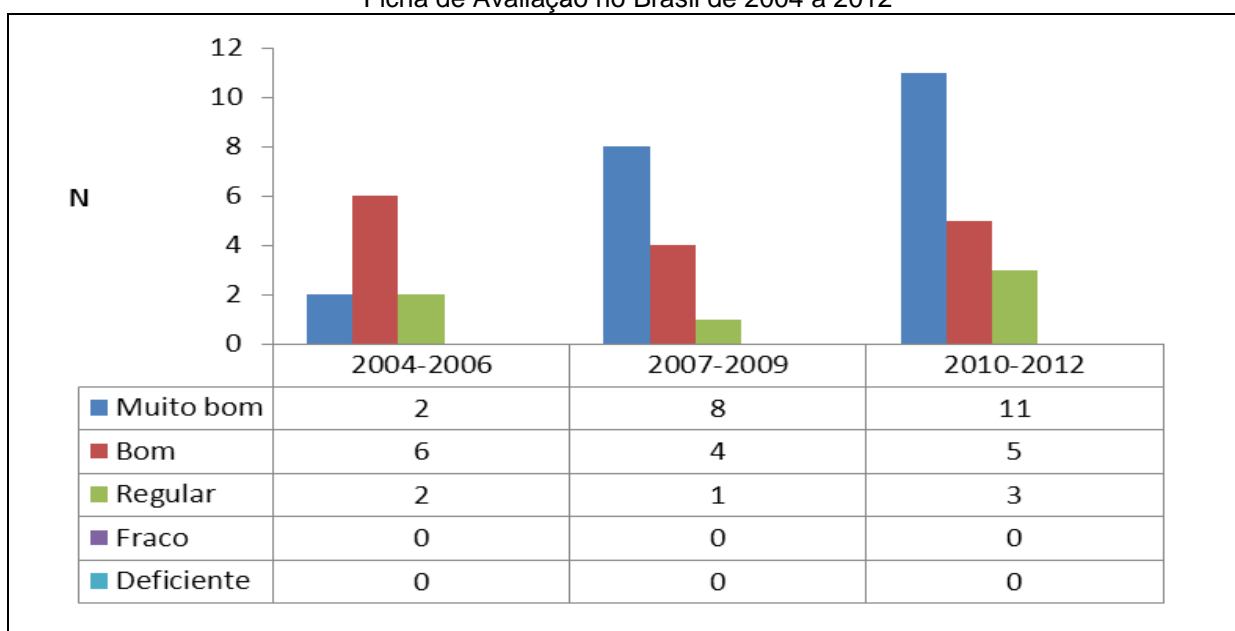
Esse quesito possui três itens, a saber: (a) Inserção e impacto regional e/ou nacional do Programa (30%) – aborda sobre o impacto educacional (contribuição para a melhoria do ensino fundamental, médio, graduação, técnico/profissional, assim como o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino e geração materiais didáticos), impacto social (formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil) e impacto tecnológico/econômico (contribuição desenvolvimento micro regional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados, disseminação de técnicas e conhecimentos); (b)

Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionado à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação; (c) Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.

No gráfico 15, observa-se uma maior concentração de programas com conceito Muito Bom (58%), seguidamente do conceito Bom (26%). Três programas (16%) receberam conceito regular, são eles: UFG, USP e UFPR. Chama-se atenção para o programa da USP que manteve o conceito regular ao longo de todas as avaliações sendo apreciado pela CAPES da seguinte forma na última avaliação:

O programa historicamente formou recursos humanos para o ensino e a pesquisa em todo o país. Não foram observados relatos de cooperação e ou parcerias com outros programas de pós-graduação, mas alguns relatos de cooperação internacional. No documento está reconhecida a necessidade de fazer avançar a inserção social por meio de desenvolvimento de projetos junto a órgãos públicos, o que está se iniciando. O programa mantém uma página na internet com algumas informações, entretanto, dados relevantes sobre as defesas de mestrado e doutorado deveriam ser disponibilizados (CAPES, 2014j).

Gráfico 16 - Inserção Social dos Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* da Área de Nutrição na Ficha de Avaliação no Brasil de 2004 a 2012



Nota: O QUESITO INSERÇÃO SOCIAL FOI INSERIDO NO TRIÊNIO 2004-2006, NÃO HAVENDO INFORMAÇÕES NOS TRIÊNIOS ANTERIORES. TABELA CORRESPONDENTE APÊNDICE P.

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – RESULTADOS TRIENAIIS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS, 2007, 2010 e 2013.

#### 4 RELAÇÕES SOCIAIS NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO DE PESQUISADORES E DA PESQUISA NO CAMPO DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO BRASIL

Neste ponto do trabalho, temos a intenção de discutir algumas funções de elementos, posições, disputas, interesses, regras, etc. que se apresentam no *campo científico* da A&N, mais especificamente no interior dos Programas da Área de Nutrição da CAPES, a partir do conceito de *campo científico* de Pierre Bourdieu. Assim como, comparar este *campo* em formação com dois *campos científicos* bem consolidados e que são próximos a ele.

Todo *campo científico* é um campo de forças, um lugar de lutas para conservar ou transformar esse *campo* de forças (BOURDIEU, 2004). Trata-se de um espaço que guarda peculiaridades, dentre elas o fato desses *atores sociais* serem a um só tempo consumidores e juízes de seus próprios produtos (PRADO et al., 2011). O *campo* é criado e/ou reproduzido e/ou transformado pelos *agentes* e ele só permanece existindo pela presença desses *atores* e pelas relações objetivas entre os *agentes* que nele se encontram (BOURDIEU, 2004). Os *atores sociais* ou *agentes* podem ser representados por pessoas, instituições, empresas, etc. sendo mais peculiar no *campo científico* - os grupos de pesquisa, seus pesquisadores e lideranças respectivas; setores administrativos de instituições de ensino e pesquisa; PPG e respectivos corpos docentes e discentes e coordenadores; comitês de avaliação em agências de fomento à pesquisa; coordenações de áreas científicas nas instituições que acompanham a pesquisa e formação de pesquisadores e sociedades científicas (SILVA et al., 2010).

Esses *agentes* vão adquirindo disposições ao longo do tempo que Bourdieu (2004) chama de *habitus*, isto é, uma maneira de ser, uma predisposição (BOURDIEU, 1983). São os *agentes* que comandam os pontos de vista, as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. E é a posição que os *atores* ocupam nessa estrutura que determina ou orienta o que eles podem ou não fazer, isto é, as tomadas de decisão. Bourdieu (2004) diz que quem define a estrutura de um *campo* num dado momento é a distribuição do *capital científico* (atos de conhecimento e reconhecimento) entre os diferentes *agentes* que estão inseridos nesse *campo*.

“[...] no domínio da pesquisa científica, os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre os quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim posso dizer, compensar, determinando uma concentração de esforços de pesquisa” (BOURDIEU, 2004 p. 24-25).

O *campo científico* da A&N apresenta distintos domínios de produção de conhecimentos e saberes, onde *comer*, *nutrir* e *alimentar* constituem os pilares que sustentam essas diferenças. *Comer*, *nutrir* e *alimentar* são considerados sinônimos no senso comum. No entanto, no universo científico, assumem significados peculiares, especificidades que resultaram de movimentos sociais historicamente construídos no interior do *campo científico* da A&N (PRADO et al., 2011 & CARVALHO; LUZ; PRADO, 2011). O estudo feito por CARVALHO; LUZ; PRADO, 2011, tornou essas concepções de senso comum em categorias de análise e interpretação para pesquisas das Ciências Humanas e da Saúde, numa perspectiva teórica, através da conceituação.

O comer faz parte do domínio do *campo científico* da Ciência do Alimento que tem por objeto o alimento, relacionado à sua composição química, qualidade sanitária, inocuidade, tecnologias de produção e distribuição e possibilidades terapêuticas. O processo de comer é entendido como ingestão de substância tomada pelo corpo humano com fins nutricionais (CARVALHO; LUZ; PRADO, 2011). O nutrir faz parte do *campo* da A&N, sendo objeto da parcela Nutrição, que se dirige para a produção de conhecimentos sobre os nutrientes e suas interações nas células do corpo humano normal ou doente. Por outro lado, o alimentar-se também faz parte do *campo* da A&N, mas é objeto da parcela Alimentação. Tem por núcleo central a comida, entendida como alimento simbolizado, mediadora de relações sociais construídas entre os seres humanos (CARVALHO; LUZ; PRADO, 2011).

“O alimentar-se vai além de uma questão fisiológica de necessidade de nutrientes e constrói costumes, acompanha ritos de passagem, liberta os espíritos e sela relações entre o indivíduo e a sociedade” (CARVALHO; LUZ; PRADO, 2011).

“Cada qual elabora o seu próprio conjunto articulado de questões na definição de seu objeto científico, que obedece a um conjunto de princípios e teorias que servem de modelo ou quadro orientador às pesquisas produzidas na sua área” CARVALHO; LUZ; PRADO, 2011

E como o *campo* tem por marca o dinamismo, possibilita transformações nas definições dessas questões, porque fazem parte de um processo que se (re)constrói



a cada momento de modo diferente, dependendo das regras do *campo científico*. Conforme vimos acima, apesar da existência de *campos científicos* diferentes, entende-se que, na vida humana, alimentos, nutrientes e comida não existem separadamente. “[...] ao levar uma fruta à boca, o homem incorpora-a como alimento, não só quanto a seus nutrientes, mas também quanto aos símbolos que lhe são atribuídos” (PRADO et al., 2011). Reconhecer a necessidade da aproximação entre os distintos *campos científicos* é fundamental e corresponde a um projeto político promissor e necessário do ponto de vista da interdisciplinaridade que a vida exige para a compreensão dos fenômenos humanos (PRADO et al., 2011).

Ao olharmos para o *campo* da Ciência dos Alimentos, vemos claramente que o cenário é bem distinto quando comparado ao *campo* da A&N. Diferentemente do campo focalizado nesta pesquisa, o universo da Ciência dos Alimentos já construiu a sua autonomia e está bem estabelecido e apoiado por governos sucessivos no país. A Ciência dos Alimentos situa-se na esfera da Natureza e consta na Tabela das Áreas do Conhecimento como Ciência e Tecnologia dos Alimentos, situada no interior da Grande Área das Ciências Agrárias. Tem por objeto o alimento, entendido como:

Substância que fornece os elementos necessários ao organismo humano para a sua formação, manutenção e desenvolvimento. Nota: o alimento é a substância ou mistura de substâncias em estado sólido, líquido, ou pastoso, adequadas ao consumo humano (BRASIL, 2008).

Este *campo* engloba, centralmente, a composição química, a qualidade sanitária, a inocuidade, o armazenamento, o transporte e a comercialização do alimento (SILVA et al., 2010; PRADO et al, 2011). O estudo dirigido ao alimento se dá num cenário mais amplo de interesses, envolvendo:

“ruralistas, pequenos produtores rurais, movimentos sociais voltados para questões relativas à posse, distribuição e uso de terras, grupos empresariais voltados para a produção industrial de alimentos, setores ligados à comunicação e publicidade de alimentos, além de tesouros e segurança nacionais e, mais recentemente, o futuro do planeta” (PRADO et al, 2011).

Todo este universo que engloba diversos *atores sociais* que acumularam expressivo *capital científico* e social ao longo dos anos, possibilitou que o *campo* das

Ciências dos Alimentos conquistasse sua autonomia em relação aos demais *campos* da ciência, apresentando expressão institucional em agências de fomento à pesquisa e formação de pesquisadores, o que faz com que ele possa estabelecer as regras do jogo para a distribuição de auxílios financeiros, bolsas e procedimentos de avaliação dos PPG (PRADO et al, 2011).

Essa aproximação e conhecimento sobre os outros *campos* nos faz desanuviar embates que estão presentes no jogo, faz com que possamos refletir sobre as disputas políticas e financeiras que ocorrem naturalmente dentro dos *campos*, entre os *campos*, etc., e dessa forma, vemos que se torna algo quase que impossível para *campos* ainda em processo de construção de autonomias (como a A&N), conseguir partilhar da “fatia do bolo”.

Um *ator social* de extrema importância para o fortalecimento destas questões no *campo* da A&N é o **Fórum PPG A&N**, que constitui um mediador importante entre os PPG e os órgãos de fomento a pesquisa, tendo por assuntos à qualificação da pesquisa científica, à formação de pesquisadores e à ocupação de espaços específicos no interior dessas agências de fomento, tendo por base o diálogo entre os distintos saberes que estão inseridos no *campo*. Um exemplo da força desse *ator* corresponde ao processo árduo, mas exitoso, que foi à criação de representação institucional própria na agência responsável pela avaliação da formação pós-graduada *stricto sensu*, a CAPES.

A **CAPES** é um *agente* influente do *campo*, que pelo seu status consegue ditar as regras que os PPG precisam cumprir para que sejam reconhecidos e recomendados por ela. Este *ator social* possui um *capital científico* considerável e determina o que é importante nas pesquisas e para os pesquisadores. A articulação entre estes dois *atores sociais*, Fórum PPG A&N e CAPES, constituiu uma vitória para o *campo* (a criação da Área de Nutrição), que representa o reconhecimento das especificidades epistemológicas que marcam a distinção entre o *campo* da A&N e o *campo* da Medicina, pela CAPES.

Após a conquista da Área própria na CAPES, o Fórum PPG A&N tem buscado contribuir no desenvolvimento dos critérios de avaliação da Área. Este diálogo também parece estar sendo bem proveitoso, pois já existe um documento disponível no site da CAPES datado de março de 2013, que fala a respeito de um encontro, na verdade o primeiro seminário que ocorreu sobre o acompanhamento dos PPG da Área Nutrição que ocorreu em março de 2012. Dentre outras questões,

o documento aborda sobre os critérios de avaliação da ficha de avaliação trienal de 2010 e as mudanças que serão realizadas nela visando atingir as necessidades do *campo* da A&N, sendo importante ressaltar a inclusão da classificação de livros na avaliação, um assunto que foi colocado pelo Fórum PPG A&N como fundamental para atender a parcela Alimentação do *campo* em questão (CAPES, 2013e).

Simultaneamente, o Fórum PPG A&N vem trabalhando no sentido da constituição de forças com vistas à desvinculação da “Nutrição” em relação à Saúde Coletiva, “Áreas” que compõem um único espaço institucional de avaliação no âmbito do CNPq; em outras palavras, a criação de espaço institucional específico para o *campo* da A&N no CNPq, hoje denominado “Saúde Coletiva e Nutrição”. O diálogo entre o *campo* da A&N e o *campo* da Saúde Coletiva (SC) é relatado mais detalhadamente em um estudo feito por de Bosi & Prado (2011) que examina o percurso de constituição da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva (ANSC) identificando as interseções entre esses *campos*. As aproximações entre os *campos* focalizados são tão evidentes, que resultaram na configuração de um núcleo de saber dentro do *campo científico* da A&N, chamado ANSC (já aludido no capítulo 1).

Segundo Bosi e Prado (2011), o *campo* da SC está em permanente (re)construção, constituindo um espaço institucionalizado, legitimado e cientificamente consolidado. Sua formação se fundamenta em três núcleos de saberes: a Epidemiologia; as Ciências Humanas e Sociais; e a Política, do Planejamento ou da Planificação e da Gestão de Sistemas de Saúde. Suas origens estão relacionadas com o projeto preventivista emergente na segunda metade dos anos 50, visando superar dialeticamente a Saúde Pública convencional e o modelo biomédico, desenvolvendo-se historicamente, no Brasil, a partir dos anos 1970. Cabe ressaltar, que a SC não se configura como uma especialidade médica, ela se assume como interdisciplinar, atraindo e abrigando profissionais de diversas origens, “negociando” com configurações e epistemologias variadas, incursionando e fertilizando outros campos, assim como o da A&N quando o foco são as questões alimentares e nutricionais.

Um dos primeiros fundamentos desse vínculo foi a “Epidemiologia”, que ao trabalhar com diagnósticos de estado nutricional em populações pobres, trouxe à tona os sofrimentos humanos impostos pela fome e pelas doenças carenciais, associadas a doenças transmissíveis em um contexto de forte injustiça social. Para capacitar e entender melhor esses problemas, os PPG em SC, através da

Epidemiologia Social (hoje, Epidemiologia Nutricional), articulavam informações sobre fenômenos de transições demográfica, epidemiológica e nutricional, sendo mais a frente redirecionadas para a obesidade e para as doenças crônicas e degenerativas. O segundo conjunto de saberes centrais na constituição da ANSC, foi o encontro da A&N com as Ciências Humanas e Sociais, que fez explicar e responder a questões como determinação social da fome e de outros fenômenos que escapam aos modelos causais e lineares, configurando, gradualmente, novos objetos e ampliando fronteiras. Em suma o encontro da A&N com a SC fez com que a concepção vigente da parcela Nutrição viesse a ser problematizada, evidenciando sua multidimensionalidade, proporcionando a visibilidade da parcela Alimentação (BOSI; PRADO, 2011). “[...] Um novo lugar, portanto, para pensar a Alimentação e Nutrição como uma possibilidade de realização humana” (BOSI; PRADO, 2011).

Essas aproximações e interações entre o *campo* da SC e o da A&N impõe o reconhecimento da autonomia de cada um deles, bem como a necessidade de constituição de lugares que deem conta de suas peculiaridades para operar ordenamentos e aportes materiais ao labor na vida da ciência (PRADO et al., 2011a).

Assim, entra em cena outro *agente* não menos importante que os anteriores, o **CNPq**, instituição que tem como uma das funções principais fomentar a pesquisa e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. Dentro do CNPq, existe um Diretório dos grupos de pesquisa, destinado às informações sobre a pesquisa no país. O Diretório é um excelente espaço de intercâmbio de informações entre a comunidade científica e tecnológica sobre, por exemplo, composição, financiamento, ou avaliação da pesquisa nacional. Os **grupos de pesquisa** correspondem a *agentes* institucionalizados que atuam, construindo e disputando capital simbólico e material, no interior da ciência. No estudo realizado por PRADO et al.(2011b), observou através da descrição dos grupos de pesquisa do *campo* da A&N, que esses *agentes* estão operando a acumulação de *capital científico* em ritmo intenso por todo o País, trabalhando com força em torno de seus interesses e implementando projetos políticos de abrangência nacional. Como resultado dessa pesquisa, foi recomendado proceder alterações na Tabela das Áreas do Conhecimento, incluindo a denominação “*Alimentação e Nutrição*” para fazer jus ao que os dados empíricos comprovam a existência do campo científico “*Alimentação*”, em suas interfaces com a “*Nutrição*”. O CNPq possui “Comitês de Assessoramento”

compostos por pesquisadores com o intuito de analisar, julgar, selecionar e acompanhar os pedidos de projetos de pesquisa e de formação de recursos humanos. Esses pesquisadores, individualmente ou em grupos, têm atribuições específicas e atuam de acordo com sua área de atuação e conhecimento. No momento, o Comitê “Saúde Coletiva e Nutrição” é formado por sete pesquisadores, sendo dois da A&N e cinco da SC. Os pesquisadores são escolhidos periodicamente pelo Conselho Deliberativo, com base em consulta feita à comunidade científico-tecnológica nacional (CONSELHO, 2012).

O diálogo entre o CNPq e os *campos* da A&N e SC, está sendo feito principalmente através dos *agentes*, Fórum PPG A&N e ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), com largo apoio de vários outros *atores sociais* que operam nos *campos em tela*. Não é somente a luta por um lugar específico, é a possibilidade de conseguir mais recursos financeiros, maior visibilidade, mudanças nos núcleos de saberes que regem atualmente, etc., é conseguir autonomia. É não precisar repartir com outro *campo*, o que pode ser só dele, ou mesmo ter que se submeter a regras e avaliações que não o avaliam corretamente.

Todos esses movimentos em busca da constituição de espaços institucionais específicos nos revelam que o *campo científico* da A&N em fase avançada de consolidação. Em seu sentido mais amplo, a A&N contam com várias entidades representativas de interesses corporativos (sindicatos, conselhos de classe entre outros), científicos (sociedades e associações das mais abrangentes às mais específicas), redes de pesquisa, organizações ativistas com vistas à interferência nas políticas de alimentação e nutrição, periódicos científicos, entre várias outras. Sua autonomia é reconhecida em manifestações oriundas de outros *campos científicos* (NUNES, 2011; CAMARGO JR, 2011; MATTOS, 2011; FAERSTEIN, 2011). A própria criação da área na CAPES corresponde a reconhecimento institucional dessa autonomia, mas cabe ressaltar que essa autonomia é relativa, pois a Área está dentro das Ciências da Saúde que possui critérios biomédicos.

Por isso, achamos importante olhar para a o quanto a Área de Nutrição representa para a Saúde, pois todas as regras de avaliação dos Programas do *campo* da A&N são definidas no âmbito da Saúde, ou seja, por critérios de ênfase biomédica. Notamos que dentre as Grandes Áreas do conhecimento a que abarca o maior número de Programas é a Ciências da Saúde. Dentro desta Grande Área, temos 11 Áreas do conhecimento e cada Área do conhecimento possui uma área de

avaliação. No caso da Medicina, por ser um campo do conhecimento muito extenso, ela é dividida em três Áreas de avaliações, a saber: Medicina I, Medicina II e Medicina III. Se nós juntarmos a Medicina em uma só Área, ela é disparadamente a que compreende o maior número de Programas. A Área de Nutrição, dentre as 11 Áreas, é uma das que apresenta o menor número de Programas. Assim, dentro desse conjunto, os Programas do *campo* da A&N apesar de terem tido um importante crescimento quantitativo ao longo dos anos ainda é uma parcela muito pequena comparada às demais Áreas que estão ao lado dele. Com isso, a força da Área Nutrição ainda é muito pequena (CAPES, 2013f).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreendemos aqui um esforço de olhar para o campo da A&N utilizando os programas de pós-graduação para tentar enxergar o que acontece na pesquisa e na formação de pesquisadores neste universo. Durante o percurso, evidenciamos que o campo da A&N é de constituição recente, interdisciplinar e encontra-se em intensa atividade no processo de construção de sua autonomia científica. Esse espaço é muito permeável às influências da CAPES no que diz respeito aos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação. O *produtivismo* em sua identidade com a economia de mercado e com a concorrência entre os agentes e suas consequências deletérias sobre a saúde, parece não se apresentar como problema nesse campo científico. A *interdisciplinaridade* que identifica este campo da ciência implica em procedimentos de avaliação que contemplem tal pluralidade epistêmica, dada a hegemonia biomédica marcante nos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação do campo da A&N e da área da saúde.

O *campo científico* da A&N no Brasil apresenta uma situação diferente do *campo científico* da Saúde Coletiva e do *campo científico* da Ciência dos Alimentos, sendo compreendido como um espaço que está construindo sua autonomia e legitimação, se reorganizando diante de um intenso dinamismo. Trata-se, como vimos, de um espaço fundado na interface das Ciências Biomédicas (Nutrição) e das Ciências Humanas e Sociais (Alimentação), possuindo quatro núcleos de saberes (KAC; PROENÇA; PRADO, 2011; PRADO et al., 2011a), a saber:

- I. Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva
- II. Nutrição Básica e Clínica
- III. Nutrição e Alimentos
- IV. Alimentação e Nutrição em Produção de Refeições

Os resultados mostram a expansão da Pós-graduação *Stricto sensu* brasileira, assim como dos PPG que integram o *campo científico* da A&N. Os Programas são importantes *atores sociais* do *campo* e vem trabalhando em ritmo intenso, especialmente através do Fórum PPGA&N, incentivados pelos seus

interesses, lutando pela ocupação de espaços específicos no interior das agências de fomento à pesquisa.

Resta-nos sinalizar o que consideramos desafios / sugestões para os Programas de pós-graduação da Área de Nutrição:

- (a) Investir na ampliação do leque de elementos para compor a avaliação do PPG de modo a contemplar a interdisciplinaridade que identifica o objeto (o processo alimentação/nutrição) e o domínio científico A&N;
- (b) Compreensão no lugar da competição e da concorrência;
- (c) Criar pelo menos um Programa na região Norte do país;
- (d) Conseguir um espaço específico no interior do CNPq, para que sejam reconhecidas as distinções entre os *campos* da A&N e da SC;
- (e) É preciso colocar limites na elevação das exigências de número de publicações e de tempos para isso: o céu não é o limite e os corpos biológicos e as estruturas mentais dos agentes não resistem a tanta pressão. Estamos na área da saúde ou da doença na CAPES?

Por fim, reafirma-se que avaliar é um processo de construção difícil, no qual é fundamental assumir a existência de culturas diferentes entre as ciências, além da importância e necessidade da solidariedade entre os agentes para que as diversidades sejam englobadas e o humano seja valorizado como tal.



## REFERÊNCIAS

ACUÑA, Kátia; CRUZ, Thomaz. Surgimento da ciência da nutrição e breve histórico das políticas de alimentação no Brasil. *Revista Baiana de Saúde Pública*, Salvador, v. 27, n. 1/2, p. 114-123, jan./jul. 2003.

ARAÚJO, Eliane; GALA, Paulo. Regimes de crescimento econômico no Brasil: evidências empíricas e implicações de política. *Estudos Avançados*, v.26, n.75, p.41-56, 2012.

ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de; ARRUDA, Ilma Kruse Grande de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*, Recife, v. 7, n. 3, sept. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO. Disponível em: <[http://www.asbran.org.br/arquivos/carta\\_rio.pdf](http://www.asbran.org.br/arquivos/carta_rio.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 275-304. Disponível em: <[http://portais.ufg.br/uploads/67/original\\_Pos-Graduacao\\_Brasil\\_2.pdf](http://portais.ufg.br/uploads/67/original_Pos-Graduacao_Brasil_2.pdf)>. Acesso em: 9 dez. 2011.

BARRETO, Francisco César Sá; BORGES, Mario Neto. Novas políticas de apoio à pós-graduação: o caso FAPEMIG - CAPES. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 17, n. 65, p. 599-612, out./dez. 2009.

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. "Reféns da produtividade": sobre produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 30., 2007, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPEd, 2007. (CD-ROM).

BOSI, Maria Lúcia Magalhães. *A face oculta da nutrição: ciência e ideologia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988. 220 p.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; PRADO, Shirley Donizete. Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: constituição, contornos e estatuto científico. *Revista de Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, n.1, p. 7-17, 2011a.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; PRADO, Shirley Donizete. O campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: identificando contornos e projetando caminhos. Editorial. *Revista de Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, n.1, p. 7-17, 2011b.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Pesquisa qualitativa em saúde coletiva: panorama e desafios. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 17, p. 575-586, 2012a.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Productivity and academic assessment in Brazil: Challenges for Qualitative Health Research. *International Journal of Leadership in Education*, v. 15, p. 451-462, 2012b.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Produtivismo e Avaliação Acadêmica na Saúde Coletiva Brasileira: Desafios para a Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 28, p. 2387-2392, 2012c.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*, Oeiras: Celta, 1997.

\_\_\_\_\_. El campo científico. *Rev Estud Sociales Cienc.*, v.1, n.2, p.131-60, 1994.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*: Lei n. 10.172/01. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010*. Brasília; 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Glossário temático: alimentação e nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 60 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <[http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario\\_alimenta.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_alimenta.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2012.

BRASIL. *Parecer nº 977 CES*, de 3 de dezembro de 1965. Disponível em: <<http://www.fnmp.org.br/documentos/parecer-977-ces-newton-sucupira.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2011.

CAMARGO JR, Kenneth Rochel de; COELI, Claudia Medina; CAETANO, Rosângela; MAIA, Vanessa Rangel. Produção intelectual em saúde coletiva: epistemologia e evidências de diferentes tradições. *Revista de Saúde Pública*, v. 44, p. 394-398, 2010.

CAMARGO JR, Kenneth Rochel de. O rei está nú, mas segue impávido: os abusos da bibliometria na avaliação da Ciência. *Saúde & Transformação Social = Health & Social Change*, v. 1, p. 3-8, 2010.

CAMARGO JR., Kenneth Rochel de. Não nos esqueçamos do que é singular e contingente... *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, n.1, p. 20-22, 2011.

CAMARGO JR., Kenneth Rochel de. Produção científica: avaliação da qualidade ou ficção contábil?. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 29, p. 1707-1711, 2013.

CAPON I, S.; REBELO F. Sobre Juízes e Profissões: a avaliação de um campo disciplinar complexo. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v.5, n.15, p.59-82, 2005.

CASTIEL, Luis David; SANZ-VALERO, Javier; VASCONCELLOS-SILVA, Roberto. Das loucuras da razão ao sexo dos anjos: biopolítica, hiperprevenção e produtividade científica. . 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011. 188p

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Raul Manhaes de et al. II Fórum de coordenadores de Programas de Pós-graduação em Nutrição no Brasil [Editorial]. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v.7, n.3, p. 235-236, 2007.

CARVALHO, Maria Cláudia da Veiga Soares; LUZ, Madel Therezinha; PRADO, Shirley Donizete. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, n.1, p.155-163, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/conteudo.aspx?idMenu=225&idConteudo=1202>>. Acesso em: 24 abr. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/conteudo.aspx?IDMenu=35>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS. Disponível em: <[http://www.crn3.org.br/atualidades/revistas/arquivos/edicao\\_074\\_pag07\\_08\\_09.pdf](http://www.crn3.org.br/atualidades/revistas/arquivos/edicao_074_pag07_08_09.pdf)>. Acesso em 01 set. 2011.

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS. Disponível em: <[http://www.crn3.org.br/atualidades/revistas/arquivos/crn3\\_01\\_09.pdf](http://www.crn3.org.br/atualidades/revistas/arquivos/crn3_01_09.pdf)>. Acesso em 10 jul. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/cnpq/index.htm>>. Acesso em 10 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. *Tabela de Áreas do Conhecimento*. 2011. Disponível em: <[http://www.cnpq.br/areasconhecimento/docs/cee-areas\\_do\\_conhecimento.pdf](http://www.cnpq.br/areasconhecimento/docs/cee-areas_do_conhecimento.pdf)>. Acesso em 15 de abr. de 2011

\_\_\_\_\_. *Membros dos comitês*. 2012. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/membros-dos-comites#>>. Acesso em 03 de agosto de 2012.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *História e Missão*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 09 jun. 2010a.

\_\_\_\_\_. *Tabela de áreas de conhecimento*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>. Acesso em: 30 de jun. de 2010b.

\_\_\_\_\_. *Dúvidas frequentes*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/duvidas-frequentes/62-pos-graduacao/2376-qual-e-a-diferenca-entre-o-mestrado-academico-e-o-mestrado-profissional>>. Acesso em: 15 de jan. de 2011a.

\_\_\_\_\_. *Avaliação da pós-graduação*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 20 de mar. de 2011b.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Plano Nacional de Pós-graduação*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 30 de dez. de 2011c.

\_\_\_\_\_. *Caracterização do sistema de avaliação*. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/caracterizacao\\_sistema\\_avaliacao\\_pos.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/caracterizacao_sistema_avaliacao_pos.pdf)>. Acesso em: 15 de abr. de 2011e.

\_\_\_\_\_. *Relatório geral da avaliação trienal de 2010*. Disponível em: <[http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2010/09/relatorio\\_geral\\_dos\\_resultados\\_da\\_avaliacao.pdf](http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2010/09/relatorio_geral_dos_resultados_da_avaliacao.pdf)>. Acesso em: 16 de abr. de 2011f.

\_\_\_\_\_. *Mestrado profissional*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/2833-capes-regula-a-oferta-de-mestrado-profissional>>. Acesso em: 07 de maio de 2011 g

\_\_\_\_\_. *Notícias*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/4609-capes-divulga-coordenadores-de-area-para-o-trienio-2011-2013-e-cria-novas-areas-de-avaliacao>>. Acesso em: 09 de set. de 2011h.

\_\_\_\_\_. *Avaliação da nutrição sobre interdisciplinaridade*. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/50\\_nutr\\_sobre\\_interdisciplinaridade.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/50_nutr_sobre_interdisciplinaridade.pdf)>. Acesso em: 22 de jul. de 2012 a.

\_\_\_\_\_. *Cadernos de avaliação*. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet>>. Acesso em: 25 de jul. de 2012 b.

\_\_\_\_\_. *Resultado da avaliação de programas*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/resultados-da-avaliacao-de-programas>>. Acesso em: 31 de jul. de 2012 c.

\_\_\_\_\_. *Qualis*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis/>>. Acesso em: 03 de ag. de 2012 d.

\_\_\_\_\_. *Dúvidas frequentes*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/duvidas-frequentes/64-avaliacao-da-pos/2906-em-que-consiste-a-avaliacao-trienal-da-capes>>. Acesso em: 05 de ag. de 2012 e.

\_\_\_\_\_. *Área de Nutrição*. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=detalhamentoles&codigoPrograma=42007011026P6&descricaoGrandeArea=CI%CANCIAS+DA+SA%DADE++++++>>

+++++&descricaoAreaConhecimento=NUTRI%C7%C3O>. Acesso em 15 jan. 2013a

\_\_\_\_\_. *Geocapes*. Disponível em: <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#app=c501&da7a-selectedIndex=0&5317-selectedIndex=0&dbcb-selectedIndex=0>>. Acesso em: 11 fev. 2013b

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Qualis*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: 15 fev. 2013c

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Pós-graduação*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2013d

\_\_\_\_\_. *Relatório da área Nutrição*. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Relatorio\\_sem\\_acomp\\_nutr.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Relatorio_sem_acomp_nutr.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2013e

\_\_\_\_\_. *Relação de cursos recomendados*. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarGrandeArea>>. Acesso em: 28 jun. 2013f

\_\_\_\_\_. *Medicina II*. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/MEDII\\_07mai10.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/MEDII_07mai10.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2013g

\_\_\_\_\_. *Avaliação Trienal de 2013*. Disponível em: <<http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/documento-de-area-e-comissao>>. Acesso em: 15 dez. 2013h.

\_\_\_\_\_. *Área Nutrição*. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/50\\_nutr\\_sobre\\_interdisciplinaridade.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/50_nutr_sobre_interdisciplinaridade.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2013i.

\_\_\_\_\_. *Periódicos Capes*. Disponível em: <[http://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com\\_pcollection&mn=70&smn=79&cid=94](http://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pcollection&mn=70&smn=79&cid=94)>. Acesso em: 15 dez. 2013j.

\_\_\_\_\_. *Tabela de áreas do conhecimento*. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento\\_072012.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_072012.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2013k.

\_\_\_\_\_. *Relatório de avaliação trienal de 2013*. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyfHRyaWVuYWwtMjAxM3xneDoxYmUwZDIkYzZwNWQ5NDVh>>. Acesso em: 16 dez. 2013l.

\_\_\_\_\_. *Documento de área da Nutrição*. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyfHRyaWVuYWwtMjAxM3xneDo0YzJmMDUzNzA1N2RkNQ>>. Acesso em 10 jan. 2014a.

\_\_\_\_\_. *Documento de área da Medicina II*. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=/2000/do>>

c\_area/2000\_016\_Doc\_Area.pdf&aplicacao=avaliacaotrienalProjetoRelacaoCurso&idEtapa=undefined&ano=undefined&tipo=undefined>. Acesso em: 15 jan. 2014b.

\_\_\_\_\_. *Documento de área da antropologia*. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyfHRyaWVuYWwtMjAxM3xneDo0MGY3ZTczMTQzZTJhOGM2>>. Acesso em: 15 jan. 2014c.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de área medicina II 1998-2000*. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/2000\\_016\\_Doc\\_Area.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/2000_016_Doc_Area.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2014d.

\_\_\_\_\_. *Documento de área medicina II 2001-2003*. Disponível em: <[http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=/2003/doc\\_area/2003\\_016\\_Doc\\_Area.pdf&aplicacao=avaliacaotrienalProjetoRelacaoCurso&idEtapa=undefined&ano=undefined&tipo=undefined](http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=/2003/doc_area/2003_016_Doc_Area.pdf&aplicacao=avaliacaotrienalProjetoRelacaoCurso&idEtapa=undefined&ano=undefined&tipo=undefined)>. Acesso em: 15 jan. 2014e.

\_\_\_\_\_. *Documento de área medicina II 2004-2006*. Disponível em: <[http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=/2010/sintese/2010\\_016\\_Sintese.pdf&aplicacao=avaliacaotrienalProjetoRelacaoCurso&idEtapa=undefined&ano=undefined&tipo=undefined](http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=/2010/sintese/2010_016_Sintese.pdf&aplicacao=avaliacaotrienalProjetoRelacaoCurso&idEtapa=undefined&ano=undefined&tipo=undefined)>. Acesso em: 15 jan. 2014f.

\_\_\_\_\_. *Ficha de Avaliação da UFMT 2013*. Disponível em: <[http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=50001019/050/2013\\_050\\_50001019019P4\\_Ficha.pdf&aplicacao=avaliacaotrienal&idEtapa=2&ano=2013&tipo=divulga](http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=50001019/050/2013_050_50001019019P4_Ficha.pdf&aplicacao=avaliacaotrienal&idEtapa=2&ano=2013&tipo=divulga)>. Acesso em: 16 jan. 2014g.

\_\_\_\_\_. *Ficha de Avaliação da UNISINOS 2013*. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/AvaliacaoTrienalServlet?codigoPrograma=42007011026P6>>. Acesso em: 16 jan. 2014h.

\_\_\_\_\_. *Ficha de Avaliação da UFPR 2013*. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/AvaliacaoTrienalServlet?codigoPrograma=40001016074P7>>. Acesso em: 16 jan. 2014i.

\_\_\_\_\_. *Ficha de Avaliação da UFPR 2013*. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/AvaliacaoTrienalServlet?codigoPrograma=40001016074P7>>. Acesso em: 16 jan. 2014i.

\_\_\_\_\_. *Ficha de Avaliação da USP 2013*. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=detalhamento&codigoPrograma=33002010163P6>>. Acesso em: 16 jan. 2014j.

COSTA, Nilson do Rosário. A avaliação da produção intelectual e o declínio da interdisciplinaridade na Saúde Coletiva. *Physis*, v. 22, p. 681-699, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Graduação/pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, esp., p. 777-793, Out. 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 30, 2005.

DELMASCHIO, Karen Levy. Os grupos de pesquisa nos campos da *alimentação e nutrição* e das *ciências dos alimentos* de 2000 a 2008 no Brasil. 2012.119 f. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DE MEIS, Leopoldo.; VELLOSO, Andrea.; LANNES, Denise.; CARMO, M. S.; DE MEIS, Carla. The growing competition in Brazilian science: rites of passage, stress and burnout. *Braz J Med Biol Res*, Ribeirão Preto, v. 36, n. 9, sept. 2003.

DOMINGOS NETO, Manuel. Nova Tabela das Áreas do Conhecimento. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 38, n. 4, p. 364-364, 2005.

ENCONTRO DO FÓRUM NACIONAL DE COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, 11., 2013, Fortaleza. *Relatório do XI Encontro do Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição*. Fortaleza, 2013.

FAERSTEIN, Eduardo. Campo fértil para Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva [Editorial]. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v.16, n.1, p. 24-27, 2011.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FLECK, L. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

FONSECA, Claudia. Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo. *Horiz. antropol.* [online]. 2001, vol.7, n.16 [citado 2013-11-07], pp. 261-275 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832001000200014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000200014&lng=pt&nrm=iso)>.

FÓRUM Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.nutricao.uerj.br/ppg.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal; 1979.

FILHO, Renato Santos de Oliveira et al. Fomento à publicação científica e proteção do conhecimento científico. *Acta Cirúrgica Brasileira*, v. 20, supl. 2, p.35-39, 2005.

GASTALDO, Denise; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Que significa tener impacto? Los efectos de las políticas de productividad científica en le area de la salu. **Enfermería clínica**, v. 20, p. 145-146, 2010.

GERMANO, José Willington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 313-332, 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 2013.

HORTA, José Silvério Baía; MORAES, Maria Célia Marcondes de. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. *Rev. Bras. Educ.*, n. 30 p. 95-116, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782005000300008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 2013.

HORTALE, Virginia Alonso; MOREIRA, Carlos Otávio Fiúza. Auto avaliação nos programas de pós-graduação na área da saúde coletiva: características e limitações. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n.1, p. 223-233, 2008.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan/jun. 2006. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 2013.

JORDAO, Alceu Afonso; GARCIA, Rosa Wanda Diez e MARCHINI, Júlio Sérgio. Fator de impacto e pós-graduação stricto sensu em alimentos, nutrição e ciência e tecnologia de alimentos. *Rev. Nutr.* [online]. 2006, vol.19, n.6 [citado 2013-09-23], pp. 793-802 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732006000600014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732006000600014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 2013.

KAC, Gilberto; FIALHO, Eliane; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos. Panorama atual dos programas de pós-graduação em Nutrição no Brasil. *Revista de Nutrição*, Campinas, v.19, n.6, p.771-784, 2006.

KAC, Gilberto et al. Reflexões do I fórum de coordenadores de programas de pós-graduação em nutrição no Brasil. *Revista de Nutrição*, Campinas, v.19, n.6, p.785-792, 2006.

KAC, Gilberto; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa; PRADO, Shirley Donizete. A criação da área “nutrição” na Capes. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 24, n.6, p. :905-916, 2011.

KERR-PONTES, Ligia Regina Sansigolo et al . Uma reflexão sobre o processo de avaliação das pós-graduações brasileiras com ênfase na área de saúde Coletiva. *Revista Physis*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jun. 2005

KUENZER, Acacia Zeneida.; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.26, n.93, p. 1341-1362, 2005.

LIMA, E. S.; OLIVEIRA, C. S.;GOMES, M. C. R. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro (1980-98). *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, v. 10, n. 2, p. 603-35, 2003.

LOUREIRO, Helena Maria Simonard et al. A Trajetória dos Cursos de Graduação na Saúde. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/351a380\\_graduacao.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/351a380_graduacao.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2013.



- LOYOLA, Maria Andréa Rios. A saga das Ciências Sociais na área da Saúde Coletiva: elementos para reflexão. *Revista Physis*, p. 18, n. 2, p. 251-275, 2008.
- LUZ, Madel Therezinha. Natural, Racional, Social: Razão Médica e Racionalidade Moderna. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004. v. 1. 209 p.
- LUZ, Madel Therezinha. Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p. 39-57, 2005.
- LUZ, Madel Therezinha. Perda de ética no Trabalho Acadêmico: Geração de sofrimento e doença entre trabalhadores universitários a partir do produtivismo como valor-fim entre pesquisadores docentes. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araujo. (Org.). Razões Públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor. 1ed. Rio de Janeiro: CEPESC - IMS-UERJ - ABRASCO, 2007, v. 1, p. 357-368.
- LUZ, Madel Therezinha. Notas sobre a política de produtividade em pesquisa no Brasil: consequências para a vida acadêmica, a ética no trabalho e a saúde dos trabalhadores. *Política & Sociedade*, n. 13 p. 205-228, out. 2008.
- MARASCHIN, Cleci; SATO, Leny. Recuperando leituras críticas sobre a avaliação na pós-graduação: dando continuidade à discussão e ao debate. *Psicol. Soc.* [online]. 2013, v. 25, n.1, p. 2-9 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822013000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000100002&lng=pt&nrm=iso)>.
- MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Revista Acta Cirúrgica Brasileira*, v. 17, n.3., 2002.
- MATTOS, Pedro Lincoln. *Dissertações não-acadêmicas em mestrados profissionais: isso é possível?*. *RAC*, v.1, n.2, p. 153-171, 1997.
- MATTOS, Ruben Araujo de. Ciência, metodologia e trabalho científico. Disponível em: <<http://www.ims.uerj.br/ccaps/?p=18>>. Acesso em: 15 de nov. de 2011.
- MATTOS, Ruben Araujo de. Em defesa do pluralismo epistemológico [Editorial]. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, n.1, p. 22-24, 2011.
- MEC, Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13072:qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu&catid=127:educacao-superior](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13072:qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu&catid=127:educacao-superior)>. Acesso em: 03 de mar. de 2011.
- MEDEIROS, Maria Angélica Tavares de; KAC, Gilberto. Sobre os métodos da pesquisa em nutrição [Editorial]. *Revista de Nutrição*, Campinas, v.21, n.6, p.617-622, 2008.
- MIGUELOTE, Vera Regina da Silva; CAMARGO JR., Kenneth Rochel de. Indústria do conhecimento: uma poderosa engrenagem. *Revista de Saúde Pública*, v. 44, p. 189-195, 2010.

- MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. São Paulo: editora SENAC São Paulo, 2008. 207 p.
- NOSELLA, Paolo. A pesquisa em educação: um balanço da produção dos programas de pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.15. n.43, Jan./Apr. 2010.
- NUNES, Everardo Duarte. *As ciências sociais em saúde na América Latina: tendências e perspectivas*. Brasília: Opas; 1985.
- NUNES, Everardo Duarte. Ciencias sociales y salud: el pensamiento recente de algunos investigadores. *Cuadernos Medico-Sociales*, v. 69, p. 67-93, 1994.
- NUNES, Everardo Duarte. Saúde Coletiva: história recente, passado antigo. In: CAMPOS, G. W. S.; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JUNIOR, M.; CARVALHO, Y. M. *Tratado de saúde coletiva*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.
- NUNES, Everardo Duarte. *Espaços (inter) disciplinares: Alimentação/Nutrição/Saúde/Saúde Coletiva* [Editorial]. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, n.1, p. 18-20, 2011.
- OLINTO, Maria Teresa Anselmo et al. Formação humana, pesquisa e produção científica na subárea de avaliação “nutrição” da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no Brasil, de 2007 a 2009. *Rev. Nutr.*, Campinas, v.24, n. 6, p.917-925, 2011.
- ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- PRADO, Shirley Donizete ; SAYD, Jane Dutra. A pesquisa sobre envelhecimento humano no Brasil: grupos e linhas de pesquisa. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v.9, n., p.57-68, 2004.
- PRADO, Shirley Donizete et al. Alimentação e nutrição como campo científico autônomo no Brasil: conceitos, domínios e projetos políticos. *Revista de Nutrição*, v.24, n.6, p. 927-938, 2011a.
- PRADO, Shirley Donizete et al. A pesquisa sobre Alimentação no Brasil: sustentando a autonomia do campo Alimentação e Nutrição como campo científico autônomo no Brasil: conceitos, domínios e projetos políticos. *Revista de Nutrição*, v.24, n.6, p. 927-938, 2011b.
- REINACH, Fernando. Darwin e a prática da 'Salami Science'. Estadão, São Paulo, 27 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,darwin-e-a-pratica-da-salami-science-,1026037,0.htm>>. Acesso em: 23 dez. 2013.
- RESEARCH EXCELLENCE FRAMEWORK. Disponível em: <<http://www.ref.ac.uk/faq/researchoutputsref2/>>. Acessado em: 23 dez. 2013.

ROCHA, Nívea Maria Fraga. Auto-avaliação de centros de pós-graduação: uma proposta em ação. *Ensaio: Avaliação das Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 487-506, 2006.

ROSEN, G. *Uma história da Saúde Pública*. São Paulo: Unesp; 1994.

SAN FRANCISCO Declaration on Research Assessment (2012; 2013). Disponível em: <<http://am.ascb.org/dora/>>. Acesso em: 20 maio 2013

SANTANA, Otacílio Antunes. Docentes de pós-graduação: grupo de risco de doenças cardiovasculares. *Acta Scientiarum. Education Maringá*, v. 33, n. 2, p. 219-226, 2011.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. *Educação & Sociedade*, v.24, n.83, p. 627-641, 2003.

SCIMAGO JOURNAL AND COUNTRY RANK. Disponível em: <<http://www.scimagojr.com/journalrank.php>>. Acesso em: 2013.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? *Revista Brasileira de Educação*, n.29, 2005.

SILVA JR, João Dos Reis; FERREIRA, Luciana Rodrigues ; KATO, Fabíola Bouth Grello. The work of research professors in the face of the expansion of graduate education after LDB. *Rev. Bras. Educ.*, v.18, n. 53, pp. 435-456, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782013000200011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000200011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 2013.

SILVA, José Borzacchiello da; OLIVEIRA, Márcio Piñon de. A Trajetória da Pós-graduação no Brasil e a ANGEPE: Algumas questões. *Revista da ANPEGE*, v. 5, p. 106-122, 2009.

SILVA, Maria das Graças Martins da. Programas de pós-graduação na região centro-oeste: características e questões da expansão – UFMT. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt14/ComunicacaoOral/MARIA%20DAS%20GRACAS%20MARTINS%20DA%20SILVA.pdf>>. Acesso em: 20 de set. 2011.

SILVA, Juliana Klotz et al. Alimentação e cultura como campo científico no Brasil. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p.413-422, 2010.

STEINER, João Evangelista. Qualidade e diversidade institucional na pós-graduação brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n.54, p.341-365, 2005.

STENGERS, I. Da racionalidade científica: capturas, eventos, interesses. In: STENGERS, I. *Quem tem medo da ciência: ciências e poderes*. São Paulo: Siciliano; 1990. p. 77-109.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Os Arquivos Brasileiros de Nutrição: uma revisão sobre produção científica em nutrição no Brasil (1944 a 1968). *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 303-316, abr.-jun. 1999.

\_\_\_\_\_. Um perfil de Nelson Chaves e da sua contribuição à nutrição em saúde pública no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.17, n.6, p.1505-1518, nov.-dez., 2001a.

\_\_\_\_\_. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v. 8, n.2, p. 315-39, jul.-ago. 2001b.

\_\_\_\_\_. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. *Revista de Nutrição*, Campinas, v.15, n.2, p.127-138, maio-ago., 2002.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de; FILHO, Malaquias Batista. História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, n.1, p.81-90, 2011.

VERHINE, Robert Evan. Pós-graduação no Brasil e nos Estados Unidos: uma análise comparativa. *Educação*, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 166-172, 2008.

**APÊNDICE A – Tabela de Programas de pós-graduação *Stricto Sensu* no Brasil de 1998 a 2013 (Gráfico 1)**

	Anos															
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Mestrado/Doutorado</b>	749	756	766	883	891	907	1.022	1.063	1.146	1207	1284	1381	1.453	1.563	1.664	1817
<b>Mestrado</b>	464	554	613	561	661	765	760	830	924	981	1030	1054	1.091	1.175	1.230	1289
<b>Mestrado Profissional</b>	0	4	9	29	51	62	116	132	157	184	218	243	247	338	395	568
<b>Doutorado</b>	24	25	28	29	32	35	32	33	39	37	36	40	49	52	53	59
<b>Mestrado/Mestrado Profissional</b>	3	5	5	5	5	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Mestrado/Doutorado/Mestrado Profissional</b>	19	19	19	44	44	44	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total de Programas</b>	<b>1259</b>	<b>1363</b>	<b>1440</b>	<b>1551</b>	<b>1684</b>	<b>1819</b>	<b>1.931</b>	<b>2.058</b>	<b>2.266</b>	<b>2.409</b>	<b>2.568</b>	<b>2.718</b>	<b>2.840</b>	<b>3.128</b>	<b>3.342</b>	<b>3.733</b>

**APÊNDICE B – Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* segundo as Grandes Áreas de Avaliação no Brasil de 1998 a 2013**  
(Gráfico 2)

	Anos															
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ciências da Saúde	284	299	312	303	329	360	364	389	403	408	433	449	455	508	535	594
Ciências Humanas	170	189	199	230	245	265	278	292	321	345	366	391	402	442	473	529
Multidisciplinar	36	48	56	76	97	111	125	146	176	230	272	298	318	387	440	561
Ciências Sociais Aplicadas	111	126	144	164	187	207	227	250	283	311	326	344	357	386	414	472
Ciências Agrárias	155	164	172	178	184	199	210	216	247	262	282	300	315	338	368	392
Engenharias	145	157	162	179	196	205	231	247	267	274	283	308	322	348	362	394
Ciências Exatas e da Terra	158	170	177	183	192	201	208	218	237	249	259	264	275	283	296	309
Ciências Biológicas	132	136	139	152	161	170	181	189	205	196	208	217	236	261	276	289
Linguística, Letras e Artes	68	74	79	86	93	101	107	111	127	134	139	147	160	175	178	193
<b>Total</b>	<b>1259</b>	<b>1363</b>	<b>1440</b>	<b>1551</b>	<b>1684</b>	<b>1819</b>	<b>1931</b>	<b>2058</b>	<b>2266</b>	<b>2409</b>	<b>2568</b>	<b>2718</b>	<b>2840</b>	<b>3128</b>	<b>3342</b>	<b>3733</b>



**APÊNDICE D** - Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo conceitos atribuídos no Brasil nas avaliações trienais (Gráfico 4)

Conceitos	Avaliações Trienais				
	1998/2000	2001/2003	2004/2006	2007/2009	2010/2013
<b>3</b>	2	4	4	7	7
<b>4</b>	3	3	4	3	8
<b>5</b>	0	1	2	3	2
<b>6</b>	0	0	0	0	2
<b>7</b>	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>19</b>

\*Os programas que não foram avaliados nesses períodos, foram descartados dessa tabela.



**APÊNDICE E** - Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo dependência administrativa no Brasil de 1998 a 2013 (Gráfico 5)

Dependência administrativa	Avaliações Trienais				
	1998/2000	2001/2003	2004/2006	2007/2009	2010/2013
<b>Pública Federal</b>	5	7	9	11	19
<b>Publica Estadual</b>	1	1	1	2	4
<b>Privada</b>	0	0	0	0	2
<b>Total</b>	6	8	10	13	25

\*Foram considerados todos os programas que tiveram avaliação e também os cursos novos.

**APÊNDICE F** - Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo dependência administrativa no Brasil de 1998 a 2013 (Gráfico 6)

Regiões	Avaliações trienais				
	1998/2000	2001/2003	2004/2006	2007/2009	2010/2013
<b>Sudeste</b>	3	4	4	5	11
<b>Nordeste</b>	2	2	4	4	7
<b>Sul</b>	0	1	1	2	5
<b>Centro-Oeste</b>	1	1	1	2	2
<b>Norte</b>	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>25</b>

\*Foram considerados todos os programas que tiveram avaliação e também os cursos novos.

**APÊNDICE G** - Cursos de doutorado da Área de Nutrição segundo regiões geográficas no Brasil de 1998 a 2013 (Gráfico 7)

Regiões	Avaliações trienais				
	1998/2000	2001/2003	2004/2006	2007/2009	2010/2013
<b>Sudeste</b>	2	2	3	3	6
<b>Nordeste</b>	1	1	1	1	2
<b>Sul</b>	0	0	0	0	1
<b>Centro-Oeste</b>	0	0	0	1	1
<b>Norte</b>	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>10</b>

**APÊNDICE H** - Programas de pós-graduação da Área de Nutrição segundo o quesito proposta do programa na ficha de avaliação no Brasil de 1998 a 2012 (Gráfico 8)

Conceitos	Avaliações trienais				
	1998/2000	2001/2003	2004/2006	2007/2009	2010/2013
<b>Muito bom/Adequado</b>	5	8	6	12	14
<b>Bom</b>	0	0	3	0	4
<b>Regular</b>	0	0	1	1	1
<b>Fraco</b>	0	0	0	0	0
<b>Deficiente</b>	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>19</b>

\*Os programas que não foram avaliados nesses períodos, foram descartados dessa tabela.

**APÊNDICE I - Corpo docente dos Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 2007 a 2012**

(Gráfico 9)

<b>Docentes</b>	<b>Avaliações trienais</b>	
	<b>2007-2009</b>	<b>2010-2012</b>
Docentes permanentes	168	267
Docentes colaboradores	78	68
Docentes visitantes	0	2
<b>Total</b>	<b>246</b>	<b>337</b>

**APÊNDICE J** - Programas de Pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo o quesito corpo docente na ficha de avaliação no Brasil de 1998 a 2012 (Gráfico 10)

Conceitos	Avaliações trienais				
	1998/2000	2001/2003	2004/2006	2007/2009	2010/2012
Muito bom	0	6	2	5	10
Bom	3	2	7	8	9
Regular	2	0	1	0	0
Fraco	0	0	0	0	0
Deficiente	0	0	0	0	0
Total	5	8	10	13	19

**APÊNDICE K** - Dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas nos Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 1998 a 2012 (Gráfico 11)

<b>Teses/Dissertações</b>	<b>Avaliações trienais</b>				
	<b>1998/2000</b>	<b>2001/2003</b>	<b>2004/2006</b>	<b>2007/2009</b>	<b>2010/2012</b>
Teses	30	50	72	83	96
Dissertações	104	160	296	396	610
<b>Total</b>	<b>134</b>	<b>210</b>	<b>368</b>	<b>479</b>	<b>706</b>

**APÊNDICE L** - Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES segundo o quesito corpo docente, teses e dissertações na ficha de avaliação no Brasil de 1998 a 2012 (Gráfico 12)

Conceitos	Avaliações trienais				
	1998/2000	2001/2003	2004/2006	2007/2009	2010/2012
Muito bom	0	3	5	3	7
Bom	3	3	3	5	7
Regular	2	2	2	3	1
Fraco	0	0	0	0	0
Deficiente	0	0	0	0	0
Não aplicável	0	0	0	2	4
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>19</b>



**APÊNDICE M** - Produção Intelectual nos Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 2004 a 2012 (Gráfico 13)

Qualis	Avaliações Trienais			Total de artigos
	2004-2006	2007-2009	2010-2012	
Internacional A ou A1 + A2	172	179	589	940
Internacional B ou B1	90	228	739	1057
Internacional C ou B2	73	171	683	927
Nacional A ou B3	169	305	227	701
Nacional B ou B4 + B5	216	677	314	1207
Nacional C	116	12	91	219
<b>Total de artigos</b>	<b>836</b>	<b>1572</b>	<b>2643</b>	<b>5051</b>

**APÊNDICE N** - Produção Intelectual nos Programas de pós-graduação da Área de Nutrição da CAPES no Brasil de 2004 a 2012 (Gráfico 14)

<b>Qualis</b>	<b>Avaliações Trienais</b>		
	<b>2004-2006</b>	<b>2007-2009</b>	<b>2010-2012</b>
Internacional A + B + C e A1 + A2 + B1 + B2	335	578	2011
Nacional A + B + C e B3 + B4 + B5	501	994	632
<b>Total de artigos</b>	<b>836</b>	<b>1572</b>	<b>2643</b>

**APÊNDICE O** - Produção Intelectual nos Programas de pós-graduação da Área de Nutrição na Ficha de avaliação no Brasil de 1998 a 2012 (Gráfico 15)

Conceitos	Avaliações trienais				
	1998/2000	2001/2003	2004/2006	2007/2009	2010/2012
Muito bom	0	1	2	3	9
Bom	3	3	3	7	5
Regular	2	4	2	3	4
Fraco	0	0	3	0	1
Deficiente	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>19</b>

**APÊNDICE P** – Inserção Social dos Programas de pós-graduação *Stricto sensu* da Área de Nutrição na Ficha de avaliação no Brasil de 2004 a 2012 (Gráfico 15)

Conceitos	Avaliações Trienais		
	2004-2006	2007-2009	2010-2012
Muito bom	2	8	11
Bom	6	4	5
Regular	2	1	3
Fraco	0	0	0
Deficiente	0	0	0
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>19</b>

### ANEXO A – Relação de Cursos recomendados e reconhecidos no Brasil em 2013

GRANDE ÁREA	Programas e Cursos de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
<u>CIÊNCIAS AGRÁRIAS</u>	392	128	1	24	239	631	367	240	24
<u>CIÊNCIAS BIOLÓGICAS</u>	289	72	3	19	195	484	267	198	19
<u>CIÊNCIAS DA SAÚDE</u>	594	132	17	105	340	934	472	357	105
<u>CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA</u>	309	108	8	21	172	481	280	180	21
<u>CIÊNCIAS HUMANAS</u>	529	212	3	51	263	792	475	266	51
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</u>	472	196	2	97	177	649	373	179	97
<u>ENGENHARIAS</u>	394	158	3	67	166	560	324	169	67
<u>LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES</u>	193	78	1	10	104	297	182	105	10
<u>MULTIDISCIPLINAR</u>	561	205	21	174	161	722	366	182	174
<b>Brasil:</b>	<b>3.733</b>	<b>1.289</b>	<b>59</b>	<b>568</b>	<b>1.817</b>	<b>5.550</b>	<b>3.106</b>	<b>1.876</b>	<b>568</b>

Nota: DATA DA ATUALIZAÇÃO - 06/11/2013.

Legenda: M - MESTRADO ACADÊMICO; D – DOUTORADO; F - MESTRADO PROFISSIONAL; M/D - MESTRADO ACADÊMICO/DOUTORADO.

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – CURSOS RECOMENDADOS E RECONHECIDOS, 2013.

## ANEXO B – Relação de Cursos recomendados e reconhecidos na Grande Área Ciências da Saúde no Brasil em 2013

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS DA SAÚDE									
ÁREA (ÁREA DE AVALIAÇÃO)	Programas e Cursos de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
<u>EDUCAÇÃO FÍSICA ( EDUCAÇÃO FÍSICA )</u>	31	14	0	1	16	47	30	16	1
<u>ENFERMAGEM ( ENFERMAGEM )</u>	65	20	2	15	28	93	48	30	15
<u>FARMÁCIA ( FARMÁCIA )</u>	59	23	3	5	28	87	51	31	5
<u>FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL ( EDUCAÇÃO FÍSICA )</u>	12	6	0	0	6	18	12	6	0
<u>FONOAUDIOLOGIA ( EDUCAÇÃO FÍSICA )</u>	11	2	0	2	7	18	9	7	2
<u>MEDICINA ( MEDICINA I )</u>	89	9	3	14	63	152	72	66	14
<u>MEDICINA ( MEDICINA II )</u>	86	11	2	6	67	153	78	69	6
<u>MEDICINA ( MEDICINA III )</u>	39	0	4	4	31	70	31	35	4
<u>NUTRIÇÃO ( NUTRIÇÃO )</u>	23	10	0	3	10	33	20	10	3
<u>ODONTOLOGIA ( ODONTOLOGIA )</u>	101	23	1	22	55	156	78	56	22
<u>SAÚDE COLETIVA ( SAÚDE COLETIVA )</u>	78	14	2	33	29	107	43	31	33
<b>Brasil:</b>	<b>594</b>	<b>132</b>	<b>17</b>	<b>105</b>	<b>340</b>	<b>934</b>	<b>472</b>	<b>357</b>	<b>105</b>

Nota: DATA DA ATUALIZAÇÃO - 06/11/2013.

Legenda: M - MESTRADO ACADÊMICO; D – DOUTORADO; F - MESTRADO PROFISSIONAL; M/D - MESTRADO ACADÊMICO/DOUTORADO.

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – CURSOS RECOMENDADOS E RECONHECIDOS, 2013.

**ANEXO C** - Programas de pós-graduação na Área nutrição da CAPES segundo quesitos da avaliação trienal 1998/2000 no Brasil

<b>PROGRAMA</b>	<b>IES</b>	<b>Curso</b>	<b>Proposta do Programa</b>	<b>Corpo Docente</b>	<b>Corpo Discente</b>	<b>Produção Intelectual</b>	<b>Conceito 1998-2000</b>
1. Nutrição	UFPE	M/D	Muito Bom	Bom	Bom	Bom	4
2. Nutrição	UFRJ	M	Muito Bom	Regular	Regular	Regular	3
3. Nutrição	UNIFESP	M/D	Muito Bom	Bom	Bom	Bom	4
4. Nutrição Humana Aplicada	USP	M/D	Bom	Bom	Regular	Bom	4
5. Nutrição Humana	UNB	M	Muito Bom	Regular	Bom	Regular	3

**ANEXO D** - Programas de pós-graduação na Área nutrição da CAPES segundo quesitos da avaliação trienal 2001/2003 no Brasil

<b>PROGRAMA</b>	<b>IES</b>	<b>Curso</b>	<b>Proposta do Programa</b>	<b>Corpo Docente</b>	<b>Corpo Discente</b>	<b>Produção Intelectual</b>	<b>Conceito 2001-2003</b>
1. Nutrição	UNIFES P	M/D	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	5
2. Nutrição	UFRJ	M	Muito Bom	Muito Bom	Bom	Bom	4
3. Nutrição	UFPE	M/D	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Bom	4
4. Nutrição Humana	UNB	M	Muito Bom	Muito Bom	Bom	Regular	3
5. Ciência da Nutrição	UFV	M	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Regular	3
6. Ciências da Nutrição	UFPB/J. P.	M	Muito Bom	Bom	Regular	Regular	3
7. Nutrição	UFSC	M	Muito Bom	Bom	Regular	Regular	3
8. Nutrição Humana Aplicada	USP	M/D	Muito Bom	Muito Bom	Bom	Bom	4



**ANEXO E** - Programas de pós-graduação na Área nutrição da CAPES segundo quesitos da avaliação trienal 2004/2006 no Brasil

<b>PROGRAMA</b>	<b>IES</b>	<b>Curso</b>	<b>Proposta do Programa</b>	<b>Corpo Docente</b>	<b>Corpo Discente Teses e Dissertações</b>	<b>Produção Intelectual</b>	<b>Inserção Social</b>	<b>Conceito 2004-2006</b>
1. Nutrição	UNIFESP	M/D	Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Bom	5
2. Nutrição	UFRJ	M/D	Muito Bom	Bom	Muito Bom	Regular	Bom	4
3. Nutrição	UFPE	M/D	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	5
4. Nutrição Humana	UNB	M	Muito Bom	Bom	Muito Bom	Bom	Bom	4
5. Ciência da Nutrição	UFV	M	Muito Bom	Bom	Muito Bom	Bom	Muito Bom	4
6. Alimentos, Nutrição e Saúde	UFBA	M	Muito Bom	Bom	Regular	Regular	Bom	4
7. Ciências da Nutrição	UFPB/J.P.	M	Bom	Regular	Bom	Fraco	Bom	3
8. Nutrição	UFAL	M	Bom	Bom	Regular	Fraco	Regular	3
9. Nutrição	UFSC	M	Muito Bom	Bom	Bom	Fraco	Bom	3
10. Nutrição Humana Aplicada	USP	M/D	Bom	Bom	Bom	Bom	Regular	4

**ANEXO F - Programas de pós-graduação na Área nutrição da CAPES segundo quesitos da avaliação trienal 2007/2009 no Brasil**

PROGRAMA	IES	Curso	Proposta do Programa	Corpo Docente	Corpo Discente Teses e Dissertações	Produção Intelectual	Inserção Social	Conceito 2007-2009
1. Nutrição	UNIFE SP	M/D	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	5
2. Nutrição	UFRJ	M/D	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	5
3. Nutrição	UFPE	M/D	Muito Bom	Bom	Muito Bom	Bom	Muito Bom	5
4. Nutrição Humana	UNB	M/D	Muito Bom	Bom	Bom	Bom	Muito Bom	4
5. Ciência da Nutrição	UFV	M/D	Muito Bom	Muito Bom	Bom	Bom	Muito Bom	4
6. Alimentação, Nutrição e Saúde	UERJ	M/D	Muito Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	4
7. Alimentos, Nutrição e Saúde	UFBA	M	Muito Bom	Bom	Regular	Regular	Muito Bom	3
8. Biociências	UFMT	M	Muito Bom	Muito Bom	**	Bom	Bom	3
9. Ciências da Nutrição	UFPB/J.P.	M	Muito Bom	Muito Bom	Regular	Bom	Muito Bom	3
10. Nutrição	UFAL	M	Muito Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	3
11. Nutrição	UFSC	M/D	Muito Bom	Bom	Bom	Bom	Muito Bom	4
12. Nutrição e Saúde	UFG	M	Muito Bom	Bom	**	Regular	Bom	3
13. Nutrição Humana Aplicada	USP	M/D	Regular	Bom	Regular	Regular	Regular	3

- Programas novos que não possuem nota na avaliação trienal de 2010, somente a nota obtida no momento da aprovação.

\*\* Programas novos que não apresentam alunos titulados.

Fonte: Cadernos de Avaliação da Capes, Brasil - Resultados trienais da avaliação de programas e Relação de cursos recomendados e reconhecidos.

**ANEXO G** - Programas de pós-graduação na Área nutrição da CAPES segundo quesitos da avaliação trienal 2010/2012 no Brasil

PROGRAMA	IES	Curso	Proposta do Programa	Corpo Docente	Corpo Discente Teses e Dissertações	Produção Intelectual	Inserção Social	Conceito 2010-2012
1. Nutrição	UFPE	M/D	Muito bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom	6
2. Nutrição	UFRJ	M/D	Muito bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom	5
3. Nutrição	UNIFESP	M/D	Muito bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom	6
4. Nutrição humana aplicada	USP	M/D	Bom	Bom	Bom	Muito bom	Regular	4
5. Ciências da nutrição	UFPB/J.P.	M	Muito bom	Bom	Bom	Muito bom	Muito bom	4
6. Nutrição humana	UNB	M/D	Muito bom	Bom	Muito bom	Bom	Muito bom	4
7. Ciência da nutrição	UFV	M/D						5
8. Nutrição	UFSC	M/D	Muito bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom	4
9. Nutrição	UFAL	M	Muito bom	Bom	Bom	Bom	Bom	4
10. Alimentos, nutrição e saúde	UFBA	M/D	Muito bom	Bom	Muito bom	Bom	Muito bom	4
11. Alimentação, nutrição e saúde	UERJ	M/D	Muito bom	Bom	Bom	Bom	Muito bom	4
12. Biociências	UFMT	M	Bom	Bom	Regular	Regular	Muito bom	3
13. Nutrição e saúde	UFG	M	Muito bom	Bom	Bom	Regular	Regular	3
14. Nutrição e alimentos	UFPEL	M	Muito bom	Bom	Bom	Muito bom	Bom	3
15. Saúde e nutrição	UFOP	M	Muito bom	Bom	Bom	Bom	Bom	3
16. Ciências da nutrição e do esporte e metabolismo	UNICAMP/Li	M/D	Bom	Bom	**	Muito bom	Muito bom	4
17. Nutrição e saúde	UECE	M	Bom	Bom	**	Regular	Bom	3
18. Segurança alimentar e nutricional	UFPR	M	Bom	Regular	**	Fraco	Regular	3
19. Nutrição e alimentos	UNISINOS	MP	Bom	Regular	**	Regular	Bom	3

20. Nutrição do nascimento à adolescência	CUSC	MP	-	-	-	-	-	3*
21. Nutrição Clínica	UFRJ	MP	-	-	-	-	-	3*
22. Nutrição, atividade física e plasticidade fenotípica	UFPE	M	-	-	-	-	-	3*
23. Nutrição e saúde	UFMG	M	-	-	-	-	-	3*
24. Nutrição	UFRN	M	-	-	-	-	-	3*
25. Alimentos, nutrição e saúde	UNIFESP/ SANTOS	M	-	-	-	-	-	3*

- Programas novos que não possuem nota na avaliação trienal de 2010, somente a nota obtida no momento da aprovação.

\*\* Programas novos que não apresentam alunos titulados.

Fonte: Cadernos de Avaliação da Capes, Brasil - Resultados trienais da avaliação de programas e Relação de cursos recomendados e reconhecidos.

## ANEXO H – Relação de cursos recomendados e reconhecidos no Brasil em 2013

GRANDE ÁREA	Programas e Cursos de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
<u>CIÊNCIAS AGRÁRIAS</u>	392	128	1	24	239	631	367	240	24
<u>CIÊNCIAS BIOLÓGICAS</u>	289	72	3	19	195	484	267	198	19
<u>CIÊNCIAS DA SAÚDE</u>	594	132	17	105	340	934	472	357	105
<u>CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA</u>	309	108	8	21	172	481	280	180	21
<u>CIÊNCIAS HUMANAS</u>	529	212	3	51	263	792	475	266	51
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</u>	472	196	2	97	177	649	373	179	97
<u>ENGENHARIAS</u>	394	158	3	67	166	560	324	169	67
<u>LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES</u>	193	78	1	10	104	297	182	105	10
<u>MULTIDISCIPLINAR</u>	561	205	21	174	161	722	366	182	174
<b>Brasil:</b>	<b>3.733</b>	<b>1.289</b>	<b>59</b>	<b>568</b>	<b>1.817</b>	<b>5.550</b>	<b>3.106</b>	<b>1.876</b>	<b>568</b>

Legenda: M - Mestrado Acadêmico; D – Doutorado; F - Mestrado Profissional; M/D - Mestrado Acadêmico/Doutorado.

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – CURSOS RECOMENDADOS E RECONHECIDOS, 2013.

### ANEXO I – Relação de cursos recomendados e reconhecidos no Brasil em 2013

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS DA SAÚDE									
ÁREA (ÁREA DE AVALIAÇÃO)	Programas e Cursos de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
<u>EDUCAÇÃO FÍSICA ( EDUCAÇÃO FÍSICA )</u>	31	14	0	1	16	47	30	16	1
<u>ENFERMAGEM ( ENFERMAGEM )</u>	65	20	2	15	28	93	48	30	15
<u>FARMÁCIA ( FARMÁCIA )</u>	59	23	3	5	28	87	51	31	5
<u>FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL ( EDUCAÇÃO FÍSICA )</u>	12	6	0	0	6	18	12	6	0
<u>FONOAUDIOLOGIA ( EDUCAÇÃO FÍSICA )</u>	11	2	0	2	7	18	9	7	2
<u>MEDICINA ( MEDICINA I )</u>	89	9	3	14	63	152	72	66	14
<u>MEDICINA ( MEDICINA II )</u>	86	11	2	6	67	153	78	69	6
<u>MEDICINA ( MEDICINA III )</u>	39	0	4	4	31	70	31	35	4
<u>NUTRIÇÃO ( NUTRIÇÃO )</u>	23	10	0	3	10	33	20	10	3
<u>ODONTOLOGIA ( ODONTOLOGIA )</u>	101	23	1	22	55	156	78	56	22
<u>SAÚDE COLETIVA ( SAÚDE COLETIVA )</u>	78	14	2	33	29	107	43	31	33
<b>Brasil:</b>	<b>594</b>	<b>132</b>	<b>17</b>	<b>105</b>	<b>340</b>	<b>934</b>	<b>472</b>	<b>357</b>	<b>105</b>

Legenda: M - Mestrado Acadêmico; D – Doutorado; F - Mestrado Profissional; M/D - Mestrado Acadêmico/Doutorado.

Fonte: CADERNOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES – CURSOS RECOMENDADOS E RECONHECIDOS, 2013.

## ANEXO J – Ficha de avaliação da CAPES 2010/2012

<b>MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO</b>		
<b>Quesitos / Itens</b>	<b>Peso</b>	
<b>1. Proposta do Programa</b>	<b>0%</b>	
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular	40%	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliar a adequação, a coerência e a quantidade dos Projetos de Pesquisa (PP) com as respectivas Linhas de Pesquisa (LP).</li> <li>2. Avaliar a adequação, a coerência e a quantidade das LP com as respectivas áreas de concentração (AC).</li> <li>3. Avaliar a adequação, a coerência e a quantidade das disciplinas oferecidas em relação às LP e AC.</li> <li>4. Avaliar a consistência das ementas, assim como a coerência e a atualização das respectivas bibliografias.</li> <li>5. Avaliar a presença de disciplinas de fundamentação teórica e metodológica.</li> <li>6. Avaliar a presença de estratégias de formação didático-pedagógicas.</li> </ol>
1.2 Planejamento do Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	40%	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliar a adequação das propostas do Programa às necessidades regionais, nacionais e internacionais.</li> <li>2. Avaliar as propostas para enfrentar os desafios da área tanto em relação à formação quanto à produção de conhecimentos.</li> <li>3. Avaliar as propostas de qualificação do corpo docente.</li> <li>4. Avaliar o planejamento do Programa quanto a desenvolvimentos futuros.</li> </ol>
1.3 Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliar a existência, a adequação e a suficiência de: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Laboratórios com condições para a realização das pesquisas de dissertações e teses.</li> <li>b) Biblioteca que permita o acesso rápido às informações, com ênfase nos periódicos.</li> <li>c) Recursos de informática disponíveis</li> </ol> </li> </ol>

		para alunos e docentes. d) Recursos próprios para a realização de suas atividades docentes e de orientação.
<b>2. Corpo Docente</b>	<b>15%</b>	
2.1 Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	10%	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Verificar se o corpo docente é composto por doutores com formação ou atuação na área.</li> <li>2. Avaliar se as áreas de formação acadêmica dos docentes permanentes são adequadas à Proposta do Programa (AC, LP e PP).</li> <li>3. Avaliar se as áreas e a diversificação da formação do corpo docente são adequadas e não endógenas.</li> <li>4. Avaliar o nível de experiência do corpo docente, inclusive sua projeção nacional e internacional.</li> <li>5. Avaliar se o corpo docente tem atraído alunos para estágios pós-doutorais (quando aplicável).</li> <li>6. Avaliar o percentual de docentes nas condições de visitantes em outras IES nacionais e internacionais, de consultores técnico-científicos de instituições públicas, privadas e órgãos de fomento; de consultores, corpo editorial e editor de periódicos especializados nacionais e internacionais.</li> </ol>
2.2 Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do Programa.	30%	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliar a atuação do corpo docente permanente nas atividades de ensino, de pesquisa, de orientação, de publicação e de formação de mestres e doutores.</li> <li>2. Avaliar o tamanho (mínimo de 10 docentes permanentes) e a estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, de pesquisa e de orientação em função das possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes.</li> <li>3. Avaliar a adequação do percentual de docentes permanentes em tempo integral e com vínculo institucional</li> </ol>



		segundo o disposto na Portaria CAPES nº 02, de 4 de janeiro de 2012. 4. Avaliar se a dinâmica do Programa revela dependência da atuação de docentes visitantes e colaboradores.
2.3 Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do Programa.	30%	1. Avaliar se todos ou a maioria dos docentes participam das atividades de ensino, orientação e pesquisa de forma equilibrada.
2.4 Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	20%	1. Avaliar o envolvimento dos docentes em disciplinas e orientação de estudantes de graduação, sendo altamente valorizada a inserção de alunos em projetos de iniciação científica. Nas instituições sem ensino de graduação serão consideradas as atividades equivalentes nos cursos de especialização e residência médica.
2.5 Proporção do corpo docente com importante captação de recursos para pesquisa (Agências de Fomento, Bolsa de Produtividade, Financiamentos Nacionais e Internacionais, Convênios, etc).	10%	1. Avaliar a capacidade dos docentes de captar financiamentos para realização de pesquisa (por agências de fomento nacionais e internacionais) e de obter bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq ou equivalente.
<b>3. Corpo Docente, Teses e Dissertações</b>	<b>35%</b>	
3.1 Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo docente.	20%	1. Avaliar a proporção de teses e dissertações concluídas em relação ao corpo docente permanente (adequar os critérios quantitativos em relação aos novos docentes permanentes – aqueles que atuam há menos de três anos no Programa). 2. Avaliar a proporção de titulações em relação à dimensão do corpo docente
3.2 Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do Programa.	20%	1. Avaliar a proporção entre o número de orientandos e o número de orientadores, bem como a distribuição equitativa.  Observações:  O número de orientandos deve ser compatível com a experiência, produção

		<p>intelectual e disponibilidade do orientador.</p> <p>a. O indicador quantitativo diferenciará Programas que oferecem apenas o mestrado daqueles que oferecem mestrado e doutorado.</p> <p>A área de nutrição considera adequada uma relação de 1 a 4 alunos por orientador em cursos que só tenham mestrado, e de 3 a 8 alunos em cursos com mestrado e doutorado. Em casos excepcionais, a critério da comissão de avaliação estes números poderão ser ultrapassados, desde que devidamente justificados e baseado na produção científica do orientador. A existência de docentes sem nenhuma orientação durante todo o triênio implicará em diminuição do conceito neste quesito.</p>
3.3 Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do Programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	50%	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliar a proporção de discentes e egresso autores (titulados nos últimos 5 anos) com publicações em coautoria com docentes do Programa em relação a dimensão do corpo discente. Em caso de publicação de discente ou egresso sem coautoria com um docente do Programa, o tema da publicação tem que obrigatoriamente estar relacionado à Tese ou dissertação do discente ou egresso. Este quesito avaliará a proporção de produção bibliográfica do Programa que tenham discentes ou egressos e também a proporção do corpo discente e egressos que publicaram no triênio.</li> <li>2. Avaliar a produção do corpo discente em eventos científicos: trabalhos apresentados, resumos em anais, etc.</li> <li>3. Qualificar a produção discente com base no Qualis-Periódicos e no Roteiro para Classificação de Livros da área.</li> </ol>
3.4 Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliar o tempo médio de titulação de bolsistas em nível de mestrado e do doutorado (em torno de 24 meses para o mestrado e 48 meses para o doutorado).</li> </ol>

		<ol style="list-style-type: none"> <li>2. Avaliar a existência de bolsas de doutorado sanduíche.</li> <li>3. Avaliar o fluxo de entrada e saída dos alunos no Programa.</li> </ol>
<b>4. Produção Intelectual</b>	<b>35%</b>	
4.1 Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Para quantificar a produção do Programa cada produto será contabilizado apenas uma vez, ou seja, os produtos construídos em coautoria por mais de um docente do Programa são contabilizados apenas uma vez. Apenas a produção dos docentes permanentes será contabilizada. No numerador são somados os produtos e no denominador são considerados apenas os docentes permanentes levando em conta o tempo de participação de cada um durante o triênio.</li> <li>2. Critérios de qualificação baseados na ponderação obtida e em pontos de corte a serem estabelecidos por ocasião da avaliação trienal, tendo em vista os novos estratos do Qualis- Periódicos e da Classificação de Livros.</li> </ol>
4.2 Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	40%	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Para a análise da distribuição da produção será contabilizada a produção de cada docente permanente, sem descontar os artigos ou outros produtos em coautoria com outros docentes do Programa. Estes produtos podem ser contabilizados na forma de artigos em periódicos, livros e capítulos de livros qualificados segundo os respectivos instrumentos de classificação. Pelo menos 80% dos docentes devem alcançar determinado patamar de pontuação compatível com o perfil de nota.</li> <li>2. Critérios de qualificação baseados na ponderação obtida e em pontos de corte a serem estabelecidos por ocasião da avaliação trienal.</li> </ol>

4.3 Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	20%	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Neste item serão consideradas as produções técnicas do corpo docente permanente incluindo documentos elaborados para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais relacionadas com a formulação, implementação e avaliação da política de saúde, desde que tenham sido publicadas em meio impresso ou eletrônico.</li> <li>2. Participação dos docentes em comissões e comitês técnicos relacionados com a política de saúde.</li> <li>3. Participação de docentes na editoria de periódicos científicos da área.</li> <li>4. Elaboração de normas, protocolos e Programas de saúde e nutrição.</li> <li>5. Consultorias e assessorias no âmbito da política de saúde e nutricionais.</li> <li>6. Desenvolvimento de produtos de uso na gestão das políticas de saúde, nas ações de controle de doenças e agravos ou para a promoção da saúde e nutrição.</li> </ol>
<b>5. Inserção Social</b>		<b>15%</b>
5.1 Inserção e impacto regional e (ou) nacional do Programa.	30%	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Impacto educacional:</b> contribuição para a melhoria do ensino fundamental, médio, graduação, técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino; geração pelo Programa de “livros-textos” e outros materiais didáticos para a graduação bem como para o ensino fundamental e médio.</li> <li>2. <b>Impacto social:</b> formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento;</li> <li>3. <b>Impacto tecnológico/econômico:</b> contribuição para o desenvolvimento</li> </ol>

		micro regional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; disseminação de técnicas e conhecimentos.
5.2 Integração e cooperação com outros Programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionado à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	50%	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participação em Programas institucionais de cooperação, das agências de fomento à pesquisa e da própria CAPES, tais como Minter, Dinter, Associação entre IES, projetos temáticos do CNPq, FAPs ou FINEP.</li> <li>2. Estratégias que favoreçam a mobilidade de docentes e discentes entre Programas de diferentes IES ou Institutos de pesquisa.</li> <li>3. Número efetivo de docentes e discentes do Programa analisado com atividades em outros Programas.</li> <li>4. Número efetivo de discentes e docentes de outros Programas com atividades no Programa analisado.</li> <li>5. Participação de docentes do Programa em redes de pesquisa interinstitucionais.</li> <li>6. Publicações conjuntas de docentes do Programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa.</li> <li>7. Parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área.</li> <li>8. Intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação), docência ou orientação.</li> </ol>
5.3 Visibilidade ou transparência dada pelo Programa à sua atuação.	20%	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manutenção de página Web para a divulgação, de forma atualizada, de seus dados internos, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas etc.</li> <li>2. Garantia de amplo acesso a Teses e</li> </ol>
		Dissertações, pela Web, conforme a Portaria Capes nº 13/2006, que torna obrigatória essa providência.